

Publicação do CESOP

OPINIÃO PÚBLICA

Junho/94

V. 2 N°1

ISSN 0104-6276



CESOP
CENTRO
DE ESTUDOS
DE OPINIAO PUBLICA

Universidade Estadual de Campinas

UNICAMP

Reitor: José Martins Filho

Coordenador Geral da Universidade: André Villalobos

Pró- Reitor de Desenvolvimento Universitário: José Tadeu Jorge

CENTRO DE ESTUDOS DE OPINIÃO PÚBLICA

CESOP

Conselho Orientador

Presidente: Bolívar Lamounier (IDESP/ PUC-SP)
Vice- presidente: Plínio Dentzien (IFCH- UNICAMP)
Conselheiros: Antônio Flávio Pierucci (FFLCH- USP), Carlos Eduardo Meirelles Matheus (Gallup), Gustavo Venturi (Datafolha), José Álvaro Moisés (FFLCH- USP/CEDEC), José Ferreira de Carvalho (IMECC- UNICAMP), Leandro Piquet Carneiro (ISER), Márcia Cavallari Nunes (IBOPE), Marcus Figueiredo (IUPERJ), Ney Lima Figueiredo (CEPAC), Örjan Olsén (CBPA), Rachel Meneguello (IFCH- UNICAMP), Salvador Sandoval (FE- UNICAMP), Vilmar E. Faria (IFCH- UNICAMP).

Comitê Técnico-Científico

Fernando Antonio Lourenço
José Ferreira de Carvalho
Plínio Dentzien
Vilmar E. Faria

Equipe Técnica

Coordenação: Rachel Meneguello
Pesquisadores: Iara Rolim, Lilian Rahal, Maria Teresa Gonzaga Alves, Paula Vanina Cencig
Estagiário: Edilson da Silva Pedro
Secretária Geral: Maria das Graças Plá Sanches

OPINIÃO PÚBLICA, Vol. II, nº 1

Conselho Editorial: Amaury de Souza, Antônio Lavareda, Carlos Vogt, Charles Pessanha, Fábio Wanderley Reis, Hélgio Trindade, Juarez Rubens Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues, Lúcia Avelar, Nelly de Camargo, Nelson do Valle e Silva, Ruy Martins Altenfelder Silva.

Coordenação geral: Rachel Meneguello

Produção: Equipe Técnica do CESOP

Encarte *Tendências*:

Planos Econômicos: Maria Teresa Gonzaga Alves
**Avaliação da Justiça; Violência Policial;
Violência Urbana; Pena de Morte:** Lilian Rahal
Paula Vanina Cencig

Impressão e acabamento: Gráfica Central da UNICAMP

Centro de Estudos de Opinião Pública

Universidade Estadual de Campinas
Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
Caixa Postal: 6110
Campinas - São Paulo
13081-970
Tel: (55-192)39-7093
Fax: (55-192)39-4309
Internet: CESOP@CCVAX.UNICAMP.BR
Bitnet: CESOP@BRUC.BITNET

Opinião Pública é uma publicação do CESOP e está aberta a propostas de artigos e colaborações que deverão ser submetidas ao Conselho Editorial.

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores, não expressando a opinião dos membros do Conselho Editorial ou dos órgãos que compõem o CESOP.

Junho de 1994

Publicação do CESOP

OPINIÃO PÚBLICA

ANO II

Junho 94

Vol. II, nº 1

SUMÁRIO

	Pág.
Influência da Mídia no Apoio a Candidatos à Presidência Robert Y. Shapiro, D. Cifu, J. E. Blumenfeld, J. T. Young, K. D. Patterson, Sara M. Offenhardt e T. E. Tskerides	3
<i>TENDÊNCIAS</i>	
Encarte de Dados de Opinião Pública, Vol. I, nº 2	<i>centro</i>
Dimensões de Avaliação Política do Eleitorado- Uma Análise Fatorial Plínio A. Dentzien	19
Como Entender mais Ética na Política Álvaro de Vita	32

*Influência da mídia no apoio a candidatos à
presidência em eleições primárias:
teoria, método e evidência*

Robert Y. Shapiro

Departamento de Ciência Política, Columbia University

John T. Young

Kelly D. Patterson

Departamento de Governo, Franklin & Marshall College

Douglas Cifu*

Columbia College; Columbia University Law School

Jill E. Blumenfeld*

Franklin & Marshall College

Sara M. Offenhartz*

Barnard College

Ted E. Tsekerides*

Columbia College

Resumo

Este artigo analisa a influência do conteúdo da mídia em períodos eleitorais específicos. Os autores afirmam a importância do *momentum* da mídia no processo de indicação de candidatos, através do estudo das eleições presidenciais norte-americanas de 1988.

Palavras-chave: mídia, *momentum*, informação política

Abstract

This article analyses the influence of the media content in specific electoral periods. The authors affirm the importance of the media *momentum* in the process of nomination of candidates, studying the 1988 American presidential election.

Keywords: media, *momentum*, political information

* colaboraram nesta pesquisa enquanto eram estudantes em suas respectivas escolas.

Introdução

“Apesar de tudo o que sabemos sobre a dinâmica de aprendizado e incerteza em campanhas passadas, não podemos adivinhar o que os eleitores vão apreender sobre os candidatos que surgem com o ‘momentum’ em 1988. E apesar de tudo o que sabemos sobre as circunstâncias nas quais o ‘momentum’¹ é provavelmente importante, não sabemos se ele será decisivo na indicação de um candidato, como foi algumas vezes no passado... as próprias surpresas não devem ser surpreendentes. A política ainda é uma arte assim como uma ciência” (BARTEL, 1988, p. 293).

“Deve ser enfatizado que embora a viabilidade seja um determinante importante na preferência por um candidato, ela não influencia os eleitores num ‘vazio’” (IYENGAR e LENART, 1990, p. 34).

Difícilmente discordaríamos de que a política, e portanto a ciência política, é tanto uma arte subjetiva e interpretativa quanto é científica. Realmente, o *momentum* gerado por relatos de sucesso em eleições primárias e convenções partidárias não foi tão decisivo no processo de seleção dos indicados para a presidência americana em 1988 como se esperaria à luz das campanhas de eleições primárias de 1984. Mas há também pouca divergência quanto aos meios de comunicação de massa exercerem um papel crucial no processo de seleção de candidatos. Eles podem alertar e informar eleitores sobre a viabilidade de cada candidato, mas também transmitir outras mensagens que podem pesar na opinião pública.

A abordagem do *momentum* na mídia afirma basicamente que, assim como o resultado das expectativas e percepções do público relativas às *chances* de certos candidatos nas eleições primárias ganharem a indicação de seus partidos, e vencerem as eleições presidenciais, o processo de indicação e apoio ao candidato é fortemente influenciado pelos resultados das primárias iniciais e das convenções partidárias que são *relatados e caracterizados pela mídia*. Bartels (1988) fez uma análise completa relativa a como o *momentum* constrói e beneficia candidatos.

A importante formulação que orienta esta análise é de que o público em geral e os eleitores das eleições primárias em particular se comportam *racional e estrategicamente*. Na seleção de candidatos à presidência durante as eleições primárias, não se trata de que as avaliações positivas do público se traduzam automaticamente em preferências por um candidato sobre outro, como ocorre nas eleições gerais (cf. PAGE e JONES, 1979). O que faz diferença é se candidatos que

¹ (NT) *‘Momentum’*: Da física: Quantidade de movimento; impulso

são vistos mais favoravelmente parecem ou não ter chances suficientes de vencer a indicação e as eleições. Bartels (1988) mostra de forma convincente como esta consideração interage com outras avaliações sobre os candidatos. Pode-se esperar que o público se comporte estrategicamente, não querendo perder votos num candidato que não é capaz de vencer; indivíduos podem *não* escolher o candidato que *preferem* quando exigidos a tomar uma decisão de voto. Estas possibilidades e expectativas são, portanto, críticas e influenciadas por vários tipos de informação transmitidos pela mídia: mais notavelmente por eventos, incluindo os resultados das eleições primárias, das convenções e de pesquisas de opinião; pelas próprias palavras e atos dos candidatos, que eles próprios podem controlar; e por interpretações relativas à competitividade e à viabilidade de cada candidato oferecidas por várias “fontes” que são cotadas ou citadas nas reportagens da imprensa – por políticos, representantes de grupos, especialistas e assim por diante, e talvez em especial por repórteres e comentaristas de imprensa (Para outras avaliações e dados concernentes ao papel do *momentum* e da competitividade de candidatos à presidência em 1984 e 1988, ver ABRAMSON et al., 1990; KENNEY e RICE, 1988; LICHTER et al., 1988; SHAPIRO e YOUNG, 1988).

Potencialmente, o *momentum* oferece grande parte das explicações para as variações do apoio a candidatos. De outra maneira, avaliações positivas podem contrabalançar um *momentum* decrescente ou inexistente para um candidato e as mínimas chances percebidas de vitória de outros. Estas avaliações podem ser também influenciadas por esta viabilidade percebida, e ainda pelas predisposições dos indivíduos (p. ex., atribuíveis a certas características sociais e demográficas). Mas, talvez mais importante, estas avaliações podem ser afetadas pela informação e pelas mensagens veiculadas pela mídia durante a campanha – pela cobertura que vai além da disputa e do *momentum*. Além disso, enquanto a mídia seleciona o que cobrir e enfatizar, os próprios candidatos e outras fontes de notícias usadas pela mídia exercem um controle substancial sobre suas próprias afirmações e ações que são comunicadas ao público.

Sugerimos que nossa arte pode ser aperfeiçoada se *avancarmos* nossa ciência, o que exige examinarmos mais do que o *momentum* e a escolha estratégica. Precisamos pensar em termos de um modelo mais completo sobre influências da mídia no apoio a um candidato, que leve em consideração o *momentum* e as preocupações estratégicas, e que também busque explicar e prever outras influências sobre as outras avaliações que o público faz do candidato através da mídia – variáveis diferentes daquelas envolvidas na disputa.

Teoria: persuasão e mudança de atitude

O que propomos aqui é que os analistas políticos comecem a teorizar sobre os meios de comunicação de massa e sobre a mudança de opinião de uma maneira que possa ser prontamente aplicada às eleições primárias e às eleições de forma geral. Sugerimos um retorno ao modelo sócio-psicológico geral de mudança de atitudes que foi desenvolvido e modificado através de experimentos de laboratório, somado a outras teorias recentes e à pesquisa sobre cognição social (para um bom resumo didático, ver SEARS et al., 1988, p. 190-224; e FISKE e TAYLOR, 1984).

As características do modelo

Este modelo de persuasão e de mudança de atitudes é um modelo ao nível individual, que envolve tanto variáveis cognitivas quanto (em menor medida) afetivas, e que enfoca o efeito persuasivo de uma ou de poucas mensagens num curto período de tempo que podem ser estudadas através de experimentos em laboratório. Embora não exista um amplo acordo quanto às minuciosas definições e descrições das variáveis, elas incluem: primeiro, as características do comunicador, como a sua habilidade, simpatia e confiabilidade – ou seja a *credibilidade* global do comunicador (p. ex. HOVLAND e WEISS, 1951-2); segundo, as características das comunicações ou mensagens, como a discrepância entre o conteúdo de mensagens anteriores e as atitudes atuais dos receptores das mensagens; o grau de agressividade ou o medo despertado pela comunicação; e a medida na qual a comunicação apresenta argumentos fortes. Terceiro, o amplo contexto da “situação” de persuasão que inclui “advertência” ou “inoculação” fornecidas pelas comunicações iniciais, e a “distração” causada pelas múltiplas mensagens que os receptores das comunicações têm que confrontar. Além disso, como parte de um processo persuasivo que deve se desenvolver lenta e não rapidamente, mensagens claras que em última análise, são *acessíveis* à memória, devem ser recebidas para que exista algum *impacto duradouro* sobre o receptor, impacto esse que atinja os vários processos de mudança de atitude – ou de resistência à mudança – descrito pelos psicólogos sociais. (Para um resumo sobre importância do “viés de acessibilidade” no caso do impacto da televisão sobre as atitudes, ver IYENGAR, 1990). As características dos receptores ou alvos da comunicação são igualmente importantes, especialmente seu compromisso para com uma atitude corrente, ou sua predisposição em mudar para uma direção ou outra; e os fatores de personalidade relacionados a cada uma destas tendências – tanto geral quanto especificamente, sobre um objeto particular de atitude (para um resumo do modelo geral, ver SEARS et al., 1988, Quadro 1, p. 192).

Este modelo de mudança de atitude faz parte de uma longa história de pesquisa científica social bem estabelecida. No entanto, este trabalho enfocou exclusivamente as influências persuasivas de curto prazo sobre o *indivíduo*. Afirmamos que para usar o modelo para o estudo da dinâmica de mudança de atitude ao nível *agregado*, por um *período de tempo* mais longo, e no “mundo real”, são necessárias outras considerações. Em particular, e baseados em recentes reflexões, em trabalhos sobre a cognição social e em evidências, quanto à dinâmica da opinião pública agregada, temos razões para acreditar que algumas variáveis são muito mais importantes do que outras (cf. PAGE e SHAPIRO, 1991).

Assim, ao examinar a mudança da opinião agregada enfatizaríamos a cognição e especialmente o pensamento e os processos racionais. Estes tipos de influência podem surgir como os mais fortes, precisamente devido à complexidade do que ocorre ao nível individual. O próprio processo de formação de atitudes e de persuasão ao nível individual é particularmente complicado quando tentamos levar em consideração os tipos de comunicações múltiplas, e a repetição e acúmulo de mensagens que ocorrem no mundo real. Somadas às mensagens diretamente persuasivas, influências persistentemente “instrutivas” e “modeladoras” podem se acumular num período de tempo mais longo e produzir mudanças de atitude. Essas mudanças, que podem provavelmente ocorrer em semanas ou mesmo em vários meses em cenários naturais, podem ocorrer em laboratório em períodos muito menores (ver IYENGAR e KINDER, 1987; IYENGAR, 1987, 1989; KROSNICK e KINDER, 1990).

Além disso, pode ser necessário teorizar sobre mais do que mudanças de atitude e persuasão, pois em alguns casos devemos considerar a própria *formação de atitude*, como parte da resposta pública à informação nova sobre novos objetos de atitude – aos quais devem ser aplicadas considerações *afetivas*, na medida em que os indivíduos encaixam novas informações em *esquemas* pré-existentes (ver FISKE e TAYLOR, 1984, cap. 6). Estão especialmente incluídos neste processo de comunicação, formação de atitude e persuasão – algo difícil de imaginar como os pesquisados captariam experimentalmente – os resultados de um aprendizado, debate, deliberação e difusão mais amplos, dos quais os indivíduos participam através da mídia e de interações e dissensões cotidianas com membros da família, amigos e outros. Em última análise, o que mais influencia as atitudes, porém, é o estoque de informações relativamente limitadas que se torna o mais acessível a muitos indivíduos, e que se transforma na influência orientadora da opinião agregada. A descrição mais convincente deste processo, originada no trabalho sobre a cognição social, salienta o uso extensivo que os indivíduos fazem de “heurísticas cognitivas” ou de atalhos para selecionar informação (ver TVERSKY e KAHNEMAN, 1974; KAHNEMAN et al., 1982; FISKE e TAYLOR, 1984, cap. 9; CHAIKEN, 1980 e especialmente MONDAK, 1991). Quais são, então, pelo menos em

nosso caso de candidatos e eleições, as influências provavelmente mais importantes sobre as mudanças de atitude agregada, através deste “processamento heurístico” da informação?

A análise ao nível individual

O próprio modelo ao nível individual oferece um considerável entendimento das variáveis, que provavelmente são as mais importantes no estudo da mudança da opinião agregada, e que podem ser estudadas, neste caso, comparando as atitudes do público em relação a candidatos com medidas de estímulos dos meios de comunicação. Os comunicadores são fontes de notícia cujas mensagens são transmitidas através da televisão, jornais e outros meios de comunicação. Os cidadãos estão bem cientes de quais meios de comunicação são suas principais fontes de informação e fazem julgamentos sobre a sua credibilidade.

Além disso, a percebida habilidade, confiabilidade e simpatia dos comunicadores específicos que transmitem mensagens através dos meios de comunicação pode ser estudada diretamente, (ver ROBINSON e KOHUT, 1988) ou pelo menos indiretamente, como veremos adiante. Da mesma forma, é possível medir os conteúdos das comunicações de diferentes fontes, incluindo o volume de comunicações discrepantes e os tipos, a força e o número de argumentos usados *para persuadir a audiência*.

Ainda que tanto o comunicador quanto a comunicação sejam cruciais, o que parece tornar útil o modelo ao nível individual é seu delineamento de um contexto potencialmente complexo da situação de persuasão – ou seja, as interações de um número de variáveis que poderiam contribuir para mudanças de atitude agregadas. O público reage a estas mensagens conforme elas são transmitidas inicialmente, e além disso responde a elas conforme se acumulam. Estes encontros são diretos – na medida em que as próprias pessoas vêem e ouvem os noticiários originais – ou *indiretos* – através de processos de difusão envolvendo informação posteriormente recebida de amigos, membros da família e outros. Talvez o mais importante seja que este processo também envolve discussão e deliberação que, novamente, são difíceis, senão impossíveis, de estudar de forma válida sob condições controladas em laboratório.

Integrando as análises aos níveis individual e agregado

Este tipo de teorização científica sobre persuasão e mudança de atitude ao nível individual é extraordinariamente complicado. No entanto, quando consideramos as interações das variáveis descritas acima e o provável impacto do mundo real na opinião pública agregada destes processos aparentemente complexos, deve-se levar em conta uma consideração adicional e muito importante: o próprio processo de *agregação*.

Ao invés de complicar mais, esta questão, o processo de agregação pode ajudar a esclarecer quais são provavelmente as influências importantes na análise das mudanças de atitudes *coletivas*. O que acontece ao nível individual é crucial, mas duas coisas ocorrem quando nos deslocamos de um nível de análise para o outro. Primeiro, grande parte da mudança de atitudes ao nível individual pode ser altamente idiossincrática, dependendo das características pessoais ou do ambiente da informação (isto é, dependendo das variáveis antes descritas e especialmente das comunicações que os indivíduos recebem de diferentes meios de comunicação e de amigos, pares, parentes e outros).

De fato, a variação das mudanças de atitude entre indivíduos pode ser tão grande que pareça ser relativamente aleatória (sem contar o substancial erro aleatório de medida que pode ocorrer no processo de pesquisa), de forma que a maioria das mudanças ao nível individual pode compensar as outras e produzir uma mudança muito pequena ao nível agregado (cf. PAGE e SHAPIRO, 1991, cap. 1; CONVERSE, 1964). A real mudança coletiva que de fato ocorre é, entretanto, o resultado de influências ao nível individual que são as *mais* acessíveis e persuasivas: elas devem ocorrer de forma relativamente sistemática – e não aleatoriamente entre os indivíduos. Deveríamos ser capazes de estudar estas influências dominantes e sistemáticas sobre a opinião pública ao nível agregado.

Os fatores que influenciam o apoio ao candidato

Quais são, então, estas mensagens mais acessíveis e persuasivas que influenciam o apoio nacional a candidatos durante campanhas políticas. Não esperaríamos que muitas das variáveis que operam ao nível individual e suas interações produzissem mudanças sistemáticas ao nível agregado.

Tal como resultado de processamento heurístico porém, acreditamos que as características dos comunicadores e das comunicações são as exceções que podem levar a mudanças sistemáticas. Isso ocorre devido ao modo pelo qual estão estruturados e organizados os meios de comunicação de massa nos EUA e especialmente como as notícias são agrupadas e relatadas, usando fontes específicas para reportagens que são então citadas em reportagens. Além disso,

também contribui a natureza personalista da política americana atual (cf. MONDAK, 1991). Assim, entre as muitas mensagens transmitidas através da mídia, as mais persuasivas e acessíveis devem ser consideradas as mais merecedoras de crédito e mais relevantes para uma atitude em questão. É preciso acreditar nelas e agir a partir delas; elas oferecem informação para guiar o comportamento racional.

Afirmamos que o efeito do *momentum* de mídia é provavelmente muito forte – de fato o mais forte – no caso do apoio a candidatos nas eleições primárias. Mensagens sobre a viabilidade do candidato são provavelmente as de mais credibilidade, pois costumam acompanhar os informes sobre os resultados das eleições primárias e das convenções partidárias – especialmente as primeiras – e também os resultados das pesquisas de opinião antes e depois destes eventos, e durante a campanha. O mais importante, é claro, é que informes sobre a viabilidade de um candidato são uma influência significativa no processamento da informação relativa à estratégia da escolha entre candidatos.

Quando isso envolve nova informação sobre candidatos que não são amplamente conhecidos, estas escolhas podem usar da informação para ativar esquemas relacionados à formação de novas atitudes seja de forma cognitiva ou afetiva (p. ex. um esquema no qual o sucesso eleitoral evoque o roteiro ou o estereótipo da emergência de um novo líder nacional que desponta).

A credibilidade das comunicações de campanha

Embora os próprios resultados das pesquisas não sejam tão objetivos quanto resultados eleitorais – de fato, o público é suficientemente desconfiado quanto à confiabilidade e a validade variáveis das pesquisas – sua credibilidade deve ser comparada *com relação* às mensagens de outras fontes, muitas das quais são altamente partidárias e sem objetividade. Credibilidade, então, é um fenômeno relativo; que deve ser avaliado em graus.

Que outros tipos de comunicações de campanha podem ter uma credibilidade relativa? Quando consideramos outros comunicadores partidários e tendenciosos um a um, e quando levamos em conta os resultados da pesquisa experimental e o que ocorre como resultado da agregação a partir do nível individual, esperamos que a maior parte destes comunicadores seja descartada devido à sua falta de objetividade. Por outro lado, podem existir comunicadores simpáticos, que são considerados confiáveis e que por conseqüência, são persuasivos. A pesquisa eleitoral e a evidência de estudos limitados sobre a liderança presidencial sobre opinião pública demonstram que as qualidades pessoais de candidatos e a própria imagem do presidente e os apelos diretos ao público divulgados através da mídia, podem influenciar atitudes em relação a candidatos e ao presidente (e mais durante as eleições gerais dos últimos anos do

que no passado; ver GRABER, 1986). Em menor escala, presidentes também podem afetar as preferências políticas do público (talvez apenas quando os presidentes têm um apoio político substancial para começar, ver KERNELL, 1986; PAGE e SHAPIRO, 1984; PAGE et al., 1987). Se os próprios candidatos podem influenciar o público através da mídia, esta influência deve ser altamente dependente de sua capacidade de obter uma cobertura direta da mídia e de usar tais oportunidades para criar uma imagem positiva geral (GRABER, 1986). Tal influência está também relacionada à viabilidade, já que a mídia dá atenção a candidatos quando estes têm sucesso com o eleitorado e, durante períodos de sucesso, os candidatos podem conseguir oportunidade adicional de se comunicar diretamente com o público.

É possível que líderes partidários ou outros atores políticos a favor ou contra candidatos tenham uma credibilidade e um poder de persuasão similares. Mas esses indivíduos podem ser muito menos distinguíveis como grupo e conseqüentemente muito menos acessíveis à memória do que os próprios candidatos. Certamente não é fácil prever quando tais influências estarão operando, mesmo se envolverem forte apoio ou oposição divulgados, por parte dos senadores mais importantes ou outros líderes partidários através da mídia. (cf. CARMINES e KUKLINSKI, 1990).

O papel do comentário de mídia

Em contraste, teorizamos que há *uma* influência persistente e predizível em operação através da mídia. Baseados em nossa teorização até aqui sobre credibilidade e acessibilidade, e baseados tanto na pesquisa experimental quanto na pesquisa relativa à dinâmica da opinião pública, supomos que as mensagens mais consistentemente influentes, são as do *comentário* que ostensivamente merece crédito. O comentário se refere à opinião pessoal dos próprios repórteres, pelos âncoras ou por pessoas definidas como “comentaristas” que editorializam os noticiários (alguns estudos aplicaram o termo “especialistas” a figuras políticas do passado ou atuais que eram chamadas a fazer análises ou julgamentos). Estas novas fontes ou comunicadores podem ser distinguidas de todas as outras com base na credibilidade percebida e na veracidade (ver ROBINSON e KOHUT, 1988). Os efeitos do comentário deste tipo numa variedade de atitudes foram detectados em diferentes estudos controlados em laboratório e são muito convincentes quando vistos em conjunto (p. ex., ver FREEMAN et al., 1955; ANDREOLI e WORCHEL, 1978; WU e SHAFFER, 1987; CUNDY, 1989). Mais importante, recentes análises multivariadas da mudança agregada de atitude descobriram um impacto independente dos comentários sobre preferências políticas e sobre a popularidade ou apoio a presidentes (ver BRODY e SHAPIRO, 1989a, 1989b; WEST, 1991; PAGE

et.al., 1987). Com certeza estas comunicações e seus comunicadores estão longe de serem completamente objetivos, mas tendem a ser percebidos como mais merecedores de crédito do que, no caso das escolhas eleitorais, as mensagens dos próprios candidatos e dos seus partidários.

Este tipo de influência de mídia pode acontecer simplesmente por razões que têm a ver com a credibilidade, mas não queremos inferir que o público é completamente persuadido por comentaristas específicos. A pesquisa experimental revela que isso é possível, mas que não pode ser transposto para o nível agregado. Neste caso, nosso deslocamento do nível individual para o agregado torna muito mais difícil fazer inferências causais deste tipo. Apenas podemos dizer genericamente que o comentário consiste em ou reflete mensagens e informações que se acumulam e permanecem acessíveis ou persuasivas. Ao examinar os comentários no nível agregado, o que podemos estar realmente medindo e rastreando é o impacto de um consenso de elite mais amplo representado pelo comentário, ou podemos estar aferindo o impacto sobre o público de um consenso público ou de um clima de opinião (cf. NOELLE-NEUMANN, 1984; PAGE e SHAPIRO, 1991). Este consenso percebido pode ser criado pela cobertura geral da mídia que envolve muitas mensagens e fontes, e o comentário, em particular, pode capturar a mensagem única que é em última análise a mais acessível.

Assim, para investigar de forma mais científica as influências da mídia durante as eleições primárias, voltamos ao modelo da mudança de atitude desenvolvido pela psicologia social experimental. Este modelo de mudança de atitude precisa ser examinado de forma tão sistemática e abrangente quanto possível no mundo real, onde a aleatoriedade e o controle completo das variáveis não são possíveis, e onde entram em ação as considerações de escolha racional e estratégica juntamente com os efeitos cumulativos no tempo da nova informação sobre a opinião pública. Até recentemente, as variáveis que no laboratório apareciam como relevantes para a mudança de atitude, especialmente as características do comunicador, não tinham sido estudadas sistematicamente em cenários naturais; e questões relativas à escolha estratégica e racional do tipo encontrado em campanhas para eleições primárias recebiam apenas uma atenção limitada em laboratório (ver BRADY, 1985). Embora muito se tenha aprendido sobre estes últimos com base em análises de *surveys* e em outros dados relativos a campanhas (especialmente BARTELS, 1988; BRADY, 1985; BRADY e JOHNSTON, 1987), muito pouco se aprendeu sobre como as primeiras – como nova informação não relacionada com o *momentum* do candidato – afeta as avaliações do público e o apoio a candidatos. Por muitos anos os psicólogos sociais têm descrito e estudado estas variáveis através de experimentos, mas não examinaram até que ponto estas variáveis ajudam a explicar a dinâmica de tipos particulares de atitudes políticas agregadas e as preferências no mundo real. Entretanto, baseados em suas

teorizações e em suas importantes descobertas experimentais, que acreditamos sejam aplicáveis à pesquisa sobre a opinião pública coletiva (desde que as atitudes e o ambiente de informação dos indivíduos sejam agregados), tentamos identificar as influências mais importantes sobre o apoio a candidatos durante as campanhas para eleições primárias. A seguir, nós nos voltamos à evidência empírica sobre estas influências.

Apoio a candidatos em eleições primárias: *momentum*, comentário e outras influências

Começamos a desenvolver um modelo dos processos envolvidos na mudança de atitude coletiva. Embora considerável pesquisa tenha mostrado que a opinião pública responde de forma aparentemente razoável a tipos particulares de nova informação (p. ex. PAGE e SHAPIRO, 1991), essa análise não produziu uma teoria extensiva sobre estes processos de mudança coletiva. Nosso modelo salienta o seguinte, no caso da dinâmica do apoio a candidatos em eleições primárias: as poderosas influências do *momentum* e do voto estratégico; as mensagens e imagens dos próprios candidatos, e em menor escala aquelas transmitidas pelos que os apóiam e seus oponentes; e, talvez mais notavelmente, as influências do comentário de imprensa.

Embora o apoio público a candidatos durante as eleições primárias tenha apresentado um desafio à nossa teorização, há um lado positivo: o caso do apoio a candidatos em eleições primárias é útil devido à quase incessante mudança de opinião, e devido às variações de comportamento e de resultados que ocorrem de eleição a eleição (BARTELS, 1988). A razão para a volatilidade incomum das opiniões durante estes períodos eleitorais é que as atitudes e as preferências dos cidadãos e dos eleitores não estão ancoradas em identificações partidárias passadas. Eles respondem aos eventos e às sempre mutantes palavras e atos dos candidatos e de outros atores políticos, que apreendem direta ou indiretamente através da mídia. Entretanto, ainda que numerosos estudos tenham explorado cientificamente influências muito específicas relacionadas à mídia (notavelmente, ver IYENGAR e KINDER, 1987; FAN, 1984, 1988; FAN e TIMS, 1989; PATTERSON, 1989; BRODY e PAGE, 1975; MACKUEN, 1983; KEPPLINGER et al., 1989), houve pouca pesquisa sistemática para rastrear e tentar *separar* estas diversas influências envolvendo este meio (para análises, ver KRAUS e DAVIS, 1976; IYENGAR e LENART, 1989).

Identificação das variáveis independentes

Começamos a examinar estes tipos de influência da mídia. Mesmo que as principais influências que operam ao nível agregado sejam menores e mais simples do que aquelas possíveis ao nível individual, a análise é ainda assim complexa. múltiplas influências estão ainda em operação: é necessário distinguir empiricamente mensagens de várias fontes, cujas interpretações e opiniões são divulgadas ao público através dos meios de comunicação de massa. Esperamos que o público responda a informações relevantes sobre a campanha e os candidatos, mas de modo diferente a fontes diferentes de notícia, dependendo de: (1) quantas mensagens com conteúdo remotamente similar são recebidas e acumuladas durante um dado período de tempo (p. ex. o conteúdo positivo líquido *versus* o conteúdo negativo) e (2) se as várias fontes e mensagens são tidas como dignas de crédito. Esperamos que o público seja menos suscetível a posições declaradas de grupos e indivíduos com tendências conhecidas, como os que representam interesses especiais, do que as opiniões expressas pelos comentaristas de imprensa, especialistas e repórteres com mais credibilidade. Por outro lado, os efeitos dos ataques de candidatos entre si que são mostrados ou escritos pela imprensa são mais difíceis de prever. Por exemplo, os ataques de candidatos oponentes, incluindo as “campanhas negativas” usadas em larga escala nas competições eleitorais, inclusive a corrida presidencial de 1988, aparentemente podem ser persuasivos e eficientes (cf. PFAU e KENSK, 1990). Tais ataques ocorrem freqüentemente contra um candidato que está em ascensão, de forma que podem parecer ineficientes (cf. a interpretação alternativa sobre o efeito negativo de interesses especiais em PAGE et al., 1987). Em nossa análise, consideramos a capacidade de persuasão dos próprios candidatos e de várias figuras partidárias como uma questão empírica.

Apoio a candidatos democratas 1983-84

Nossa primeira análise examinou o apoio a candidatos Democratas durante o período de pré-indicação de 1983-84 (ver SHAPIRO et al., 1987; CIFU, 1985). A fim de examinar o efeito do conteúdo da mídia, incluindo especialmente o período de eleições primárias, mais intensamente coberto, estimamos um modelo tipo série temporal. Nele, fizemos a regressão do apoio público para cada candidato, conforme medido por respostas agregadas a uma questão da pesquisa Gallup, numa variável ‘dummy’², distinguindo entre os períodos anterior e posterior às

² (NT) Variável ‘dummy’: variável artificial criada de forma que adquire o valor 1 sempre que o fenômeno que representa ocorre, e de outro modo, adquire valor 0.

primárias que iniciaram no começo de março de 1984, juntamente com medidas do conteúdo das mensagens transmitidas, entre cada medição de opinião feita por diferentes fontes de notícia das redes de televisão. A pergunta do Gallup dizia: “qual dentre as pessoas deste cartão você gostaria de ver indicada como candidato do Partido Democrata para a presidência em 1984?” As respostas a este item, relatadas pelo *Gallup* (1983,1984; também os volumes mensais de *The Gallup Report* durante 1983 e 1984), forneceram medidas das preferências públicas entre candidatos em 17 pontos no tempo (embora menos para Jesse Jackson e John Glenn que não foram considerados candidatos por todo o período).

Análise de conteúdo

O conteúdo das notícias das redes de televisão foi codificado para todo o período de tempo coberto pelos dados do *survey*, de 16 de janeiro de 1983 até 8 de junho de 1984. Codificamos todos os dias as notícias televisivas das três redes (CBS, ABC, NBC), usando os sumários encontrados no *Television News Index and Abstracts* do Vanderbilt Television News Archive. Embora estes sumários sejam breves e não estejam voltados para os mesmos propósitos, eles eram geralmente (mas não inteiramente) satisfatórios para grande parte da evidência que precisávamos, especialmente porque incluíam todos os noticiários das redes nacionais de televisão, e os dados eram agregados após algumas semanas entre as medições de *survey* (p. ex. ver GRABER, 1984, p. 20). Codificamos todos os noticiários que fossem minimamente relevantes para a campanha política.

Como estávamos interessados nos efeitos de fontes particulares, cujas afirmações e ações eram relatadas pela televisão, distinguimos entre as seguintes categorias, exaustivas e mutuamente exclusivas: (1) cada candidato em questão; (2) os candidatos oponentes; (3) os informes de resultados das eleições primárias; (4) informes de resultados de pesquisa de opinião; (5) comentários de repórteres, comentaristas e de especialistas em política claramente objetivos; (6) grupos e cidadãos representando interesses especiais (p. ex. organizações de trabalhadores, grupos étnicos ou de mulheres, etc.). não classificados em nenhum outro lugar; (7) líderes do partido Democrata e outros políticos e delegados convencionais; (8) Republicanos (principalmente Ronald Reagan e porta-vozes da administração).

Nossas variáveis independentes resumem as afirmações e ações relatadas por uma fonte de imprensa específica. Cada uma das tais “reportagem-fonte” ou “mensagem” foi a unidade de análise na medição do conteúdo da mídia agregada, num intervalo de tempo entre os relatórios de opinião para um candidato em particular. Para cada afirmação relatada por uma fonte particular em relação a um candidato Democrata em particular. Ou seja, para cada “reportagem-fonte”, codificamos a direção de apoio ou de oposição do impacto pretendido da afirmação

ou ato em relação ao candidato político em questão. Assim medimos a pressão direcional da mensagem em termos das intenções dos locutores ou dos próprios atores.

Foi simples codificar as afirmações e ações relatadas numa escala de apoio-oposição de cinco pontos, com as categorias “claramente a favor” de um específico candidato, “provavelmente a favor” dele, “incerto ou neutro”, “provavelmente contra”, e “claramente contra” ele. Os codificadores nunca discordaram em mais de um ponto nesta escala (para uma maior discussão sobre a confiabilidade e a validade deste tipo de codificação, ver PAGE et. al., 1987; NACOS et al., 1991; SHAPIRO et al., 1987). Para cada categoria de fonte de imprensa, para cada candidato somamos todos os códigos numéricos de apoio-oposição (numa escala de +2 a -2, com 0 para o neutro), de forma a computar medidas de uma pressão direcional total das notícias de cada fonte para cada intervalo de tempo entre as medidas de apoio a candidatos nos *surveys*. As somas de todas as mensagens vindas separadamente de cada fonte constituem as variáveis independentes.

Resultados

Estas medidas do conteúdo da mídia juntamente com uma variável 'dummy' para o período anterior e posterior às primárias de New Hampshire (codificadas como 0 durante o período anterior e 1 no posterior) foram usadas para prever a percentagem dos Democratas e a dos Independentes que apoiavam os principais candidatos Democratas.

Os resultados principais desta análise estão mostrados nas Tabelas 1 e 2. Empiricamente, os achados sobre os efeitos relacionados à mídia nestas tabelas são notáveis; mas de um ponto de vista teórico, como veremos, levantam uma série de questões.

Os resultados de séries temporais mostrados nas tabelas utilizaram mensagens de diferentes fontes de notícias, conforme codificados dos sumários de notícias da TV para prever o apoio a Walter Mondale e Gary Hart durante as campanhas das eleições primárias de março de 1983 a junho de 1984. As tabelas parecem indicar que o ambiente de informação – e os componentes identificáveis deste – explicavam muito do apoio a Mondale e virtualmente todo o apoio a Hart. As variáveis 'dummy' das primárias e as mensagens sobre os resultados favoráveis nas prévias destacam muito do bem conhecido *momentum* através da mídia que Hart recebeu de Iowa e de New Hampshire (ver BARTELS, 1988 para uma análise mais ampla deste efeito). Mas somadas aos efeitos relacionados ao *momentum*, parece haver um número de outras mensagens afetando a opinião pública. O comentário favorável de repórteres e de especialistas firmemente não-partidários, que não estavam relacionados à viabilidade e ao *momentum*, também beneficiaram Hart,

enquanto ele era ferido por ataques de outros candidatos ou líderes de partido (ou ajudado por comentários positivos deles); e Mondale se beneficiou de seus noticiados ataques contra Hart (p. ex. “Where’s the Beef?”³). Mondale também se beneficiou – pelo menos entre os Democratas – do noticiado apoio de representantes de vários grupos de interesse. Globalmente, então, mensagens diferentes transmitidas através da mídia pareciam afetar fortemente a forma na qual os dois principais candidatos progrediam na mente do público.

Acreditamos, é lógico, que os interesses racionais e estratégicos determinaram a maior parte dos efeitos no apoio do público aos candidatos. O alto R² da equação para Hart reflete o notável efeito da variável Iowa/New Hampshire. Em contraste, a descoberta de que não havia influência relacionada à mídia digna desse nome nos casos do apoio a John Glenn e Jesse Jackson (não mostrados) poderia ser prontamente predita com base em interesses estratégicos (ver SHAPIRO et al., 1987; CIFU, 1985).

Em contraste, podemos atribuir muita da influência restante relacionada à mídia a certas fontes de mensagens confiáveis. Entretanto, embora haja evidência de que influências de mídia não relacionadas aos interesses estratégicos estivessem operando, elas não eram todas prontamente predizíveis e não acreditávamos necessariamente nelas nesse momento. Esperávamos um efeito do comentário somado às variáveis relacionadas ao *momentum*, mas algumas das outras exigem estudo adicional.

Tabela 1
Predizendo apoio percentual a Hart, 1983-1984

Variáveis Independentes	Entre Democratas (b)	Entre Independentes (b)
Dummy Primárias	37,39***	45,67***
Comentários Repórteres ‘Experts’	0,35***	0,43**
Resultados de Pesquisa	0,97***	0,99*
Líderes de Partidos	0,70***	0,67**
Candidatos de oposição	0,78***	0,74**
Constante	2,92	3,21
R ² Ajustado	0,99	0,99
Durbin-Watson	2,36	2,25

Nota: Os dados básicos são coeficientes (b) não estandardizados das regressões das porcentagens de apoio ao candidato (medido por Surveys Gallup) e as somas dos pontos das notícias de apoio-oposição, das várias fontes de notícia para 17 pontos no tempo (medida segundo Vanderbilt Television News Abstract)

*Significante a 0,1

**Significante a 0,05

***Significante a 0,01

³ (NT) “Onde está o boi?”; Expressão de indicação da ‘briga’ política

Tabela 2
Predizendo apoio percentual a Mondale, 1983-1984

Variáveis Independentes	Entre Democratas (b)	Entre Independentes (b)
Dummy Primárias	6,38	6,39
Grupos de Interesse e Cidadãos	0,44**	0,32*
Resultados de Pesquisa	-1,42***	-1,23***
Candidatos de oposição	-0,77***	-0,38
Críticas de Mondale a Hart	0,63*	0,66*
Constante	36,12	24,57
R ² Ajustado	0,59	0,40
Durbin-Watson	1,64	1,70

Nota: Os dados básicos são coeficientes (b) não estandardizados das regressões das porcentagens de apoio ao candidato (medido por Surveys Gallup) e as somas dos pontos das notícias de apoio-oposição, das várias fontes de notícia para 17 pontos no tempo (medida segundo Vanderbilt Television News Abstract)

*Significante a 0,1

**Significante a 0,05

***Significante a 0,01

Replicabilidade dos resultados

Não podemos desconsiderar que alguns resultados podem ser artefatos produzidos por erro de medição ou de estimativa. A maneira de lidar com isso, no entanto, era e é clara: precisamos ver se estes achados são *replicáveis*. Isso requer reunir e analisar mais dados do mundo real. Esta tarefa de pesquisa é favorecida pelas variações que ocorrem ao longo do tempo durante um ciclo de campanha particular e de uma eleição primária para outra, (e, similarmente, uma eleição geral) de forma que possamos replicar esta pesquisa e os testes de predição em outros contextos, e em última instância chegarmos a conclusões válidas e confiáveis. Também podemos reexaminar estas eleições com medidas alternativas do ambiente da mídia e das avaliações dos candidatos para determinar mais uma vez a confiabilidade e a validade de nossos resultados.

O próximo passo era replicar e reexaminar o apoio do público e suas avaliações dos candidatos Democratas à presidência durante as eleições primárias de 1984, e então estender isso às de 1988.

Para a campanha das primárias de 1984 examinamos dados adicionais de opinião pública medindo tendências de apoio a candidatos num grande número de intervalos de tempo, mas mais curtos do que no primeiro estudo. Deste modo podíamos examinar até que ponto nossos primeiros resultados pertenciam especificamente ao período total de 1983-4. Também usamos medidas aperfeiçoadas de conteúdo de mídia para determinar até que ponto os resultados gerais do estudo anterior relatado nas Tabelas 1 e 2 eram válidos, confiáveis e

fortes. Comparamos as tendências de apoio a candidatos da amostra do '1984 National Election Studies' com medidas do conteúdo das mensagens de várias fontes de imprensa, (a soma total das mensagens positivas e negativas, que foram codificadas usando o método descrito acima) baseados na análise do conteúdo de *transcrições completas*, e não os sumários dos noticiários noturnos da rede NBC. As transcrições eram muito mais completas do que os resumos usados na primeira análise e conseqüentemente produziram medidas mais válidas e confiáveis do conteúdo dos informes da NBC, mas realmente consideramos a NBC como representativa de todas as três redes e da mídia nacional em geral. Embora existam algumas diferenças documentadas entre as redes na sua cobertura nacional de notícias (p. ex., conforme documentado pelo *Media Monitor* de Lichter and Lichter), estamos à vontade para presumir que os tipos de informações e mensagens importantes, e em última análise, acessíveis sobre a campanha, o sucesso eleitoral e as perspectivas, as afirmações e ações dos próprios candidatos transmitidas pela NBC eram também transmitidas pelas outras redes e pela imprensa como um todo (a despeito de algumas variações conhecidas na cobertura das eleições feita pelas maiores redes de televisão, suas semelhanças são muito maiores do que suas diferenças; cf. LICHTER and LICHTER, 1988; LICHTER et al., 1988; WOODARD, 1990). Como anteriormente, estimamos também as correlações entre o apoio a candidatos e as mensagens de diferentes fontes.

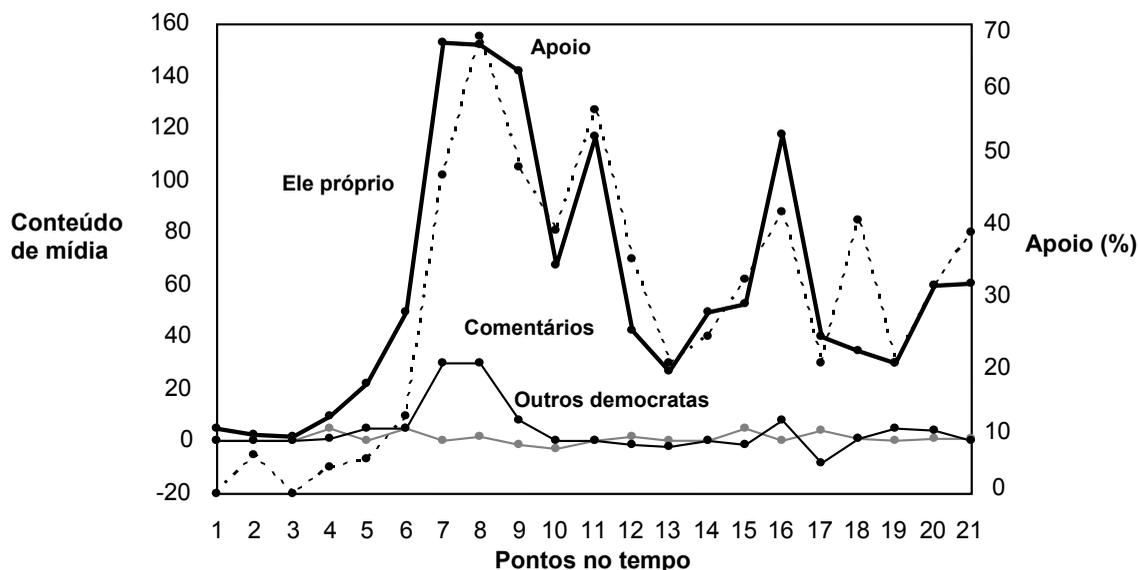
Os dados relativos ao apoio a Hart são mostrados no Quadro 1 e na Tabela 3. O Quadro 1 apresenta as tendências do apoio a Hart e as tendências em tipos selecionados de mensagens e conteúdo transmitidos nos noticiários. Os resultados de Hart, novamente, diferem dos de Mondale (não mostrados), os quais desta vez não revelaram efeitos significativos relacionados à mídia se comparados a Hart. As diferenças são mais pronunciadas nestes novos dados do que no primeiro estudo. Em particular, durante 1984 Hart se beneficiou das oportunidades que teve para persuadir diretamente o público – claramente um resultado da atenção que ele recebeu após Iowa e New Hampshire (o que é claramente mostrado no Quadro 1); o oposto parece realmente ser o caso de Mondale. O apoio a Mondale divergiu agudamente da sua cobertura direta pela mídia, enquanto a cobertura a Hart coincidiu, e pareceu *liderar*, o apoio a ele. Como se observou antes, entretanto, os informes de resultados de prévias favoráveis não beneficiaram Mondale e talvez tenham tido um efeito contrário ($b = -0,53$, $t = -1,68$, $r = -0,28$). O achado anterior de que tais informes de prévias ajudaram Hart não foi replicado nesta nova análise, talvez apanhado pela 'dummy' relativa à eleição primária e pela atenção direta que o próprio candidato recebeu.

Os outros achados resumidos pelos resultados da série temporal para Hart na Tabela 3 são similares às relatadas antes, (e mesmo as estimativas instáveis para Mondale, não mostradas) e isso é particularmente digno de nota, dados os

diferentes períodos de tempo cobertos nas análises e as diferentes fontes de dados usadas. Em adição aos efeitos da cobertura a Hart e do impacto apanhado pela variável 'dummy' de Iowa/New Hampshire, parece haver um efeito independente do comentário de imprensa, e da crítica ou apoio de outros Democratas (ver Tabela 3). O coeficiente do comentário para Mondale tinha o mesmo sinal mas não era confiável ($b=0,25$, $t=0,40$), mas o coeficiente para as mensagens de outros líderes Democratas era inverso e também instável ($b = -0,79$, $t= -0,98$).

Novamente, baseados em nossos modelos de série temporal e na inspeção das curvas de tendências do conteúdo de mídia e do apoio a candidatos, de longe o achado mais impressionante e o efeito do *momentum* da mídia. Hart, entretanto, também ajudou a si mesmo através da mídia. Além disso e notavelmente, o comentário das redes de emissoras – independente dos efeitos relacionados aos resultados das eleições primárias e das prévias – aparentemente ajudou ou prejudicou o apoio a Hart durante todo o período de 1983-4, e isso foi encontrado também em intervalos de tempo menores durante a parte crucial da campanha em 1984.

Quadro 1
Conteúdo de mídia e apoio a Gary Hart, 1984



Fonte: National Election Rolling Cross-Section Surveys, Datas: 24 Jan., 31 Jan., 7 Fev., 14 Fev., 21 Fev., 28 Fev., 6 Mar., 13 Mar., 20 Mar., 27 Mar., 3 Abr., 10 Abr., 17 Abr., 24 Abr., 1 Maio, 8 Maio, 15 Maio, 22 Maio, 29 Maio, 5 Jun., 12 Jun., 19 Jun. (ver texto)

Tabela 3
Predizendo apoio percentual a Hart, 1984

Variáveis Independentes	Efeitos no apoio a Hart	
	b	(t)
Dummy Primárias	22,48*	(5,71)
Comentário	0,31	(1,24)
Outros Democratas	0,68	(1,11)
O próprio Hart	0,16*	(2,88)
Constante	-0,30	
R ² Ajustado	0,89	
Durbin-Watson	2,41	

Nota: Os dados básicos são coeficientes (b) não estandardizados e valores-t (razão do coeficiente para seu erro padrão) das regressões da porcentagem de apoio ao candidato (medido pelo NES Surveys) e das somas dos pontos de notícias de apoio-oposição de várias novas fontes (medidas segundo as transcrições de notícias da rede nacional NBC) para 21 pontos no tempo.

*Significante a 0,05 ou melhor

A campanha de 1988: algumas análises preliminares

Neste ponto, algumas regularidades são claras, e esperaríamos que tornassem a se apresentar em outros contextos. Voltamos à campanha de 1988 para ver se encontramos resultados similares relativos ao *momentum*, às influências dos próprios candidatos e de líderes do partido, e o impacto independente dos comentários nos noticiosos. Novamente, examinamos tendências de apoio público e os diferentes tipos de conteúdo de mídia, juntamente com algumas correlações simples ao longo do tempo. Além disso, temos grupos separados de dados para todo o período das eleições primárias de 1988 e para o crucial período de campanha da “Super Terça-feira”.⁴

Alguns dados do período de janeiro a maio de 1988 estão apresentados nos Quadros 2 e 3, e são curvas de tendências de apoio aos dois principais candidatos Democratas, Dukakis e Jackson, junto com as medidas do conteúdo das mensagens de várias fontes de notícia, (a soma bruta de mensagens positivas e negativas) mais uma vez baseados numa análise de conteúdo das transcrições dos noticiários

⁴ (NT) “Super Terça-feira” refere-se ao dia em que coincidem as eleições primárias de todos os estados norte-americanos que as realizam.

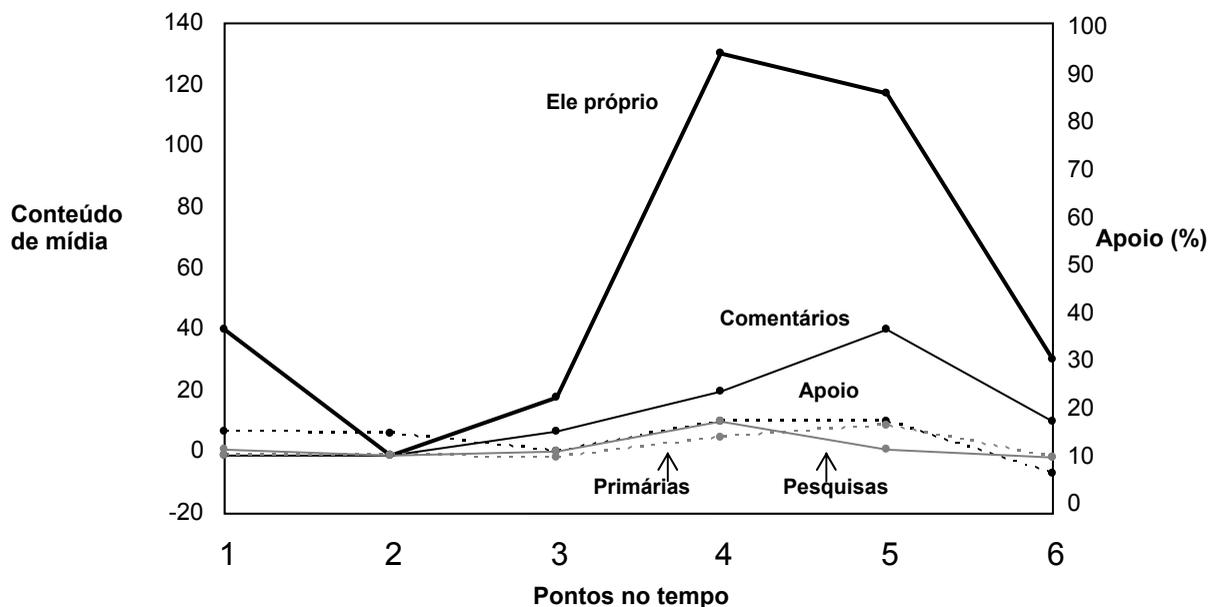
noturnos da rede NBC. Também estimamos correlações entre o apoio a candidatos e as mensagens de diferentes fontes, considerando a defasagem de um período. Lamentavelmente estes dados apenas fornecem seis pontos no tempo, uma vez que a amostra do “National Election Studies” de 1988 não estava disponível. Além disso, o tempo envolvido na codificação do conteúdo das transcrições nos permitiu analisar apenas o ano de 1988, e não o ano anterior, como havia sido o caso na análise de 1983-84, na qual podíamos obviamente codificar mais rápida e convenientemente resumos de notícias muito menores. Os dados e correlações (coeficientes r bivariados de 0,4 a mais de 0,7) mostram que as mudanças no conteúdo da mídia mostradas nos Quadros 2 e 3 levam a mudanças na distribuição agregada da opinião. As mensagens descrevendo os resultados das prévias e das eleições primárias, e a contagem dos delegados (as linhas de tendência nomeadas “Prévias” e “Primárias”) são influências que determinam ou representam o *momentum* do candidato. Como no caso de Hart em 1984, entretanto, as mensagens persuasivas também pareciam emanar primeiro dos próprios candidatos (a linha nomeada “Ele próprio”) e dos repórteres de emissoras, os âncoras ou os comentaristas em seus comentários pessoais (“Comentário”) que acompanham as reportagens. No caso de Dukakis, seu apoio cresceu conforme ele recebeu inicialmente uma cobertura mais direta, bem como comentários favoráveis nas redes de emissoras. Isso pode ser visto também no caso de Jackson, mas menos claramente. Seu apoio durante este período cresceu apenas depois que aumentou a cobertura pessoal e que o comentário nas emissoras melhorou.

Em contraste com os Quadros 2 e 3, os Quadros 4 e 5 oferecem uma pequena mostra do apoio aos candidatos Democratas durante o mais curto e crucial período da “Super Terça-feira”, examinado do fim de janeiro até o início de março de 1988 em sete pontos no tempo, usando medidas de apoio nos estados onde ocorre a “Super Terça-feira”. Aqui há também alguma evidência possível dos mesmos tipos de mensagens levando ao aumento no apoio a candidatos. Embora o padrão não seja tão pronunciado como no período mais longo da campanha, um aumento agudo nas mensagens positivas difundidas pelo próprio Dukakis (“Ele próprio”, no Quadro 4) precedeu o aumento em seu apoio durante o período da “Super Terça-feira”; e o mesmo parece se aplicar a Jackson durante a última parte deste período, junto com o impacto dos comentários positivos de mídia.

Embora estas correlações ao longo do tempo devam ser selecionadas através de uma análise multivariada de pontos adicionais de tempo, pode-se encontrar um padrão consistente na evidência que envolve o *momentum* via mídia e a influência do comentário de mídia. Os próprios candidatos também podem influenciar substancialmente o público. Durante um período de tempo na campanha de 1984 Hart foi percebido como um formidável desafiante de Mondale. E em 1988, os candidatos eram capazes de “ir a público” e causar impressões diretas e

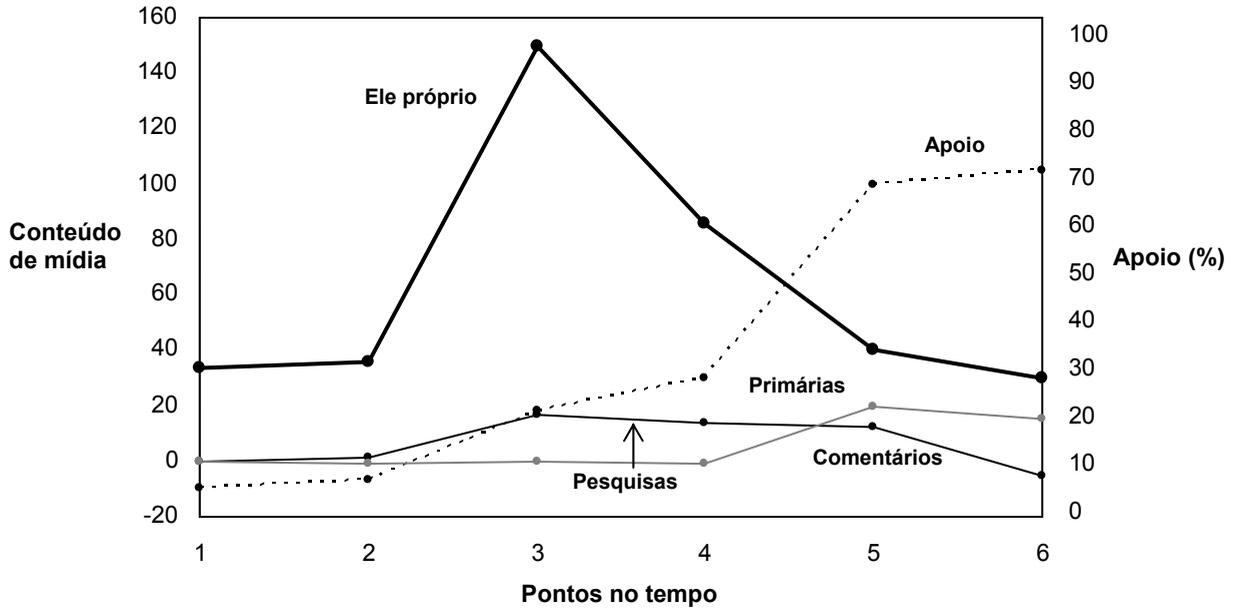
positivas sobre a opinião pública. Sequer podemos rejeitar a possibilidade de que o apoio e a oposição publicamente oferecidos por outros líderes democratas também tenha afetado o apoio público aos candidatos. Entretanto, estas influências e até mesmo aquelas aparentemente trazidas pelos próprios candidatos não poderiam ser previstas com antecedência, como era o caso dos efeitos do *momentum* e do comentário. É difícil antecipar quais candidatos em particular serão percebidos como confiáveis e persuasivos; o mesmo se aplica a líderes de partido que os apóiam ostensivamente. Este poder persuasivo dos candidatos e dos que os apóiam pode vir apenas com o *momentum* – ou pelo menos algum aumento modesto na viabilidade eleitoral percebida.

Quadro 2
Conteúdo de mídia e apoio a Jesse Jackson, 1988



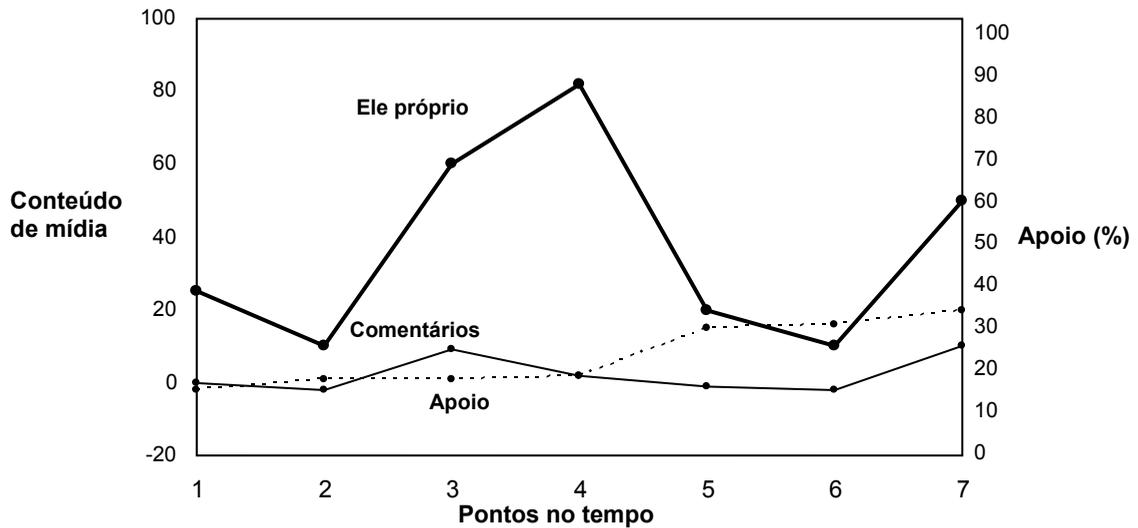
Fonte: 1988 New York Times/ CBS e Gallup surveys,
Datas: 21 Jan., 31 Jan., 21 Fev., 22 Mar., 13 Abr., 12 Maio. (ver texto)

Quadro 3
Conteúdo de mídia e apoio a Michael Dukakis, 1988



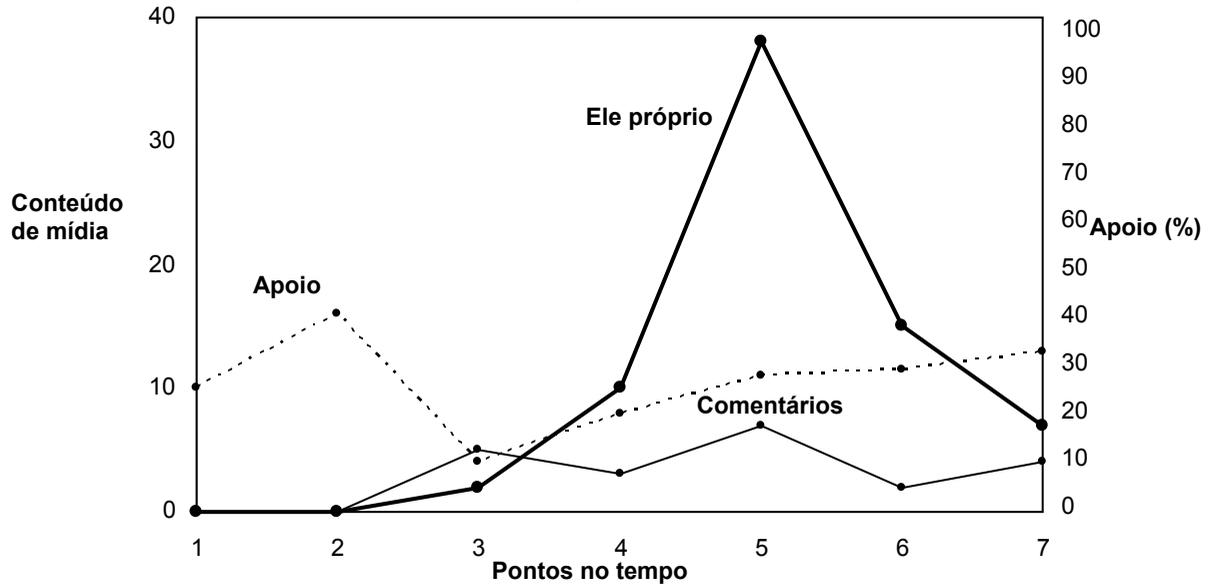
Fonte: 1988 New York Times/ CBS e Gallup Surveys,
 Datas: 21 Jan., 31 Jan., 21 Fev., 22 Mar., 13 Abr., 12 Maio. (ver texto)

Quadro 4
Conteúdo de mídia e apoio a Michael Dukakis, 1988



Fonte: 1988 Estudos Eleitorais Nacionais "Super Terça-feira",
 Datas: 23 Jan., 30 Jan., 8 Fev., 16 Fev., 23 Fev., 1 Mar., 8 Mar. (ver texto)

Quadro 5
Conteúdo de mídia e apoio a Jesse Jackson, 1988



Fonte: 1988 Estudos Eleitorais Nacionais "Super Terça-feira",
Datas: 23 Jan., 30 Jan., 8 Fev., 16 Fev., 23 Fev., 1 Mar., 8 Mar. (ver texto)

Conclusão

Embora tenhamos oferecido alguma evidência nova, ainda que provisória, relativa a influência da mídia sobre o apoio a candidatos em eleições primárias, nossos objetivos principais foram teóricos e metodológicos: teorizar sobre as circunstâncias do mundo real usando o que foi desenvolvido através da pesquisa experimental em psicologia social, e aplicar estas considerações teóricas na análise da dinâmica da opinião pública. Existem, é claro, inúmeras questões teóricas, metodológicas, estatísticas e de medição relacionadas, com as quais se deve lidar mais adiante nesta empreitada (para uma discussão de muitos dos refinamentos substantivos e empíricos que precisam ser explorados, ver IYENGAR e KINDER, 1987; IYENGAR, 1987, 1989; SEARS et al., 1988; MCGUIRE, 1985; ZALLER, 1990; BARTELS, 1987, 1988), mas muita da evidência que relatamos, e os achados de outros estudos e pesquisas em andamento confirmam, no limite, que certas influências importantes nas atitudes políticas agregadas estão operando através dos meios de comunicação de massa (ver MACKUEN, 1990).

Devemos claramente devotar uma atenção substancial à teorização e à seleção do complexo arranjo de influências às quais o público é exposto durante campanhas políticas e, mais geralmente, também em outros momentos. É esta complexidade que distingue o mundo real do laboratório, e nenhum cientista esperaria estar apto a replicar esta complexidade num ambiente controlado. Em resumo, precisamos desenvolver e examinar – através de *estudos repetidos* – teorias mais completas do que as que temos, sobre o processo pelo qual as atitudes agregadas mudam, como resultado da nova informação recebida de uma variedade de fontes. Estas teorias devem levar em consideração os processos pelos quais a informação e as comunicações se acumulam e deste modo exercem finalmente uma influência persuasiva e a longo prazo sobre o público. O caso do apoio público a candidatos em eleições primárias e também nas eleições gerais apresenta uma oportunidade importante para o desenvolvimento desta teoria e para a pesquisa empírica. O desenvolvimento da teoria deve fazer uso do que pode ser estudado no laboratório ao nível individual. Mas temos que admitir que é a opinião pública agregada que conta em política – na seleção e na eleição dos líderes e na elaboração de políticas de governo.

O que parece termos encontrado neste ponto é que o que conta em larga medida nas eleições primárias é o momentum eleitoral. Mas o *momentum* não é e nem precisa ser o único ponto: o comentário ostensivamente digno de crédito e a persuasão mais direta, ou a liderança de candidatos políticos e de outros líderes de partido podem afetar a opinião pública. Se estas influências são um fenômeno real e regular, os achados relatados aqui devem ser aplicáveis em outras pesquisas sobre os períodos de pré-indicação de 1984 e 1988, assim como em outros anos de eleições (para um esforço adicional, ver SHAPIRO et al., 1990). E certos resultados deveriam ser predizíveis no caso de eleições gerais e no caso de outras atitudes e opiniões. Por exemplo, uma vez que em eleições gerais os interesses estratégicos relacionados à viabilidade do candidato devem ser menos relevantes para a opinião pública porque o campo de candidatos já foi reduzido apenas àqueles viáveis – não deveríamos encontrar um efeito (se há algum) do *momentum* da mídia como nas primárias, e sim, maiores influências de outras fontes: principalmente o comentário e também, mas menos previsivelmente, a persuasão dos próprios candidatos e de outros líderes políticos que tentam mobilizar apoio.⁵

⁵ O estudo de mudanças de opinião exige que colemos e examinemos séries de tempo extensivas de medidas de atitudes políticas e conteúdos de mídia. Tais dados tornaram-se mais prontamente disponíveis e mais fáceis de reunir e analisar do que no passado, e novos métodos e tecnologias são uma grande promessa para esta pesquisa no futuro (p. ex. ver FAN, 1988; FAN e TIMS, 1989; NACOS et al., 1991; BARTELS e BROH, 1989; PAGE e SHAPIRO, 1991).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMSON, P. R.; ALDRICH, J. H.; ROHDE, D. W. *Change and continuity in the 1988 elections*. Washington, DC: Congressional Quarterly Press, 1990.

ANDREOLI, V.; WORCHEL, S. Effects of Media, Communicator, and Message Position on Attitude Change. *Public Opinion Quarterly*, v. 42, p. 59-70, 1978.

BARTELS, L. M. *Information and momentum in presidential primaries*. Paper presented at the annual meeting of the Midwest Political Science Association, Chicago, 1987.

_____. *Presidential primaries and the dynamics of public choice*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1988.

BARTELS, L. M.; BROH, C. A. The polls: a review: the 1988 presidential primaries. *Public Opinion Quarterly*, v. 53, p. 563-89, 1989.

BRADY, H. E. *Chances, utilities, and voting in presidential primaries*. Occasional paper n. 85-5, Center for American Political Studies, Harvard University, Cambridge, Massachusetts, 1985.

BRADY, H. E.; JOHNSTON, R. What is the primary message: horse race or issue journalism?. In: ORREN, G.; POLSBY, N. (ed.). *Media and momentum: the New Hampshire primary and nomination politics*. Chatham: Chatham House, 1987.

BRODY, R. A.; PAGE, B. I. The impact of events on presidential popularity: the Johnson and Nixon administrations'. In: WILDAVSKY, A. (ed.). *Perspectives on the presidency*. Boston: Little, Brown and Company, 1975.

BRODY, R. A.; SHAPIRO, C. R. Policy failure and public support: the Iran-Contra affair and public assessment of president Reagan. *Political Behavior*, v. II, p. 353-69, 1989a.

_____. A reconsideration of the rally phenomenon in public opinion. In: LONG, S. (ed.). *Political behavior annual*. Boulder, Col.: Westview Press, 1989b.

CARMINES, E. G.; KUKLINSKI, J. H. Incentives opportunities, and the logic of public opinion in american political representation. In: FERREJOHN, J. A.; KUKLINSKI, J. H. (ed.). *Information processing and democratic processes*. Urbana, Ill.: University of Illinois Press, 1990.

CHAIKEN, S. Heuristic versus systematic information processing and the use of source versus message cues in persuasion. *Journal of personality and Social Psychology*, v. 39, p. 752-66, 1980.

CIFU, D. A. Where's the beef? – a study of television news and its effect on public opinion in the 1984 democratic presidential nomination process. New York: Columbia College, 1985.

CUNDY, D. T. Televised political editorials and the low-involvement viewer, *Social Science Quarterly*, v. 70, p. 911-22, 1989.

FAN, D. P. Mathematical models for the impact of information on society. *Political Methodology*, v. 10, p. 474-79, 1984.

_____. *Predictions of public opinion the mass media: content analysis and mathematical modeling*. Westport, Conn.: Greenwood Press, 1988.

FAN, D. P.; TIMS, A. R. The impact of the news media on public opinion: american presidential election, 1987-1988. *International Journal of Public Opinion Research*, v. 1, p. 151-53, 1989.

FISKE, S. T.; TAYLOR, S. E. *Social Cognition*. New York: Random House, 1984.

FREEMAN, H. E.; WEEKS, H. A.; WERTHEIMER, W. J. News commentator effect: a study in knowledge and opinion change. *Public Opinion Quarterly*, v. 19, p. 209-15, 1955.

GALLUP POLL, The. Wilmington, Del.: Scholarly Resources, 1983, 1984.

GRABER, D. A. *Processing the news: how people tame the media tide*. New York: Longman, 1984.

_____. Creating candidate imagery, part II: an audio-visual analysis. *Campaigns and Elections*, p. 14-21, july-august 1986.

HOVLAND, C. I.; WEISS, W. The influence of source credibility on communication effectiveness. *Public Opinion Quarterly*, v. 16, p. 635-50, 1951-52.

IYENGAR, S. Television news and citizens' explanations of national issues. *American Political Science Review*, v. 81, p. 815-32, 1987.

_____. How citizens think about political issues: a matter of responsibility. *American Journal of Political Science*, v. 33, p. 878-900, 1989.

_____. Framing responsibility for political issues: the case of poverty. *Political Behavior*, v. 12, p. 19-40, 1990.

_____. The accessibility bias in politics: television news and public opinion. *International Journal of Public Opinion Research*, v. 2, p. 1-15, 1990.

IYENGAR, S.; KINDER, D. R. *News that matters*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

IYENGAR, S.; LENART, S. Beyond “minimal consequences”: a survey of media political effects. In: LONG, S. (ed.). *Political behavior annual*. v. 2. Boulder, Col.: Westview Press, 1989.

JOHN, K. E. The polls: a report: 1990-1988 New Hampshire primary polls. *Public Opinion Quarterly*, v. 53, p. 590-605, 1989.

KAHNEMAN, D.; SLOVIC, P.; TVERSKY, A. (ed.). *Judgment under uncertainty: heuristics and biases*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

KENNEY, P. J.; RICE, T. W. *Boarding the Bush bandwagon: political momentum in the 1988 republic prenomination campaign*. Revised version of paper presented at the annual meeting of the Midwest Political Science Association, Chicago, 1990.

KEPPLINGER, H. M.; DONSBACH, W.; BROSIUS, H.; STAAB, J. F. Media tone and public opinion: a longitudinal study of media coverage and public on chancellor Kohl. *International Journal of Public Opinion Research*, v. 1, p. 326-42, 1989.

KERNELL, S. *Going public: new strategies of presidential leadership*. Washington, DC: Congressional Quarterly Press, 1986.

KRAUS, S.; DAVIS, D. *The effects of mass communication on political behavior*. University Park, Penn.: Pennsylvania State University Press, 1976.

KROSNICK, J. A.; KINDER, D. R. Altering the foundations of support of the president through priming. *American Political Science Review*, v. 84, p. 497-512, 1990.

LICHTER, S. R.; LICHTER, L. S. (ed.). Super tuesday – before and after: TV's changing coverage of the campaign. *The Media Monitor*, v. 2, march, 1988. Also several other issues dealing with elections and politics.

LICHTER, S. R.; AMUNDSON, D.; NOYES, R. *The video campaign: network coverage of the 1988 primaries*. Washington, DC: American Enterprise Institute, 1988.

MCGUIRE, W. J. Attitudes and attitude change. In: LINDZEY, G.; ARONSON, E. (ed.). *Handbook of social psychology*. v. II. 3rd Edition. New York: Random House, 1985.

MACKUEN, M. B. Political drama, economic conditions, and the dynamics of presidential popularity. *American Journal of Political Science*, v. 27, p. 165-92, 1983.

MACKUEN, M. Review of predictions of public opinion from the mass media: computer content analysis and mathematical modeling. *Public Opinion Quarterly*, v. 54, p. 144-6, 1990.

MONDAK, J. J. Public opinion and the heuristic processing of source cues. Paper presented at the annual meeting of the Midwest Political Science Association, Chicago, 1991.

NACOS, B. L. et al. Content analysis of new reports: comparing human coding and a computer-assisted method. *Communication* just published, v. 12, p. 111-128, 1991.

NOELLE-NEUMANN, E. *The spiral of silence*. Chicago: University of Chicago Press, 1984.

PAGE, B. I.; SHAPIRO, R. Y. Presidents as opinion leaders: some new evidence. *Policy Studies Journal*, v. 12, p. 649-61, 1984.

_____. *The rational public: fifty years of trends in americans policy preferences*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

PAGE, B. I.; SHAPIRO, R. Y.; DEMPSEY, G. R. What moves public opinion. *American Political Science Review*, v. 81, p. 23-43, 1987.

PAGE, B. I.; JONES, C. C. Reciprocal effects of policy preferences, party loyalties, and the vote. *American Political Science Review*, v. 73, p. 1071-89, 1979.

PATTERSON, T. E. The press and candidate images. *International Journal of Public Opinion Research*, v. 2, p. 123-35, 1989.

PFAU, M.; KENSKI, H. C. *Attack politics strategy and defense*. New York: Praeger, 1990.

ROBINSON, M. J.; KOHUT, A. Believability and the press. *Public Opinion Quarterly*, v. 52, p. 174-89, 1988.

SEARS, D. O. et al. *Social psychology*. 6th edition. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1988.

SHAPIRO, R. Y.; YOUNG, J. T. Le vote des televisions. *Le Journal des Elections*, v. 4, n. 32, 37, september/october 1988. Original English title was 'The Role of the Media in the Primaries'.

SHAPIRO, R. Y. et al. The impact of the media on candidate support in the 1984 democratic primaries. Paper presented at the annual meeting of the Midwest Political Science Association, Chicago, 1987.

SHAPIRO, R. Y. et al. The impact of the media on candidate support in presidential primary and general elections. Paper presented at the annual meeting of the American Political Science Association, San Francisco, 1990.

TVERSKY, A.; KAHNEMAN, D. Judgement under uncertainty: heuristics and biases. *Science*, v. 185, p. 1124-31, 1974.

VANDERBILT TELEVISION NEWS ARCHIVE. *Television news index and abstracts*. Monthly volumes, Nashville, Vanderbilt University Library, august 1968- Present.

WEST, D. M. Television and presidential popularity in America. *British Journal of Political Science*, v. 21, p. 199-124, 1991.

WOODARD, J. D. *Media salience and election news: evening television coverage of presidential elections*. Paper presented at the annual meeting of the Midwest Political Science Association, Chicago, 1990.

WU, C.; SHAFFER, D. R. Susceptibility to persuasive appeals as a function of source credibility and prior experience with the attitude object. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 52, p. 677-88, 1987.

ZALLER, J. Bringing converse back in: information flow in political campaigns. In: STIMSON, J. A. (ed.). *Political analysis*, v. I, Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1990.

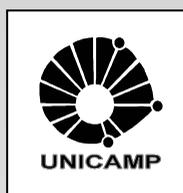
Os autores agradecem a Charles Cameron, Michael Delli Carpini, Wolfgang Donsbach, Nathaniel Leff, Richard Nelson e Benjamin Page pelos debates e comentários de grande auxílio, e a Steve Farkas e Elizabeth Melcher por sua assistência e colaboração. Alguns dados utilizados neste paper foram obtidos do Inter-university Consortium for Political and Social Research e do Roper Center for Public Opinion Research's POLL database. A Earhart Foundation, Columbia University, e Franklin & Marshall College forneceram apoio como parte de um projeto mais amplo de exame a candidatos políticos, meios de comunicação de massa, partidos políticos e o processo de governo. Toda a responsabilidade pela análise e interpretação é dos autores. Versões anteriores deste paper foram apresentadas no encontro anual de 1990 da World Association for Public Opinion Research, Lancaster, Pennsylvania, e no encontro anual de 1990 da Midwest Political Science Association, Chicago, Illinois.

*Tradução e publicação autorizada pelos autores.
Tradução de Cristina Meneguello.*

TENDÊNCIAS

Ano 2, nº 1

ENCARTE
DA
REVISTA
DO
CESOP



Desde 1985, com a fundação da Nova República, o processo de consolidação democrática brasileira definiu a política econômica como um dos seus pilares de desenvolvimento e legitimidade.

A sucessiva aplicação de planos governamentais de combate à inflação e recuperação do poder aquisitivo vem marcando o cotidiano da população e de suas expectativas de melhora das condições de vida. A atual conjuntura política de 1994, cenário de eleições gerais e definitivas para a consolidação de nossa democracia, qualifica especialmente a implantação do novo plano econômico Real, e marca curiosas semelhanças com o primeiro plano da Nova República, o Cruzado.

*O encarte **TENDÊNCIAS** apresenta a evolução, nestes 9 anos de transição democrática, das opiniões e expectativas sobre o desempenho dos planos econômicos.*

Ao longo do período é notável a mudança de comportamento da população, passando do intenso envolvimento com o Plano Cruzado à larga indiferença para com o Plano FHC.

*Na segunda parte de **TENDÊNCIAS**, apresentamos dados do Brasil e de outros países sobre violência e desempenho da justiça, entre outros itens.*

Em linhas gerais, destacam-se como pontos comuns a gravidade da questão da criminalidade e as deficiências dos sistemas penal e judiciário.

O Brasil através de pacotes econômicos

Em fevereiro de 1986, a sociedade brasileira inaugurou uma nova fase em sua vida: passou a conviver com tentativas para controlar a inflação crescente através de pacotes econômicos, o que vem provocando uma verdadeira “montanha russa” de reações entre altas expectativas positivas e profundas decepções e indignações.

Desde então, a tarefa de enfrentar os problemas econômicos se transformou numa das maiores demandas da população, e as políticas de governo têm se realizado principalmente nesta direção, onde os executivos apostam quase todas as suas fichas. Desta forma, os sucessos e/ou fracassos dos planos Cruzado (1986), Bresser (1987), Choque Verão (1989), Brasil Novo – Collor (1990) e FHC (1994) vêm definindo as ondas de oscilações nos níveis de prestígios dos governos e, possivelmente, influenciando os resultados eleitorais.

As pesquisas de opinião realizadas neste período elucidam este quadro. Destacamos aqui alguns dados que comparam a avaliação do desempenho destes planos quanto aos seus resultados efetivos em conseguir melhorias na qualidade de vida da população, controlar a inflação e o desemprego, e os graus de envolvimento e confiabilidade da população nestes planos. Também apresentamos algumas opiniões com relação aos planos econômicos em geral, que mostram o aprendizado do brasileiro quanto à percepção de soluções econômicas mais ou menos eficazes.

De acordo com estes dados, o Plano Cruzado foi, no geral, o mais popular. De fato, este Plano foi o que conseguiu manter a inflação sob controle por mais tempo. Quando de sua decretação, a taxa acumulada de inflação no governo Sarney ultrapassava a 250%¹ – um recorde histórico até então. No final de 1986, a inflação era de 65%.

Porém, em novembro daquele ano, logo após as eleições para os governos dos estados, quando houve uma esmagadora vitória do partido do governo, o PMDB (beneficiado pelo sucesso do Plano Cruzado), a equipe econômica descongelou os preços, alegando a necessidade de se fazer *ajustes* para corrigir problemas de abastecimento dos produtos que estavam em falta no mercado. Com isso, a popularidade do plano e do governo desabou.

A partir de então, os planos seguintes durante o Governo Sarney (Bresser e Choque Verão) não mais conseguiram repetir o desempenho positivo, e tampouco obtiveram prestígio popular significativo.

Em 1990, o Plano Collor reacendeu as esperanças para boa parte da população logo no seu início. Porém, ao contrário do Plano Cruzado, desta vez a perda do apoio às medidas econômicas se deu bem mais rapidamente e nenhum dos *ajustes* feitos conseguiu recuperar a confiabilidade da população.

É com este ânimo, mais de frustrações acumuladas e menos de expectativas positivas, que as primeiras propostas econômicas do governo Itamar Franco e o Plano FHC foram recebidas, de acordo com os dados que apresentaremos a seguir.

¹ FONTE: Jornal O Estado de São Paulo 03/10/93, a partir de dados do IGP-FGV

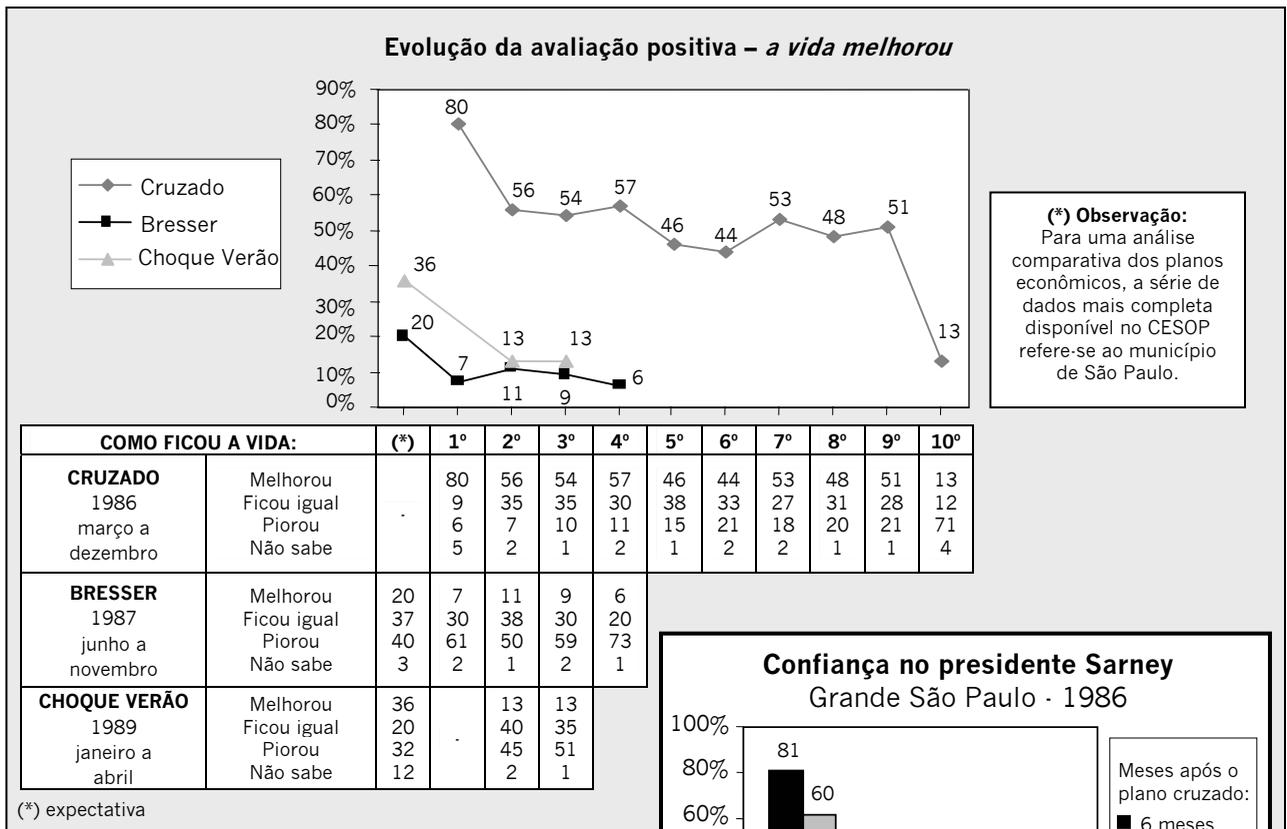
Planos econômicos e qualidade de vida

Numa análise comparativa da evolução das opiniões dos paulistanos(*) sobre o impacto dos pacotes econômicos em suas vidas pessoais, podemos verificar que somente os planos Cruzado e Collor conseguiram obter, em alguns momentos, uma avaliação positiva de pelo menos metade desta população.

Mais bem sucedido, o Plano Cruzado manteve-se em torno deste patamar por cerca de 9 meses, período no qual o presidente Sarney obteve índices altíssimos de confiabilidade e que somente desceram após o descongelamento.

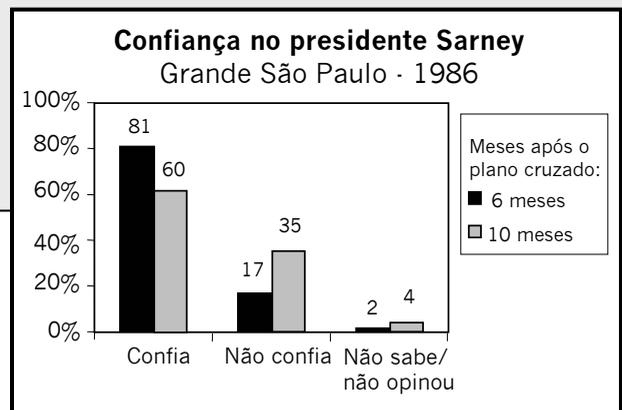
O Plano Collor, apesar a significativa expectativa inicial (mesmo entre os eleitores de Lula), e da boa avaliação do presidente Collor nos primeiros meses de mandato, não conseguiu corresponder por muito tempo a tal confiabilidade. Já no terceiro mês, apenas 1/4 dos paulistanos continuavam a se sentir mais beneficiados com o pacote econômico.

Planos Cruzados, Bresser e Choque Verão: Impacto sobre a vida pessoal Município de São Paulo – 1986-1989



Fonte: Datafolha

Pergunta: Depois do choque econômico que instituiu o plano..., o sr(a) diria que, de um modo geral, sua vida vai melhorar/ melhorou ou vai piorar/ piorou?

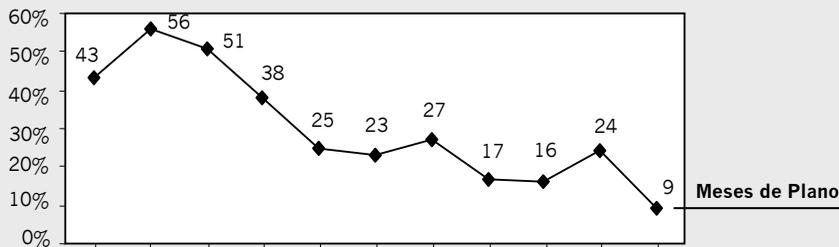


Fonte: IBOPE

Pergunta: O (a) Sr(a) confia ou não confia no Presidente Sarney?

Plano Collor: impacto sobre a vida pessoal
Município de São Paulo – 1990-1991

Evolução da avaliação positiva – sente-se mais beneficiado

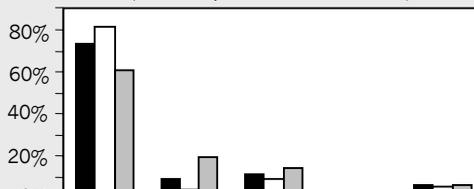


Como se sente com o plano:	(*1)	(*2)	1º	2º	3º	4º	5º	8º	10º	11º	1 ano e 3 meses
Mais beneficiado	43	56	51	38	25	23	27	17	16	24	9
Mais prejudicado	20	20	28	39	60	57	50	59	66	51	77
Indiferente	16	20	19	21	15	18	22	22	16	25	13
Não sabe	21	4	2	2	0	2	1	2	2	0	1

(*1) expectativa com 1 dia
(*2) expectativa com 1 semana

PERGUNTA: No seu caso pessoal, você se sente mais beneficiado ou mais prejudicado com essas medidas?

Avaliação do Plano Collor – 1 mês
(Município de São Paulo)



	Bom	Ruim	+ / -	Indiferente	Não sabe
■ Total	74	9	11	1	6
□ Votou Collor	82	4	9	1	5
▒ Votou Lula	61	19	14	1	6

PERGUNTA: O plano econômico do governo Collor completou um mês. Na sua opinião, esse plano é bom ou ruim para o país?

Fonte: Datafolha

PLANO COLLOR: MAIOR BENEFICIADO
Regiões metropolitanas (*) – Março/1990
(%)

	TOTAL	VOTOU COLLOR	VOTOU LULA	NÃO VOTANTE
Os pobres	53	59	45	56
Os ricos	6	4	10	5
Nenhum dos dois	10	6	17	11
Os dois	26	29	25	20
Não sabe/ não resp.	5	3	5	9
	TOTAL	VOTOU COLLOR	VOTOU LULA	NÃO VOTANTE
Os trabalhadores	45	51	40	37
Os empresários	7	4	14	7
Nenhum dos dois	11	5	15	19
Os dois	31	35	26	28
Não sabe/ não resp.	6	5	7	10

Fonte: IBOPE

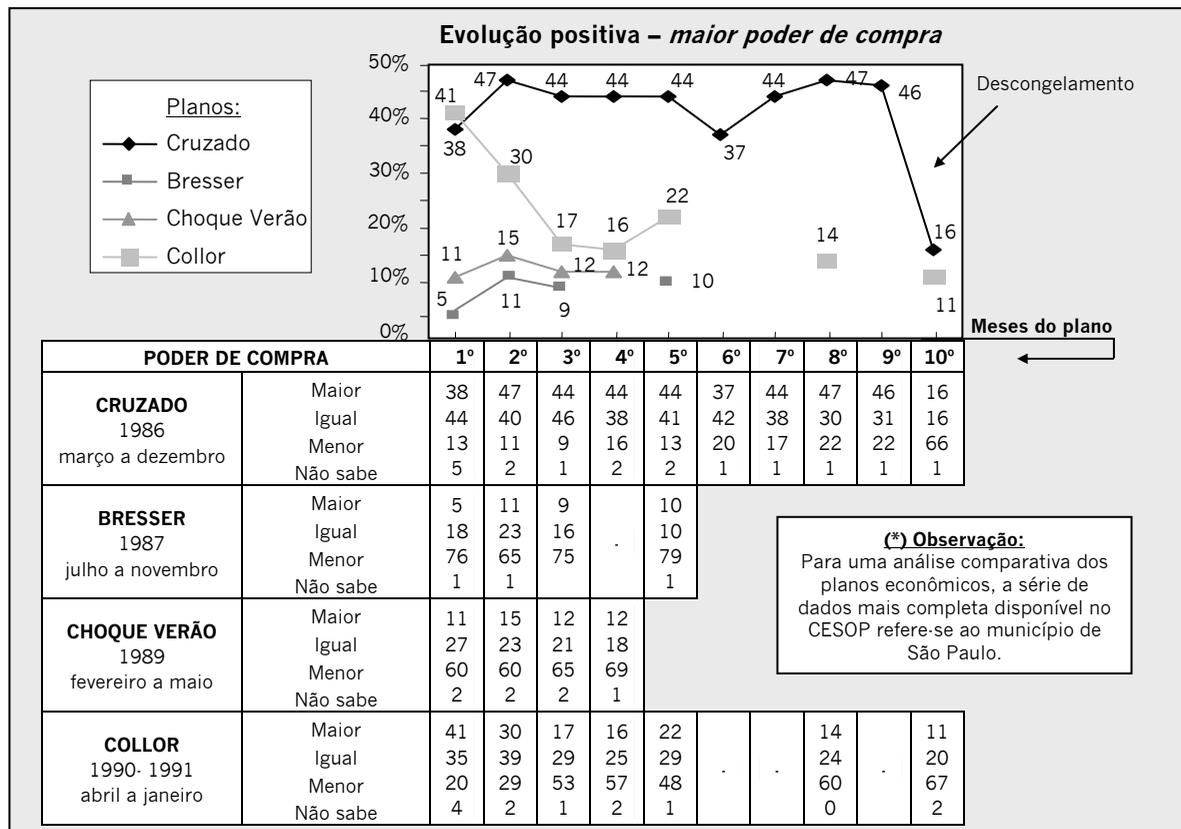
(*) Grande Rio de Janeiro, Grande São Paulo, Grande Belo Horizonte, Grande Curitiba, Grande Porto Alegre, Grande Recife, Salvador e Distrito Federal

Pergunta: Quem foi, na sua opinião, o maior beneficiado com a adoção deste plano?

Planos econômicos e controle da inflação

Diminuir a inflação, recuperar o poder de compra dos salários e reduzir o desemprego foram alguns objetivos dos planos econômicos avaliados nas pesquisas de opinião. Aqui, novamente, o Plano Cruzado obteve os maiores índices de aprovação, pois quase 50% da população paulistana declararam terem melhorado o seu poder de compra após o pacote. Depois do descongelamento, no 9º mês do Plano Cruzado, em novembro de 1986, somente nos dois primeiros meses do Plano Collor houve uma melhora significativa no poder de compra para cerca de 1/3 das populações pesquisadas. Em todos os outros períodos (durante os planos Bresser, Choque Verão e a partir do 3º mês do Plano Collor) este índice manteve-se sempre entre 9º e 23º.

Planos Cruzado, Bresser, Choque Verão e Collor: Impacto sobre o poder de compra Município de São Paulo 1986 - 1991



Fonte: Datafolha

Pergunta: Na sua opinião, com o pacote econômico que criou o plano..., decretado há... meses, o seu poder de compra aumentou/ficou maior, manteve-se igual ou diminuiu/ ficou menor?

PLANO COLLOR: EVOLUÇÃO DO PODER DE COMPRA

Em 10 capitais (*) e no Brasil 1990 - 1991

(%)

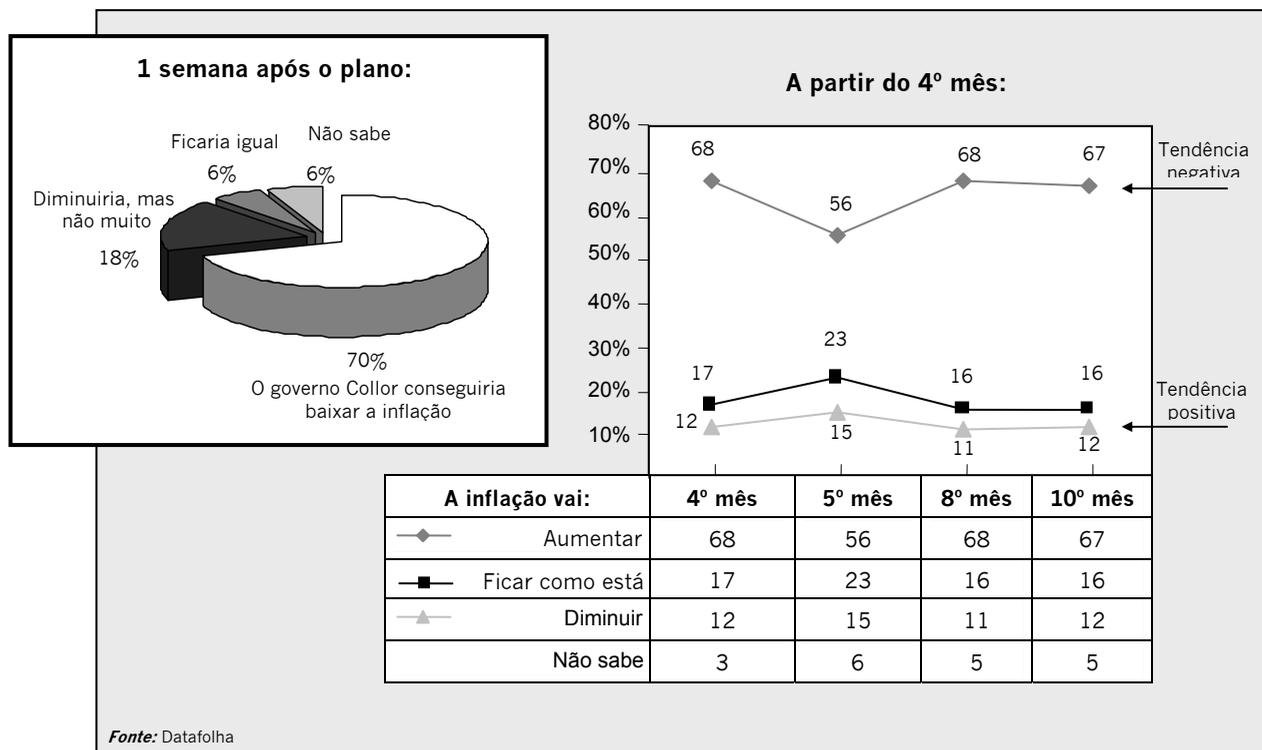
	10 Capitais (*)						Brasil	
	11/04 1 mês	09/05 2 meses	09/07 4 meses	10/08 5 meses	08-09/11 8 meses	08/01/91 10 meses	19-20/06 3 meses	04-04/09 6 meses
Maior	42	32	16	19	14	11	23	22
Igual	36	37	24	26	22	19	28	25
Menor	18	29	58	53	62	68	47	50
Não sabe	4	2	2	2	2	2	2	3

(*) São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Brasília

Fonte: Datafolha

Em uma semana após a decretação do Plano Collor, boa parte da população das 10 maiores capitais acreditava na sua capacidade de reduzir a inflação. Apenas 6% desconfiavam das possibilidades de sucesso das medidas tomadas. Mas, a partir do 4º mês, junto à percepção da queda do poder de compra (tabelas anteriores) também decresceu acentuadamente a expectativa positiva quanto ao controle da inflação. Em 10 meses após o início do plano, as tendências “positiva” e “negativa” praticamente se inverteram em relação ao que se verificava na 1ª semana.

Plano Collor: Expectativa com a inflação
10 capitais (*) 1990 - 1991



(*) São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Brasília

Perguntas: (1) Todos gostariam que o Brasil superasse os problemas atuais. Mas na sua opinião, o governo Collor vai de fato conseguir baixar drasticamente a inflação? (2) Você acredita que, nos próximos meses, a inflação vai diminuir, aumentar ou ficar como está?

Plano Collor: expectativa de redução da inflação
Município de São Paulo 1990 - 1991
(%)

1 semana após o plano		A partir do 4º mês					
	1 semana	4 meses	5 meses	8 meses	10 meses	11 meses	1 ano e 3 meses
Vai conseguir	74	67	53	68	67	48	48
Vai, mas não muito	16	17	26	16	17	27	20
Vai ficar como está	4	13	15	11	11	19	9
Não sabe	6	3	5	5	5	6	5

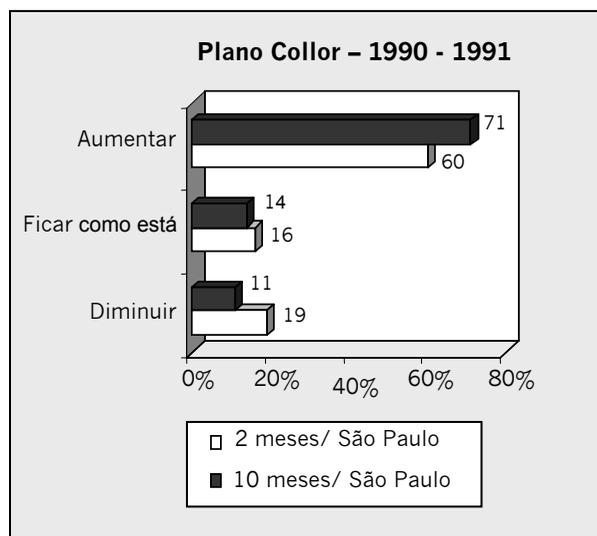
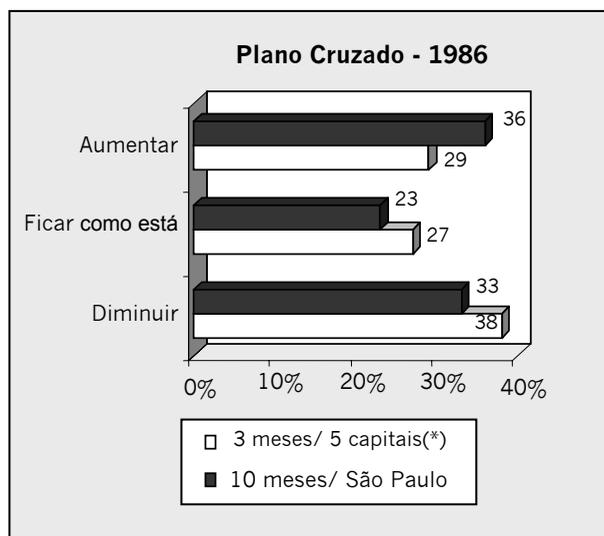
Fonte: Datafolha

Perguntas: (1) Todos gostariam que o Brasil superasse os problemas atuais. Mas na sua opinião, o governo Collor vai de fato conseguir baixar drasticamente a inflação? (2) Você acredita que, nos próximos meses, a inflação vai diminuir, aumentar ou ficar como está?

Planos econômicos e redução do desemprego

A capacidade de redução do desemprego contou com expectativas mais positivas apenas durante o Plano Cruzado. Três meses após o anúncio deste pacote, 38% da população de 5 capitais acreditavam que o desemprego iria diminuir e, mesmo após o descongelamento, ainda 1/3 dos paulistanos mantinham a mesma opinião. Com relação ao Plano Collor, neste aspecto a população manteve uma postura menos otimista desde o início, mesmo durante os três primeiros meses, quando o Plano em geral contava com altos índices de aprovação.

Planos Cruzado e Collor: expectativa com o desemprego



(*) São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre

OBS: a diferença para 100% nas distribuições de frequências apresentadas nos gráficos corresponde à resposta "não sabe".

Fonte: Datafolha

Pergunta: Na sua opinião, com este plano econômico, o desemprego vai aumentar, diminuir ou ficar como está?

PLANO COLLOR: EXPECTATIVA COM RELAÇÃO AO DESEMPREGO 10 capitais (*) 1990 - 1991 %

	21/03/90 1 semana	11/04/90 1 mês	09/05/90 2 meses	09/07/90 4 meses	10/08/90 5 meses	08/01/91 10 meses
Aumentar	48	68	59	60	51	73
Ficar como está	26	13	1	18	21	13
Diminuir	20	15	19	17	21	10
Não sabe	6	4	6	5	7	4

Fonte: Datafolha

(*) São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Brasília

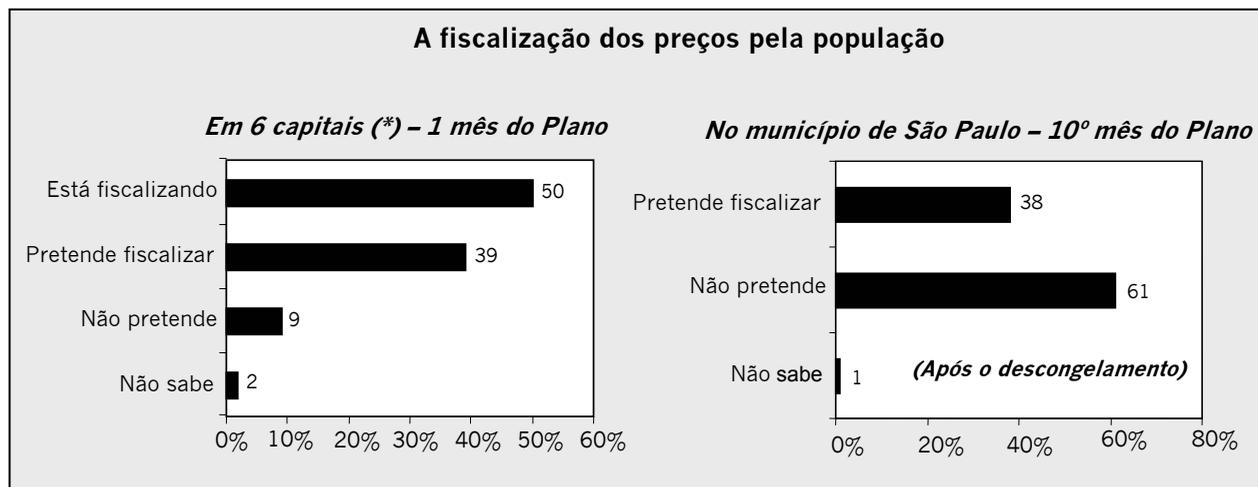
Planos econômicos: confiabilidade e envolvimento

O Plano Cruzado deu origem a uma figura que se tornou símbolo de um governo: o *fiscal do Sarney*; aquele brasileiro que apoiou o pacote, participou a fiscalização dos preços e fez denúncias dos abusos econômicos, garantindo, assim, uma grande *visibilidade* para os resultados concretos do plano. Tal comportamento rapidamente envolveu a maioria. Logo na 1ª semana do plano, metade da população de seis capitais afirmava já estar participando da fiscalização dos preços e outros 39% pretendiam participar.

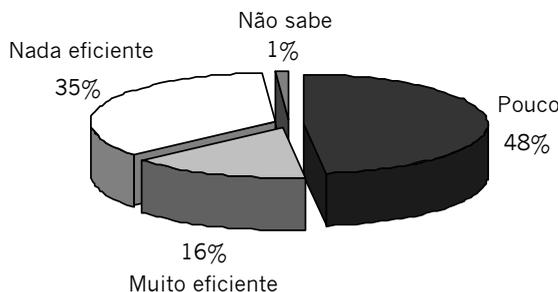
Quanto ao papel do governo, os dados de opinião pública indicam que a fiscalização efetiva de preços não correspondeu a tal empenho e se tornou um ponto de grande inspiração: 8 meses após a decretação do pacote, 83% criticavam a eficiência do governo neste aspecto (fiscalização pouco/ nada eficiente).

Porém, mesmo após o descongelamento e durante os planos Bresser e Choque Verão a disposição em fiscalizar os preços sempre foi superior a 1/3.

Plano Cruzado e os fiscais do Sarney 1986



Avaliação da fiscalização de preços por parte do governo Município de São Paulo - 8º mês do Plano



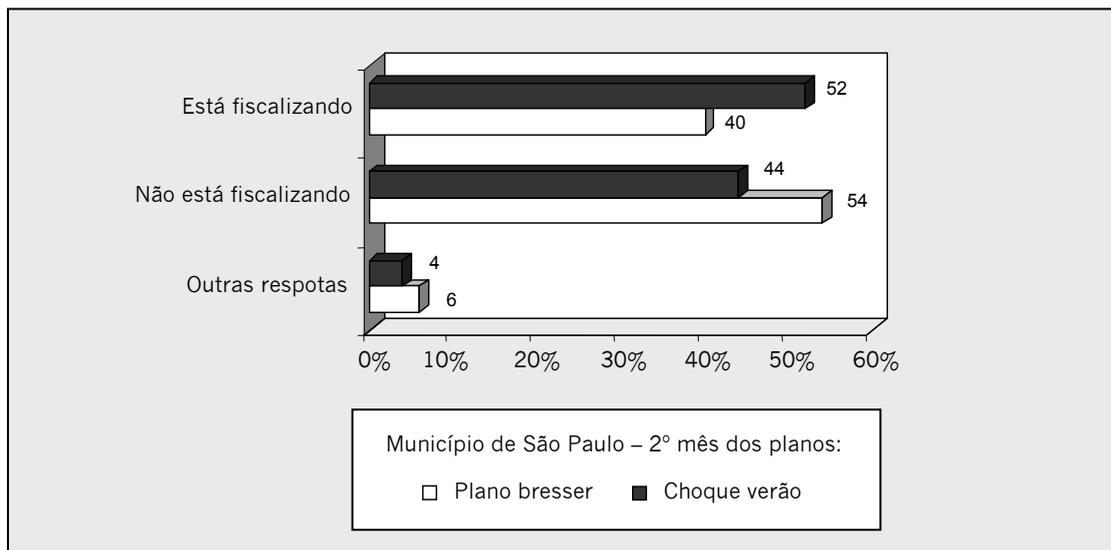
Fonte: Datafolha

(*) São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador

Perguntas: (1) Você pretende fiscalizar os novos preços tabelados ou não?

(2) O(a) sr.(a) considera que a fiscalização dos preços por parte dos órgãos governamentais está sendo:

Planos Bresser e Choque Verão: fiscalização de preços Município de São Paulo 1987 - 1989



Fonte: Datafolha

Pergunta: Você está fiscalizando os preços tabelados?

O Plano Collor, apesar de também ter congelado os preços, provocou maior impacto inicial pela decisão de confiscar os cruzados novos nas aplicações financeiras. Tal medida contou com grande aprovação popular mesmo entre os que ficaram com dinheiro retido. Também inicialmente, a maioria (65%) confiava que o governo devolveria todo ou parte deste dinheiro. Quase 1 ano após o pacote, 1/3 da população de 10 capitais não confiava mais na devolução dos cruzados, principalmente entre os que, naquela época, ainda não haviam recebido nenhuma parcela de devolução.

As medidas adotadas pelo plano Collor – 1º mês Estado de São Paulo Abril/90



Fonte: IBOPE

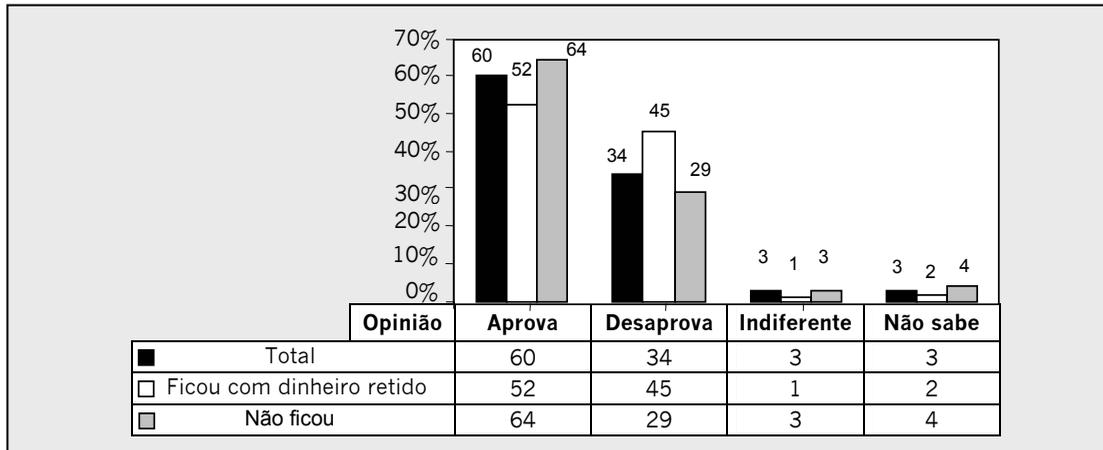
Pergunta: De uma maneira geral, o(a) sr(a) aprova ou desaprova, ou não tem opinião formada a respeito das medidas econômica tomadas pelo governo federal até o momento



Fonte: IBOPE

Pergunta: Na sua opinião, de uma maneira geral as medidas econômicas do governo federal vão ser um sucesso ou um fracasso, ou o(a) sr.(a) não tem opinião formada a respeito?

**Plano Collor: o bloqueio dos cruzados
10 capitais (*) 1990**

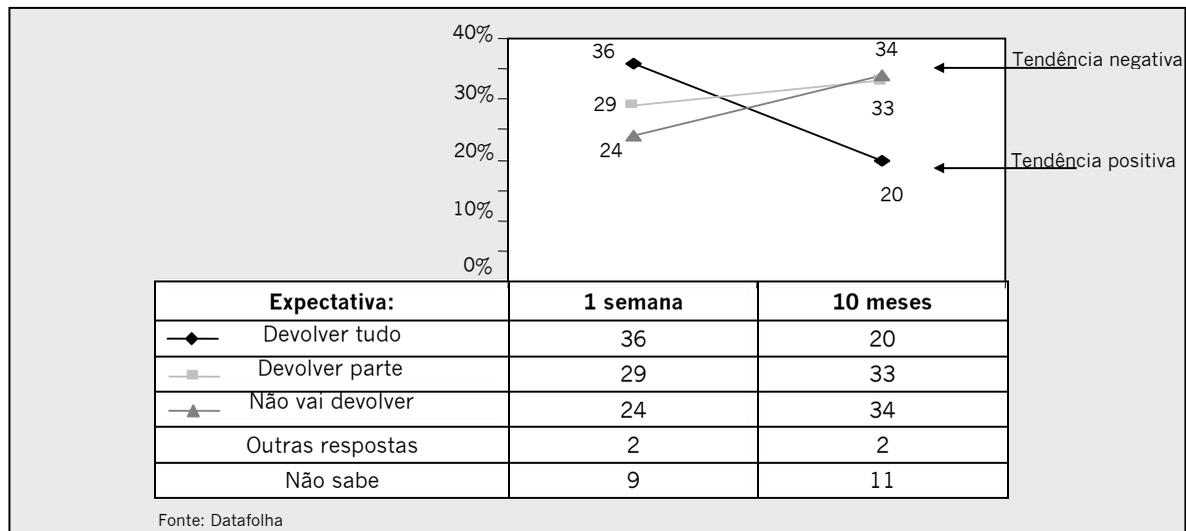


Fonte: Datafolha

(*) São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Brasília

Pergunta: O plano econômico limitou em cinquenta mil cruzeiros a retirada das cadernetas de poupança e das contas correntes. O que exceder esse limite ficará retido por dezoito meses no Banco Central. Você aprova ou desaprova essa medida?

**Plano Collor: confiança na devolução dos cruzados
Evolução das expectativas em 10 capitais (*) 1990 - 1991**



Fonte: Datafolha

**PLANO COLLOR: CONFIANÇA NA DEVOUÇÃO DO DINHEIRO RETIDO
10 capitais - Rio de Janeiro/91 - 10º mês de plano**

(%)

O governo:	Total (10 capitais)	Não ficou com dinheiro retido	Ficou e continua tudo retido	Ficou mas já recebeu uma parte	Ficou mas já recebeu tudo
Vai devolver tudo	20	18	21	28	23
Vai devolver apenas parte	33	34	31	31	31
Não vai devolver	34	34	38	30	32
Outras respostas	2	2	2	3	3
Não sabe	11	12	8	8	11

Fonte: Datafolha

(*) São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Brasília

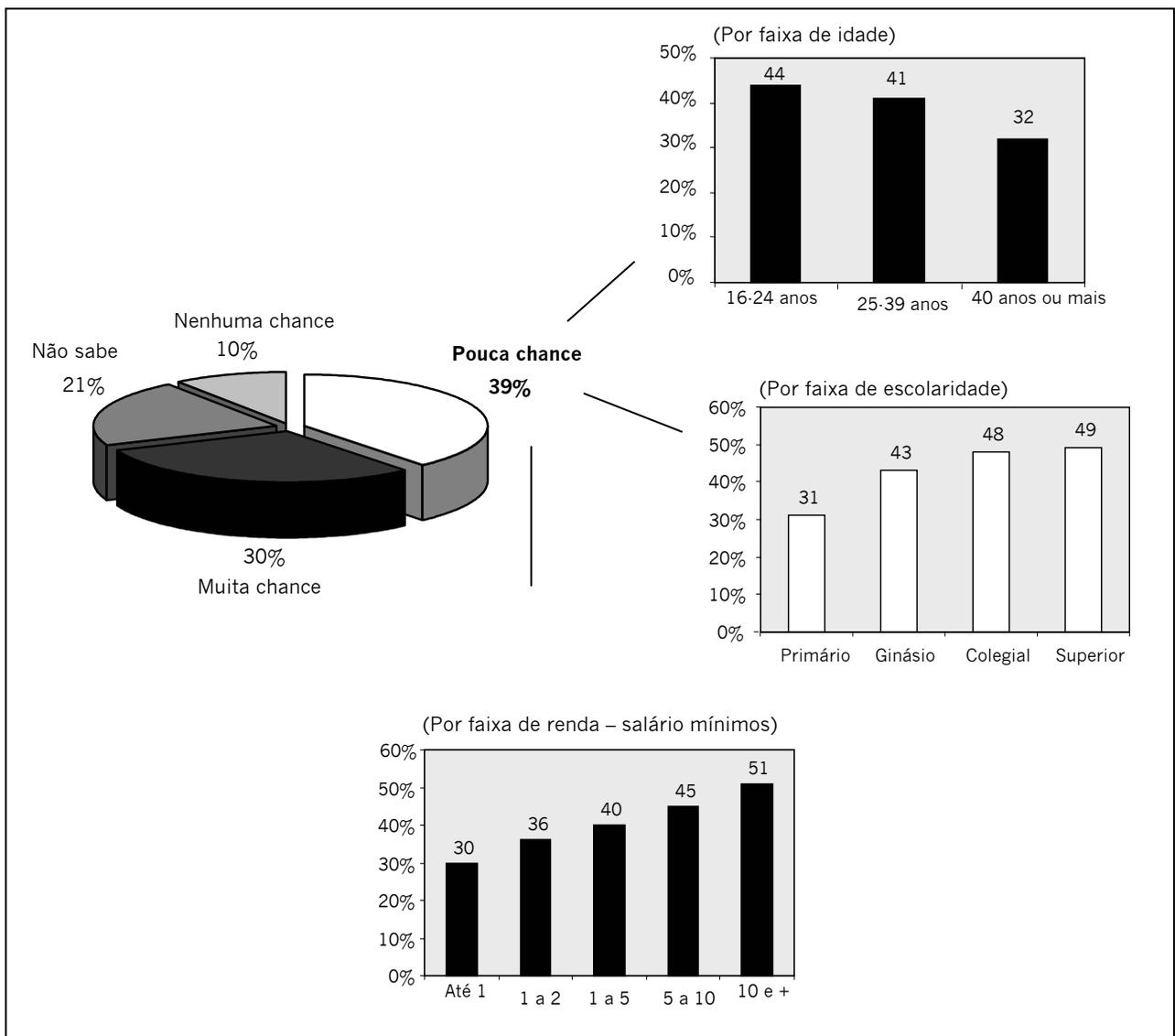
Pergunta: Na sua opinião, o governo vai ou não vai devolver o dinheiro que ficou retido na poupança, nas contas correntes e outras aplicações?

1993 – Expectativas com Plano FHC

Em 1993, o então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso anunciou um *Plano de Ação* do governo Itamar Franco que tinha como objetivo promover um ajuste fiscal (aumento da arrecadação de impostos e revisão do orçamento da União) para tentar combater a inflação. As medidas anunciadas foram recebidas como um prenúncio de mais um pacote econômico que estaria por vir. Porém, de acordo com os dados de opinião pública, a população recebeu com certa reserva tais proposta, pois para 49% este Plano de Ação tinha pouco ou nenhuma chance de dar certo. Os entrevistados mais jovens, com maior nível de escolaridade e de renda foram os mais críticos.

Plano de ação do governo Itamar Franco Possibilidades de sucesso

Brasil – Junho / 1993



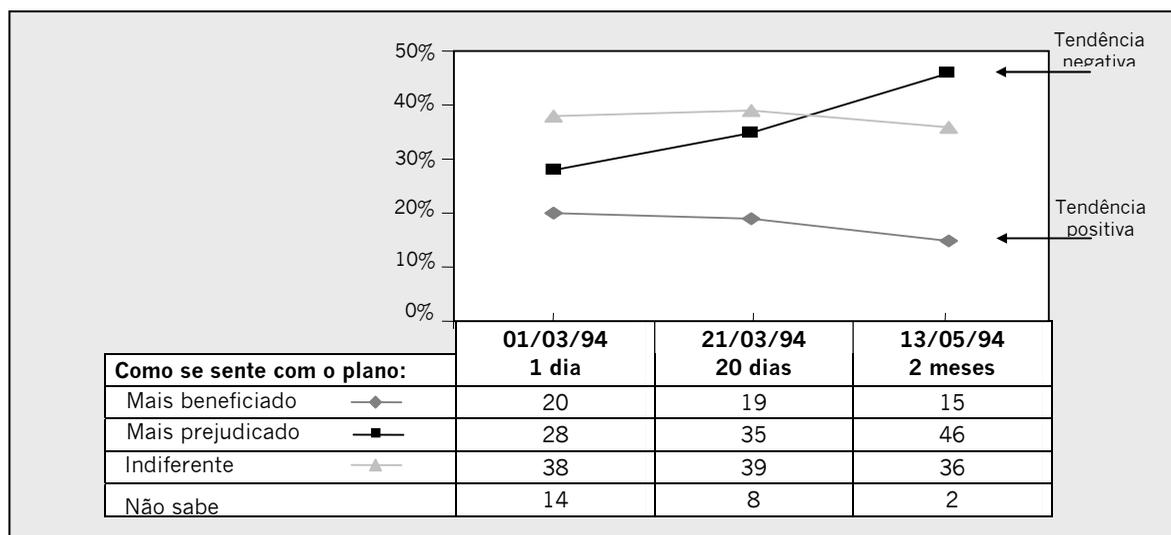
Fonte: IBOPE

Pergunta: Pelo que o(a) sr(a) sabe ou ouviu falar, qual destas frases melhor descreve o plano de ação do governo Itamar Franco anunciado pelo ministro Fernando Henrique Cardoso? “É um plano com muita chance de dar certo”; “é um plano com pouca chance de dar certo”; “é um plano com nenhuma chance de dar certo”.

1994 - 2ª fase do Plano FHC

Em março de 1994, o governo implantou a segunda fase do plano FHC, criando um novo indexador (a Unidade Real de Valor) e anunciou uma nova moeda nacional, chamada real, que iria substituir o cruzeiro real, em um prazo, na época, ainda indefinido. Mas de acordo com os dados de opinião pública dos paulistanos, estas medidas foram recebidas com significativa indiferença. À medida que a população passou a conviver com a URV, o novo indexador, a tendência negativa cresceu significativamente: 2 meses após o anúncio das medidas, quase metade dos paulistanos se sentiam mais prejudicados com o plano, tinham expectativa de que a inflação iria aumentar e consideravam que as medidas eram ruins para o país.

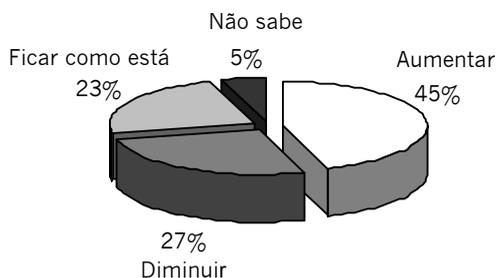
O Plano FHC: impacto sobre a vida pessoal Município de São Paulo - 1994



Fonte: Datafolha

Pergunta: No seu caso pessoal você se sente mais beneficiado ou mais prejudicado com essas medidas?

Expectativa com a inflação

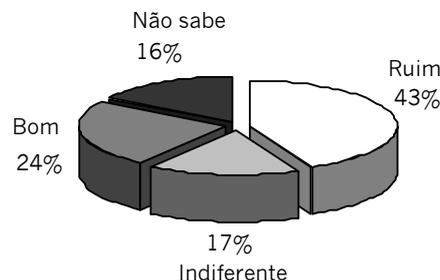


Fonte: Datafolha

Pergunta: Você acredita que, nos próximos meses, a inflação vai diminuir, aumentar ou ficar como está?

Avaliação das medidas econômicas para o país

Município de São Paulo - maio/1994



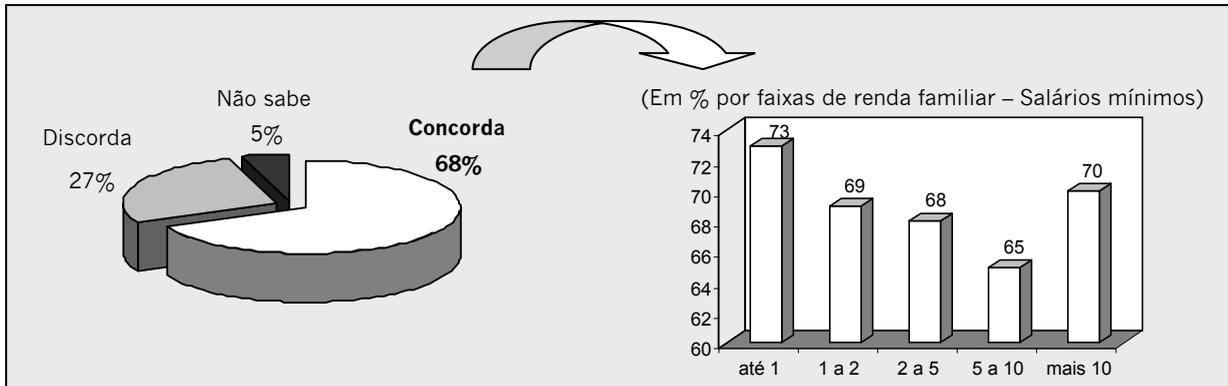
Fonte: Datafolha

Pergunta: De um modo geral, você acha que as medidas econômicas são boas ou ruins para o país?

Perspectivas...

Apesar da seqüência de insucessos dos planos anteriores, os dados de opinião pública sugerem que um projeto para redução inflacionária poderia contar com uma grande disposição da população para fazer alguns sacrifícios, observada através de uma distribuição relativamente equilibrada considerando-se as faixas de renda familiar.

Predisposição para fazer sacrifícios Brasil – Junho/1993



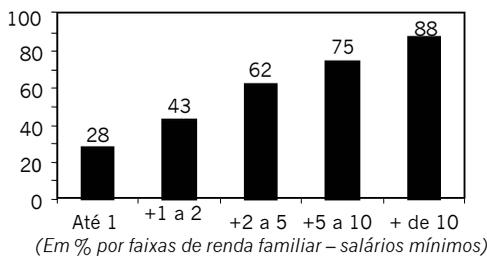
Fonte: IBOPE

Pergunta: No seu pronunciamento, o Ministro Fernando Henrique Cardoso disse que não se consegue abaixar a inflação de um dia para o outro e que só com alguns sacrifícios da população e seu plano dará certo. O(a) sr.(a) concorda com isso ou discorda?

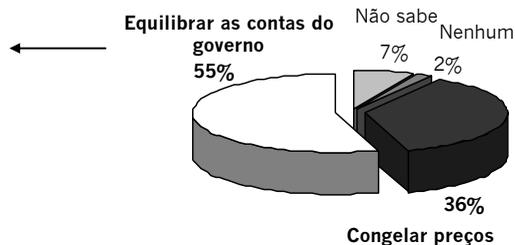
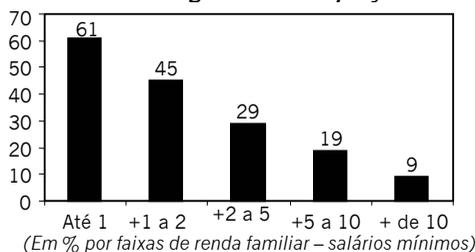
Porém, o tipo de plano a ser adotado dificilmente conseguiria uma unanimidade, pois, como mostram os dados de uma pesquisa realizada em 1993, após as várias experiências decepcionantes a população se encontrava dividida em relação ao que seria o melhor projeto. No geral, a maioria preferiria que não houvesse congelamento de preços. Mas, quanto mais baixa a renda familiar, maior é o percentual dos que pensavam que o congelamento de preços seria o melhor caminho para solucionar os problemas da economia brasileira.

Melhor tipo de plano econômico Brasil – Junho/1993

Prefere equilíbrio das contas de governo



Prefere congelamento de preços



Pergunta: Durante muito tempo o governo adotou planos com congelamento de preços. O plano proposto pelo ministro Fernando Henrique Cardoso procura equilibrar as contas do governo. Na sua opinião, qual destes é um caminho melhor pra arrumar a economia brasileira?

Fonte: IBOPE

Para o próximo presidente...

A solução dos problemas econômicos deve ser a prioridade do próximo presidente para 65% dos brasileiros, de acordo com uma pesquisa nacional que colheu menções espontâneas e múltiplas a este respeito. Dentre os problemas econômicos citados como os mais prioritários encontram-se: combate ao desemprego; inflação; salários; custo de vida.

Problemas que o próximo presidente deve priorizar 14/04/93	TOTAL Espontânea e múltipla %
Problemas econômicos	65
Combater o desemprego	26
Inflação (derrubar, controlar, diminuir)	20
Melhorar/aumentar salários	15
Controlar o aumento de preços/melhorar o custo de vida	11
Outros problemas econômicos	7
Educação	24
Saúde	24
Pobreza/miséria	16
Moradia	15
Administração pública	10
Segurança	6
Abastecimento	4
Outras respostas	4
Não sabe	9

Fonte: Datafolha

Pergunta: E quais são os problemas que o próximo presidente deve atacar primeiro?

Justiça e Violência

Os dados apresentados a seguir mostram tendências globais de opinião dos brasileiros e norte-americanos com relação à criminalidade e à justiça.

Comparados através de dados recentes, observa-se que apesar das diferenças culturais e sociais, as avaliações sobre violência urbana e o desempenho da justiça no seu controle preventivo ou punitivo convergem.

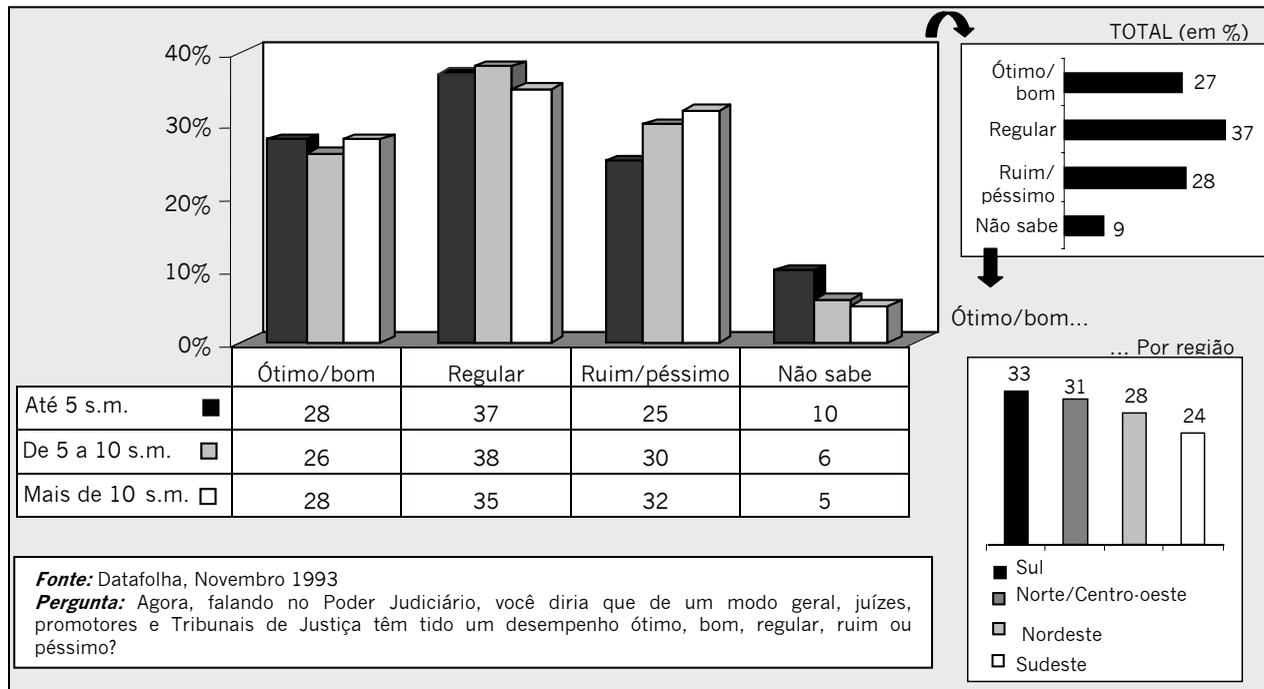
As opiniões sobre a pena de morte também estão comparadas para as duas populações, e as avaliações indicam que tanto no Brasil como nos EUA há uma estável tendência favorável à sua aplicação.

Nossos dados de países europeus apresentam no final desta seção as tendências quanto à importância dada a temas como segurança pessoal, proteção e violência.

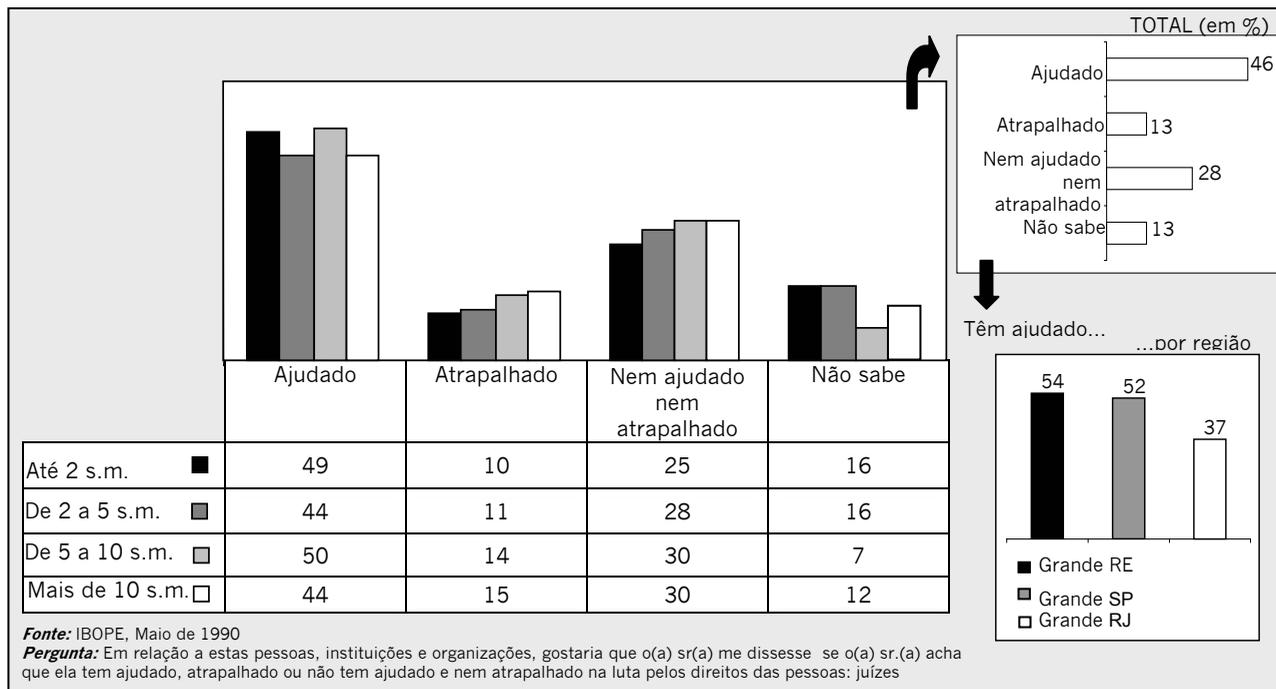
Avaliação da Justiça - Brasil

Ao tratar da questão do desempenho da Justiça, as respostas da população brasileira não tendem fortemente para uma avaliação positiva ou negativa. Já quando se trata da luta dos juízes pelos Direitos Humanos, a principal tendência é a de uma avaliação favorável.

Desempenho da justiça

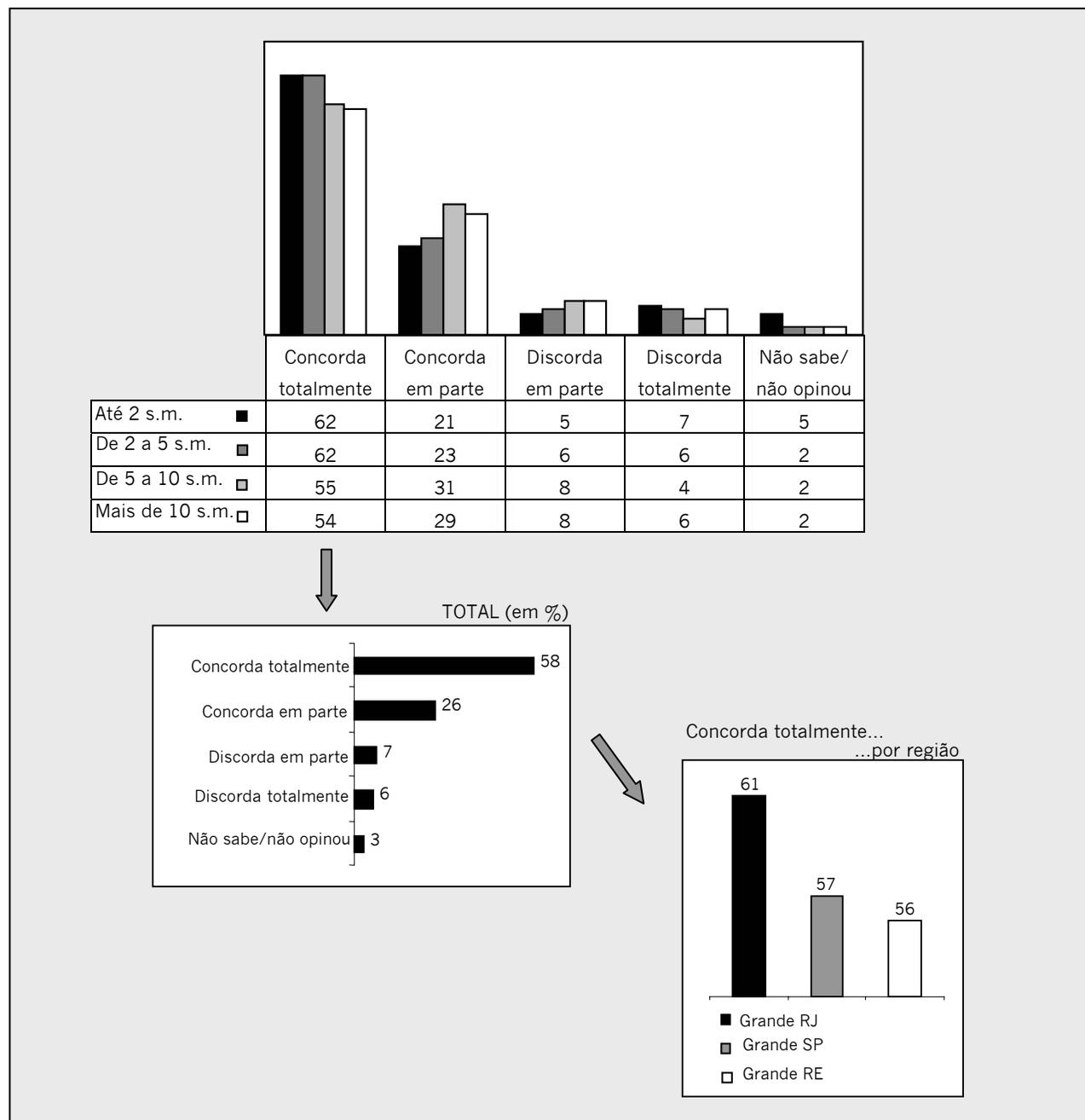


Desempenho dos juízes na luta pelos direitos humanos



Quando a Justiça surge vinculada à questão social, destaca-se a forte tendência em concordar que a Justiça no Brasil só favorece os ricos.

A Justiça favorece os ricos?



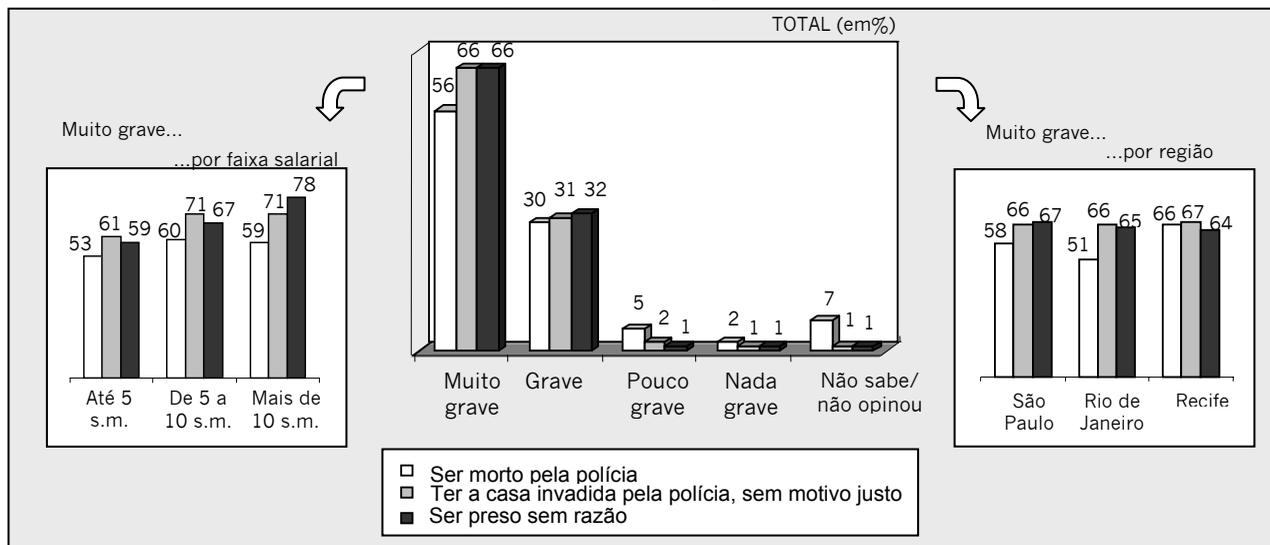
Fonte: IBOPE, Maio de 1990

Pergunta: Com relação a esta frase, gostaria que o(a) sr.(a) me dissesse de concordar, discorda ou não tem opinião formada a respeito: No Brasil, a Justiça só funciona para favorecer os ricos.

Violência Policial – Brasil

Em relação à violência policial a opinião da população é categórica. A maioria absoluta considera grave e muito grave as ações policiais que apontam violações de direitos. Este é o caso, por exemplo, das opiniões sobre *ser morto pela polícia*, *ter a casa invadida pela polícia* e *ser preso sem razão*.

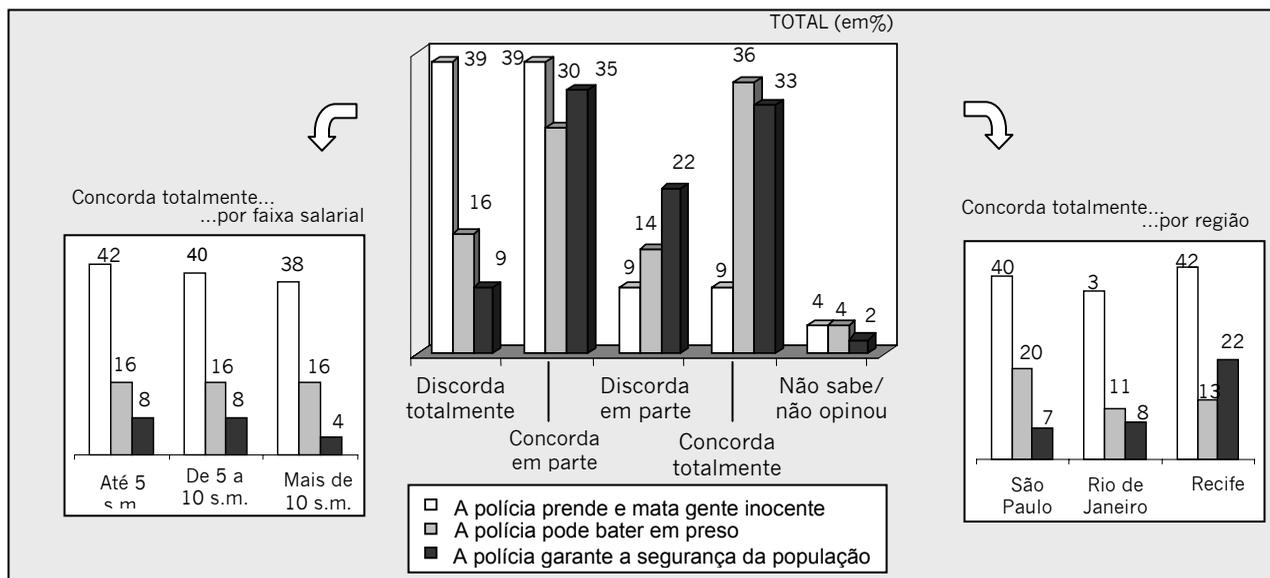
Violência policial e violação de direitos



Fonte: IBOPE, Maio de 1990

Pergunta: Pensando na gravidade da violação ou desrespeito de um direito, gostaria que o(a) sr.(a) me dissesse se caso pessoas como o(a) sr.(a) tivessem este direito desrespeitado, se o(a) sr.(a) acharia muito grave, grave, pouco grave ou nada grave: ser morto pela polícia, ter a casa invadida pela polícia, ser preso sem razão.

Com relação às atitudes da polícia, é notável a avaliação negativa do seu papel na garantia da segurança pública. Assim, tanto 78% concordam em algumas medidas que a polícia prende e mata gente inocente como também 55% consideram, de alguma forma, que ela não garante a segurança da população em geral, sendo que 46% concordam com o abuso de autoridade no tratamento dos presos (“polícia pode bater em preso”).



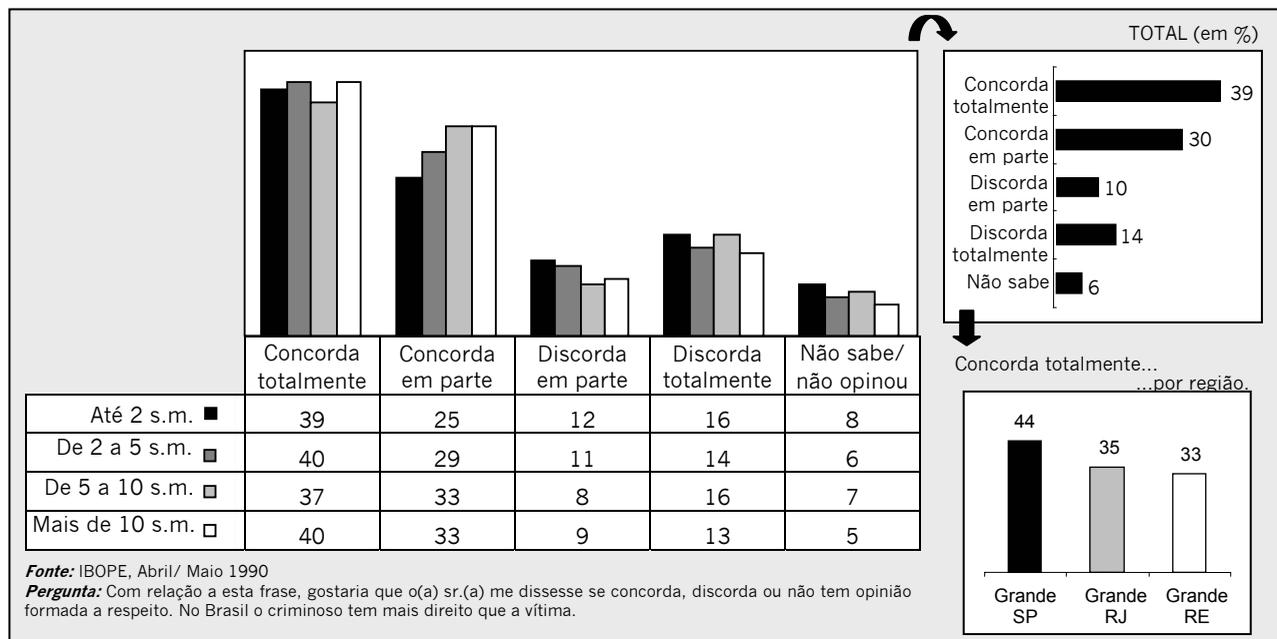
Fonte: IBOPE, Maio de 1990

Pergunta: Com relação a estas frases, gostaria que o(a) sr.(a) me dissesse se concorda, discorda ou não tem opinião formada a respeito: a polícia prende e mata gente inocente; a polícia pode bater em preso; polícia garante a segurança da população

Violência Urbana – Brasil

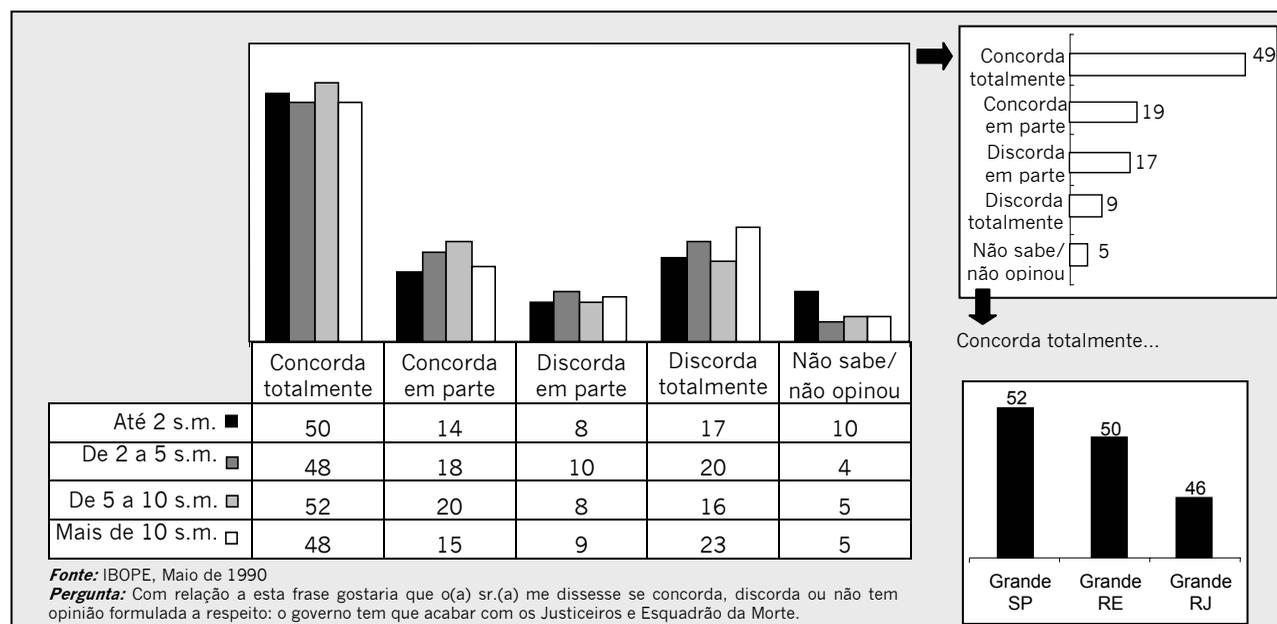
No caso brasileiro, os dados apresentados abaixo sugerem a avaliação negativa do papel da Justiça no controle da violência urbana – em 1990, 69% das pessoas concordavam totalmente ou em parte com a idéia de que o criminoso tem mais direitos que a vítima.

“No Brasil o criminoso tem mais direitos que a vítima”



No entanto, a tendência em considerar o controle da violência uma questão do poder público é maior do que aprovar a de “fazer justiça com as próprias mãos”.

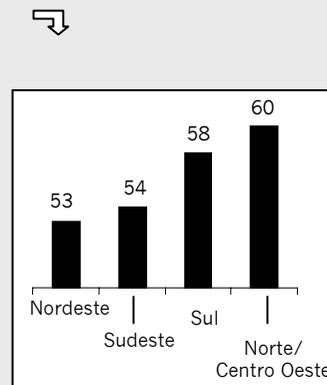
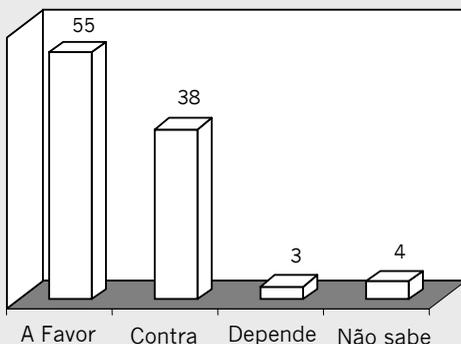
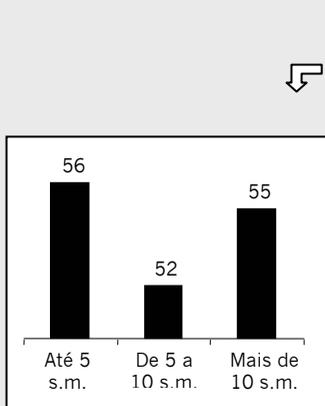
“O Governo tem que acabar com os justiceiros e esquadrões da morte”



Pena de morte - Brasil

Quando se avaliam as tendências de aprovação da pena de morte observa-se que pouco mais da metade da população é favorável à adoção da pena máxima: em 1990 e 1993 as tendências são respectivamente 59% e 55%. Esses dados sugerem que parte da opinião pública considera que o controle da violência urbana poderia passar pela pena de morte.

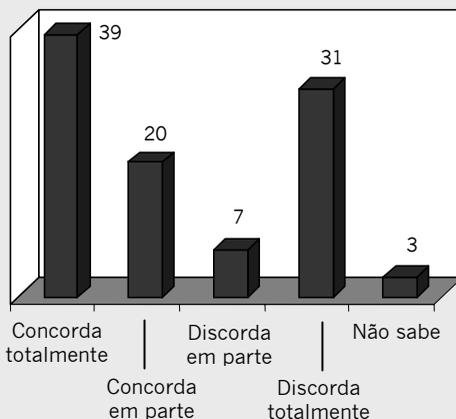
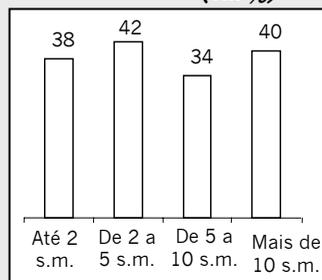
Sobre a pena de morte



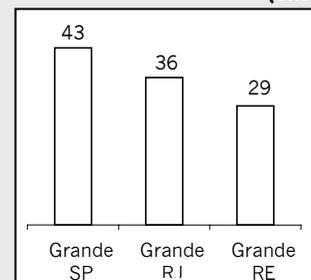
Fonte: Datafolha, Fevereiro de 1993

Pergunta: Se houvesse uma consulta à população, você votaria a favor ou contra a adoção da pena de morte no Brasil?

Concordam totalmente... ... por faixa salarial (em %)



Concordam totalmente... ... por localização geográfica (em %)

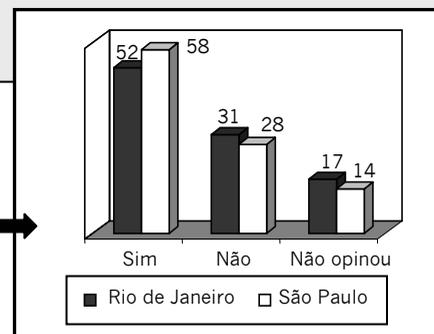


Fonte: IBOPE, Maio de 1990

Pergunta: Com relação à esta frase, gostaria que o(a) sr.(a) me dissesse se concorda, discorda ou não tem opinião formada a respeito: sou a favor da pena de morte.

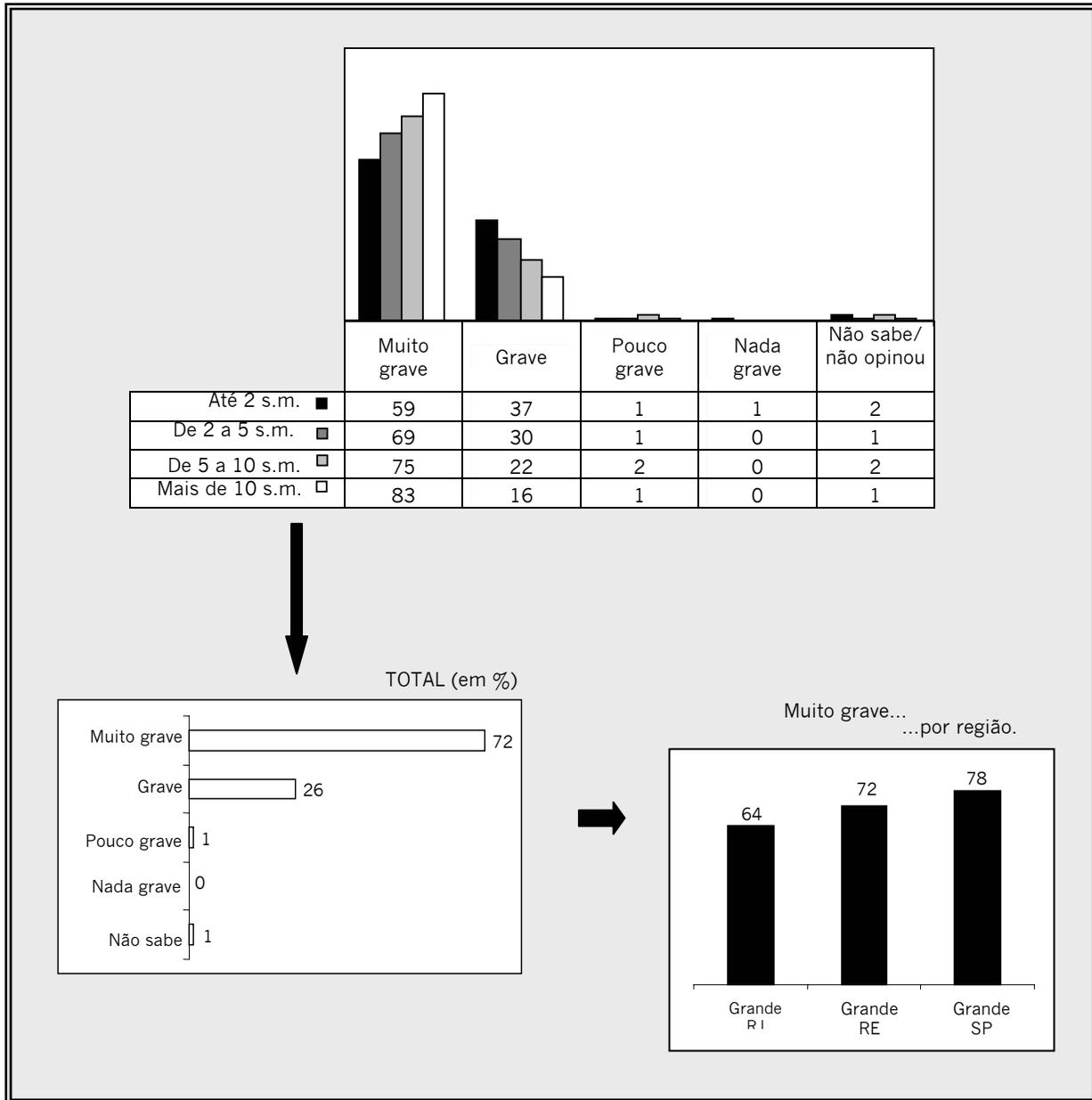
Em 1953 as tendências sobre a pena de morte para assassinato eram...

Fonte: IBOPE, 1953
Pergunta: O sr. Seria a favor ou contrário à aplicação de morte aos assassinos?



Um destaque interessante é pensar a questão da pena de morte à luz da gravidade de “ser morto por algum criminoso”. Na mesma pesquisa sobre direitos humanos em 1990, enquanto para 98% da população “ser morto por um criminoso” é considerado grave ou muito grave, 59% concordam em alguma medida com a pena de morte.

“Ser morto por algum criminoso”

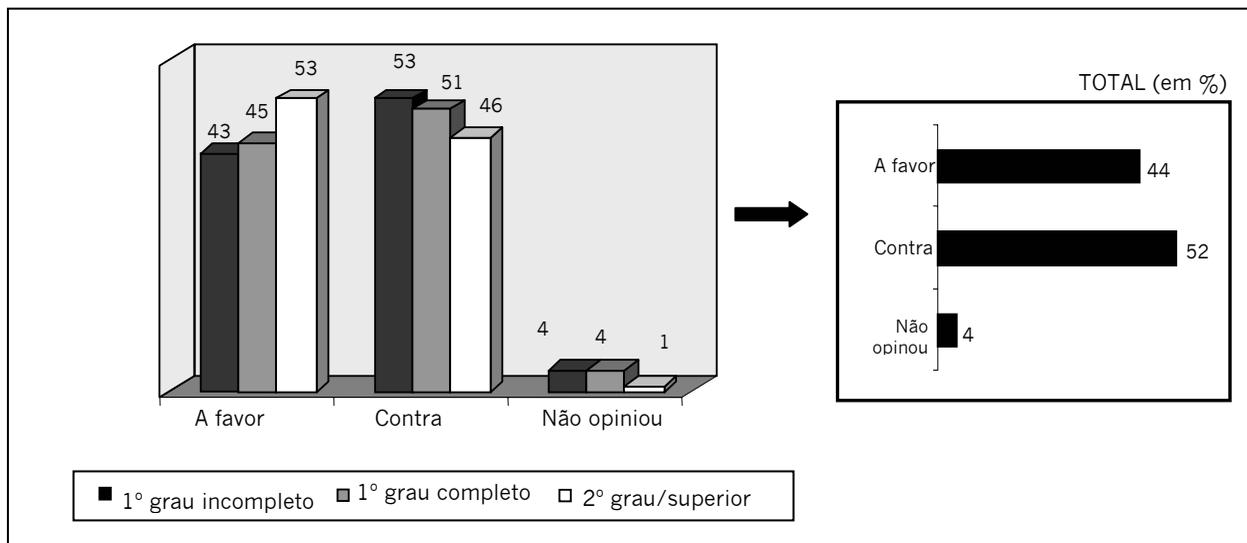


Fonte: IBOPE, Maio de 1990

Pergunta: Pensando na gravidade da violação ou desrespeito de um direito gostaria que o(a) sr.(a) me dissesse se caso pessoas como o(a) sr.(a) acharia muito grave, grave, pouco grave ou nada grave: ser morto por algum criminoso.

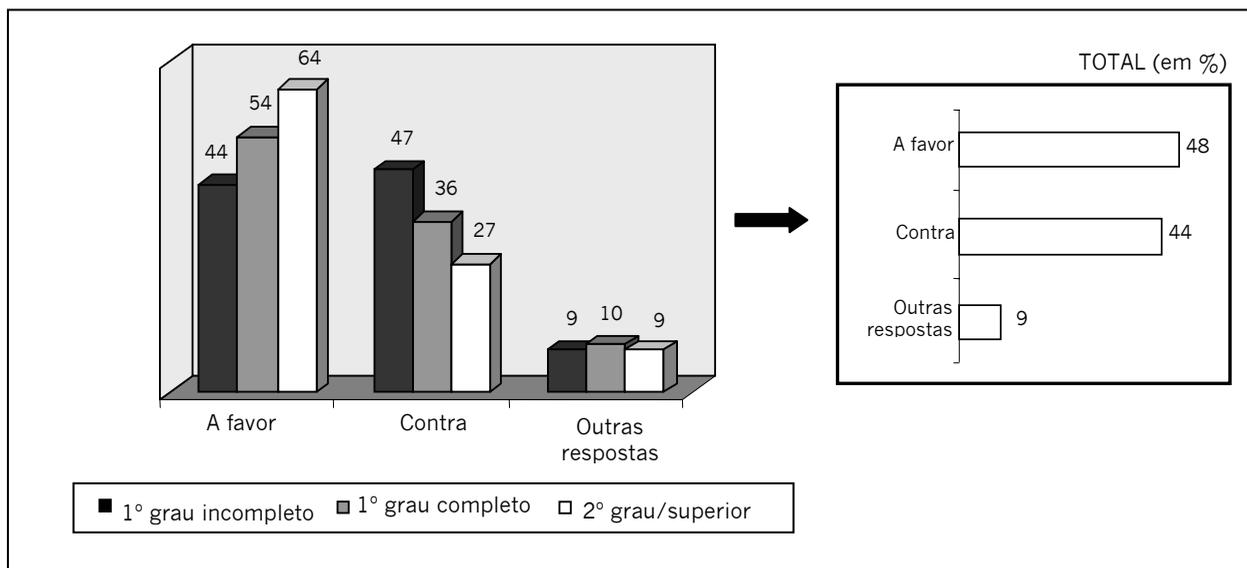
É interessante destacar também a questão da pena de morte sob a ótica dos presos. Em uma pesquisa realizada em maio de 1991 na Casa de Detenção de São Paulo, 44% dos presos eram favoráveis à pena, e 48% favoráveis à realização de um plebiscito para sua adoção.

A pena de morte vista pelos presos



Fonte: IBOPE, Maio de 1991

Pergunta: Pessoalmente você é a favor ou contra a adoção da pena de morte no Brasil?



Fonte: IBOPE, Maio de 1991

Pergunta: Você é a favor ou contra que o governo faça uma consulta para que a população decida se quer ou não a adoção da pena de morte no Brasil?

Entre 44% dos presos que são favoráveis à pena de morte, 87% acham que ela deve ser adotada para casos de estupro, e 47% para casos de latrocínio.

Categorias	TOTAL (em %)
Estupro	87
Latrocínio	47
Homicídio	21
Sequestro	19
Tráfico de drogas	7
Estupro seguido de morte	6
Sequestro seguido de morte	6
Assaltos	4
Crimes contra crianças	5
Crimes bárbaros/hediondos	4
Crime de <i>colarinho branco</i> /corrupção	3
Qualquer crime/todos os crimes	1
Outros crimes	4

Fonte: IBOPE, Maio de 1991

Pergunta: (só para quem é a favor da pena de morte ou depende) Para quais li de crime você é a favor da pena de morte?

Avaliação da Justiça - EUA

Em termos gerais, a avaliação feita pela população norte-americana quanto ao funcionamento da Justiça no controle da violência é negativa. Pesquisas realizadas nos últimos 5 anos relevam que a confiança no Sistema de Justiça Criminal é muito baixa. Dados recentes de 1994 apontam a real necessidade de mudanças no sistema legal, no sentido de redução da criminalidade.

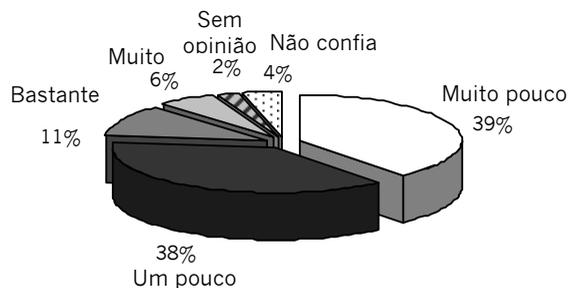
Possibilidade de redução da taxa de crimes violentos



Fonte: Roper Organization/ Hart and Teeter Research Companies, Janeiro 1994, 1009 entrevistas.

Pergunta: Quais das seguintes afirmações encerra seu ponto de vista? A: Seria possível reduzir a taxa de crimes violentos realizando mudanças no atual Sistema Penal e B: Não seria possível reduzir a violência sem uma completa revisão no atual sistema de Justiça Criminal.

Confiança no sistema de justiça criminal

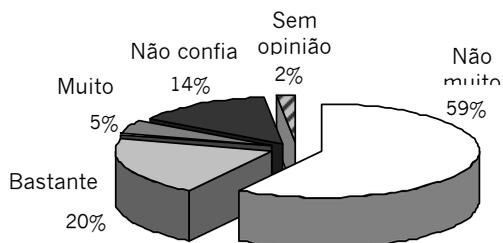


Fonte: Roper Organization/ Gallup Organization, Março 1993, 1003 entrevistas

Pergunta: Vou ler uma lista de instituições da sociedade americana e por favor diga-me se você confia muito; bastante; muito pouco ou nada.... no Sistema de Justiça Criminal.

Uma tendência em direção à falta de confiança na Justiça já é observada em dados de 1989, quando quase 60% dos entrevistados declararam não confiar muito na capacidade de aplicação de sentenças. Os dados de 1991 permitem sugerir que essa tendência continua pois apesar de mais de 60% não aprovarem a *Justiça com as próprias mãos*, é significativo que 33% dos entrevistados a apoiem.

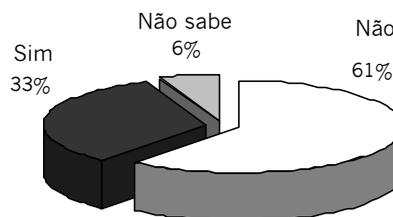
Confiança na escolha das sentenças



Fonte: Roper Organization/ Gallup Organization, Junho 1989, 1235 entrevistas

Pergunta: Quanta confiança você tem na capacidade dos Tribunais de Justiça para condenações e sentenças criminais adequadas?

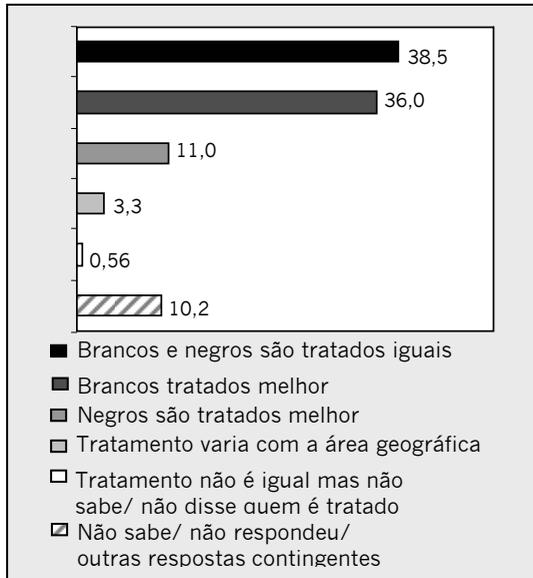
Apoio à justiça feita com as próprias mãos



Fonte: Roper Organization/ Schulman, Roncas, and Bucuvalas, Março 1991, 1000 entrevistas

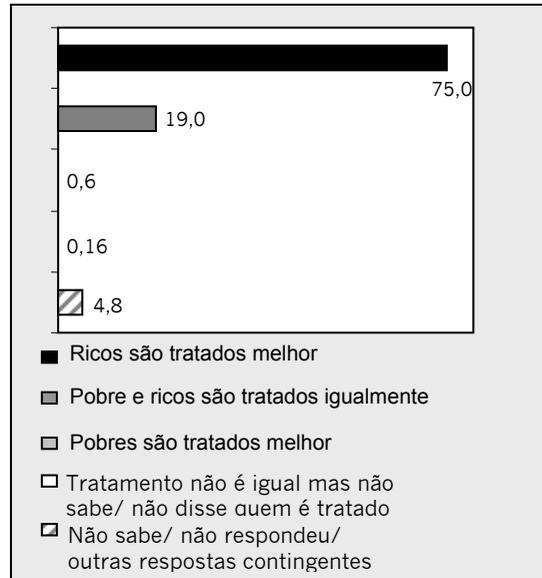
Pergunta: Você considera que o vigilantismo é justificado quando as pessoas perdem a confiança na capacidade do Sistema de Justiça criminal no tratamento com o crime, tomam a lei nas próprias mãos e atacam pessoas que consideram responsáveis pelo crime?

Dados de pesquisas anteriores sugerem que esta tendência de avaliação negativa caracteriza a percepção da população norte-americana sobre a justiça desde um período mais longo, a imagem da justiça como parcial e sujeita aos preconceitos que permeiam o comportamento social mais amplo pode ser observada nos dados abaixo datados de 1969, onde são enfocados as questões social e racial.



Fonte: ICPSR, (1), 1969

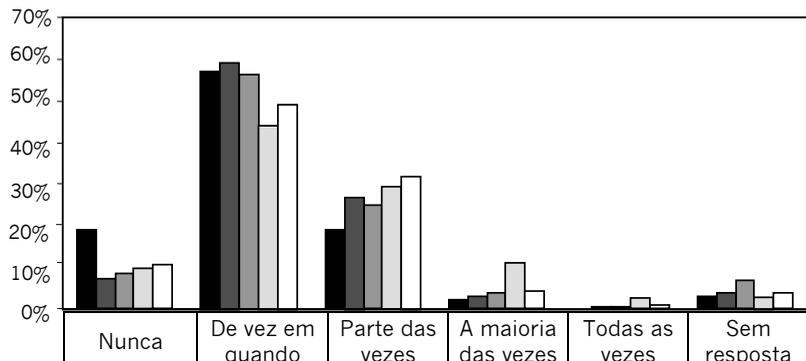
Pergunta: Negros e brancos são tratados igualmente pelos tribunais de justiça?



Fonte: ICPSR, (1), 1969

Pergunta: Pobres e ricos são tratados igualmente pelos tribunais de justiça?

Avaliada de dentro do próprio sistema, por advogados, juizes e líderes comunitários a tendência observada parece não se alterar muito. Em dados coletados em 1977, são surpreendentes as opiniões sobre o funcionamento da justiça com relação às pressões políticas e à diferença entre ricos e pobres.



Fonte: ICPSR, 1977

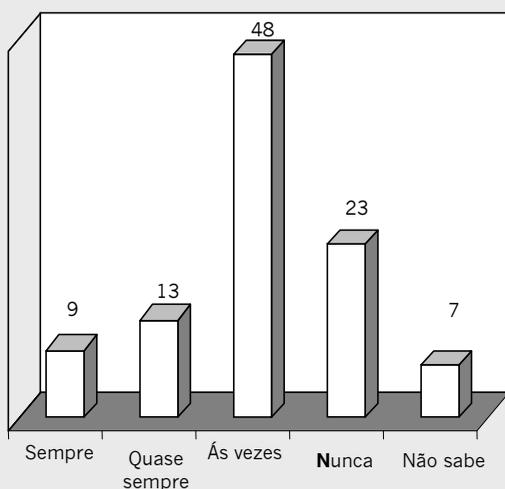
Violência Policial – EUA

Dados de pesquisas sobre as atitudes e procedimentos da polícia indicam que existe a idéia de que o uso da violência contra os cidadãos em geral e membros de minorias é considerável. Os números da pesquisa abaixo mostram que não menos de 40% das opiniões acusam o uso da violência policial.

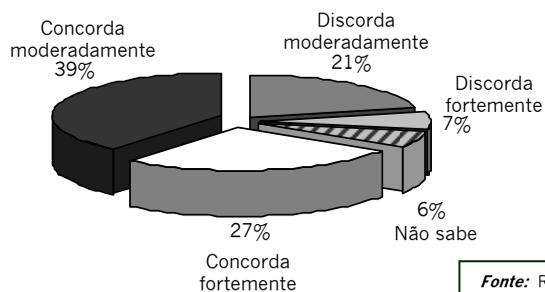
Sobre o uso e a freqüência do uso da violência policial:

Fonte: Roper Organization/ Yankelovich Clancy Shulman, Março 1991, 500 entrevistas

Perguntas: Com que freqüência você pensa que incidentes como estes – polícia usar violência contra os cidadãos – ocorrem em sua comunidade.



A corrupção policial é também um problema sério no país - 1992

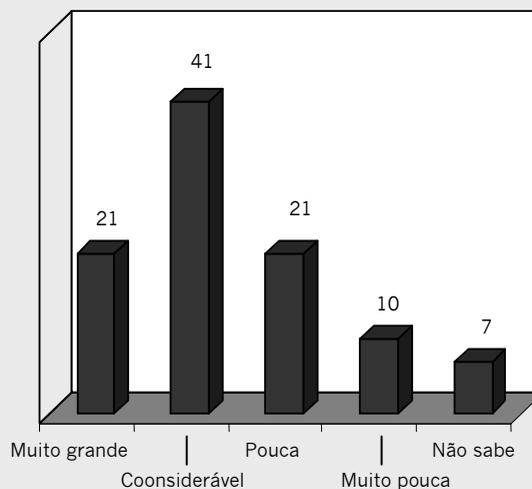


Fonte: Roper Organization/ CNN/Angus Reid Group, Março 1991, 701 entrevistas

Pergunta: Eu vou ler uma série de afirmações. Por favor, diga-me se você concorda ou discorda com cada uma.... Corrupção policial é um problema sério no seu país. Você concorda ou discorda? (Fortemente ou moderadamente?)

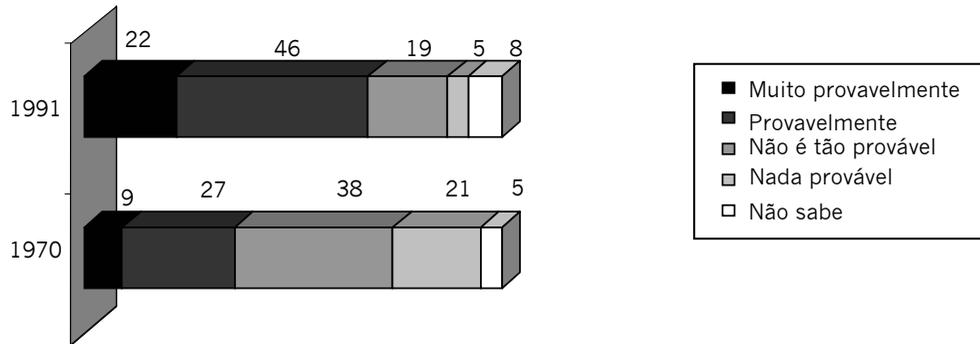
Fonte: Roper Organization/ Gallup Organization, Março 1991, 763 entrevistas

Perguntas: Quanta brutalidade policial contra membros de minorias há no país atualmente?



Os dados das duas pesquisas apresentadas abaixo confirmam esta percepção da violência policial. Em 1991, 68% das respostas apontam que *provavelmente* e *muito provavelmente* as acusações sobre violência se justificam. Comparados aos dados de 1970 (36%) é surpreendente o crescimento percentual nestes 21 anos. Já em 1984 a brutalidade policial é considerada uma séria ameaça à sociedade.

As acusações sobre violência policial se justificam?

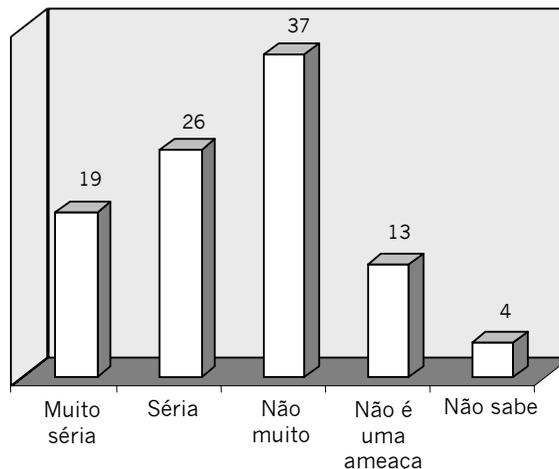


(1970) **Fonte:** Roper Organization/ Gallup Organization, Novembro 1970, 519 entrevistas.

(1991) **Fonte:** Roper Organization/ CBS News/ New York Times, Abril 1991, 1283 entrevistas.

Pergunta: Quando você ouve acusações sobre brutalidade policial você acha provável que estas acusações se justifiquem?

A brutalidade policial é uma ameaça...



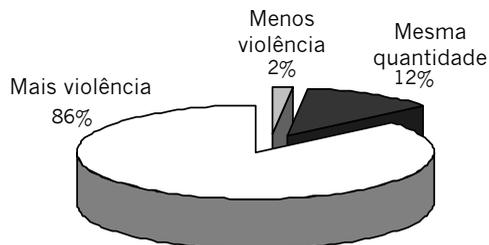
Fonte: Roper Organization, Janeiro 1984, 2000 entrevistas.

Pergunta: Aqui há uma lista de coisas que as pessoas dizem ser ameaçadoras para nossa sociedade. Você poderia me dizer se acha a brutalidade policial uma séria ameaça?

Violência Urbana – EUA

Os dados gerais sobre violência urbana apresentados a seguir sugerem a gravidade da situação dos grandes centros norte-americanos. Em 1993, 86% dos entrevistados apontavam o aumento da violência nos últimos 5 anos. Nesse mesmo ano, mais da metade da população pesquisada se dispunha a privar-se de liberdades adquiridas em troca de segurança.

A violência em 1993, comparada a 5 anos atrás



Fonte: Roper Organization/ Chilton Research Services, Abril 1993, 502 entrevistas

Pergunta: Pensando na sociedade com um todo, você acha que há mais, menos ou a mesma quantidade de violência na sociedade do que havia cinco anos atrás?

A opção pela segurança, pelo preço de algumas liberdades



Fonte: Roper Organization/ ABC News, November 1993, 509 entrevistas

Pergunta: Você estaria disposto a desistir de algumas liberdades que temos no país se isto significar uma grande redução da quantidade de crime e violência?

A análise das causas da violência e do aumento da criminalidade aponta as drogas como seu principal fator. Num intervalo de quase 20 anos, este ponto se destaca em pesquisas semelhantes: 85% dos entrevistados em 1970, e 53% em 1989 apontaram o tráfico de drogas como a principal causa do crime.

O que contribui para o aumento da criminalidade

1970

Traficantes de drogas	85%
O crime organizado	61%
Estudante radical	49%
“Os Panteras Negras”	49%
Juízes tolerantes	38%
Comércio de pornografia	24%
Polícia corrupta	22%
Político liberal	20%
Brutalidade policial	14%
Professores universitários	13%
Não sabe	1%

Respostas múltiplas

Fonte: Roper Organization/ Gallup, Novembro 1970, 519 entrevistas

Pergunta: Na sua opinião, que pessoas desta lista contribuem para o aumento do crime?

1989

A difusão e venda de drogas	53%
O “fracasso do sistema penal para punir os criminosos	34%
O declínio dos valores morais e éticos de nossa sociedade	25%
A demora nos julgamentos	23%
O crescimento da diferença entre ricos e pobres	11%
A abordagem na televisão dos crimes da violência como comportamento normal	9%
A falta de dinheiro para lutar com o crime	9%
Outros/ Não sabe/ recusou	9%
Os pais	1%

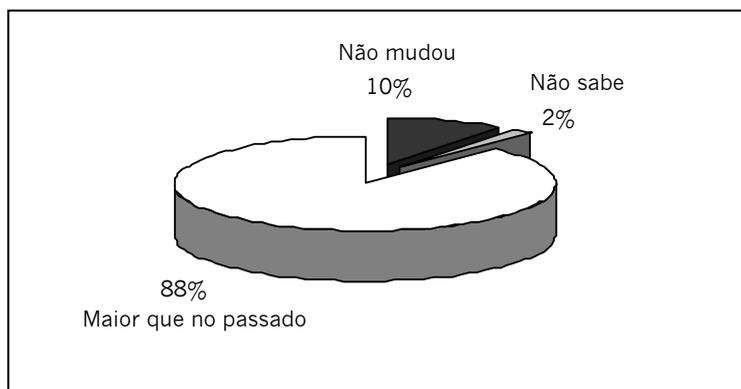
Respostas múltiplas

Fonte: Roper Organization/ Los Angeles Times, Setembro 1989, 2217 entrevistas

Pergunta: Desta lista, o que você considera a principal causa do crime atualmente?

Na pesquisa de 1989, na tabela anterior, o declínio dos valores morais e a deficiência da justiça também figuram como causas da criminalidade urbana, apontados respectivamente por 25% e por 34% da população. Estes dados adquirem especial importância se analisados à luz da avaliação do aumento da violência adolescente, realizada no mesmo ano (88%).

O problema da violência adolescente em 1989:

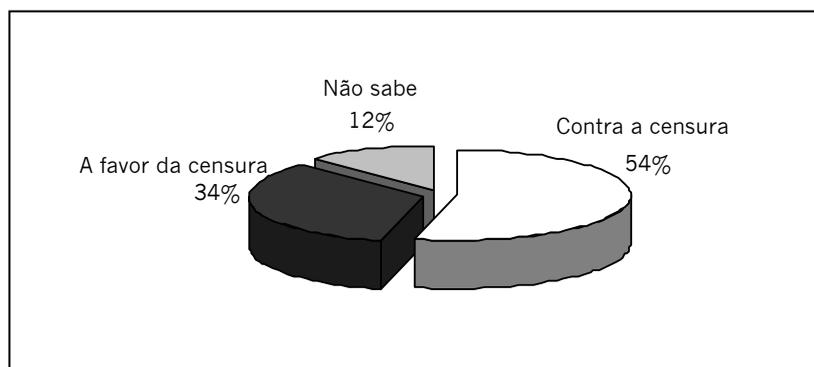


Fonte: Roper Organization/ Yankelovich Clancy Schulman, Junho 1989, 506 entrevistas

Pergunta: Você acha que a violência adolescente é um problema maior atualmente do que era no passado, ou não houve mudanças?

Parte das explicações sobre o aumento da criminalidade, violência e delinquência está na análise dos estímulos ao comportamento anti-social. Com relação ao papel dos meios de comunicação, a questão do estímulo aponta diretamente para a censura. Nesse aspecto, é interessante a predominância da liberdade de expressão colocada por 54% dos entrevistados, contra 34% favoráveis à censura, em pesquisa realizada em 1990.

Sobre a violência e o sexo na tv:



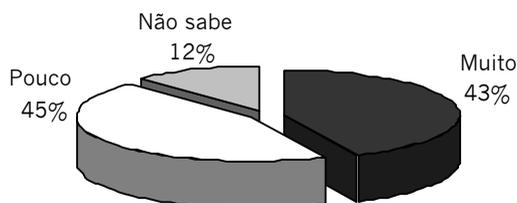
Fonte: Roper Organization/ Gallup, Janeiro 1990, 600 entrevistas

Pergunta: Algumas pessoas acham que apresentações ou programas de TV que contêm muita violência, sexo ou hostilidades entre pessoas devem ser banidos para prevenir comportamentos anti-sociais. Outros pensam que a liberdade de linguagem e expressão artística na nossa sociedade é muito importante para que se permita a censura. Qual destas afirmações se aproxima do seu ponto de vista?

Em dados coletados há 20 anos, observa-se que o enfoque das pesquisas sobre violência é dado pela relação entre violência, miséria e pobreza. Com estes dados, no entanto, pode-se sugerir apenas em parte que para os norte-americanos esta relação era a principal causa: para 45% dos entrevistados em 1968, a recusa em prestar ajuda para a solução da miséria afetava pouco a violência.

Já em 1969, o destaque pode ser dado pela questão racial. Numa amostra masculina distribuída entre negros e não negros, 75% consideravam a pobreza como causa da violência.

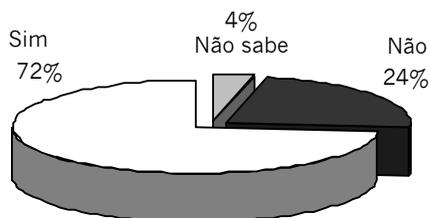
Não ajudar no combate à pobreza contribui com a violência: 1968



Fonte: Roper Organization/ Louis Harris and Associates, Junho 1968, 1220 entrevistas

Pergunta: (Quanto você considera que contribuem estes fatores para a violência neste país)... Aqueles que se opõem a prestar ajuda à miséria e pobreza.

A pobreza causa violência: 1969



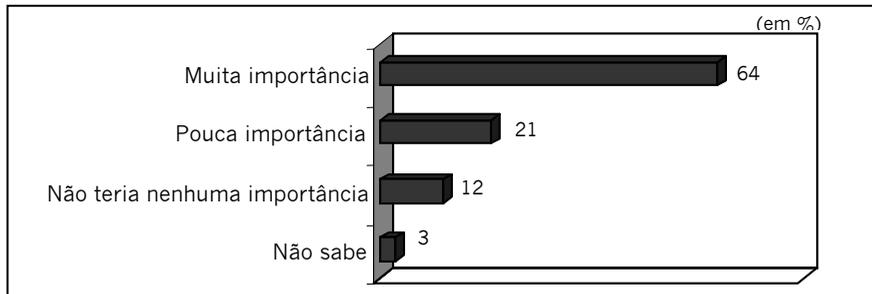
Fonte: ICPSR, I, 1969

Pergunta: Você acha que a pobreza causa violência?

Pena de morte – EUA

Os debates sobre a pena de morte em geral referem-se à questão moral e religiosa sobre o direito que tem o Estado de punir com a pena máxima. No entanto, as pesquisas de opinião abordam este tema de forma mais direta, e procuram relacioná-lo com a segurança pública e com o combate à criminalidade mais violenta. É sob este enfoque que se observa a avaliação mais recente da população norte-americana sobre a extensão da aplicabilidade da pena de morte como combate efetivo ao crime (são favoráveis à sua extensão).

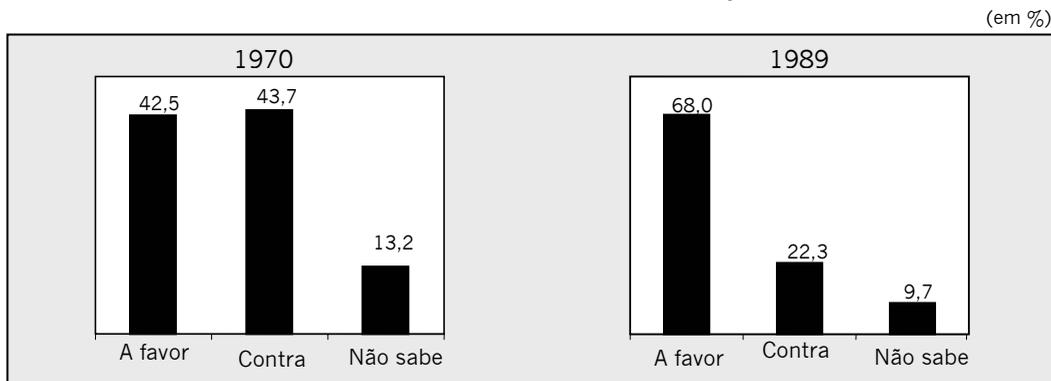
**Extensão da pena de morte no combate ao crime
1994**



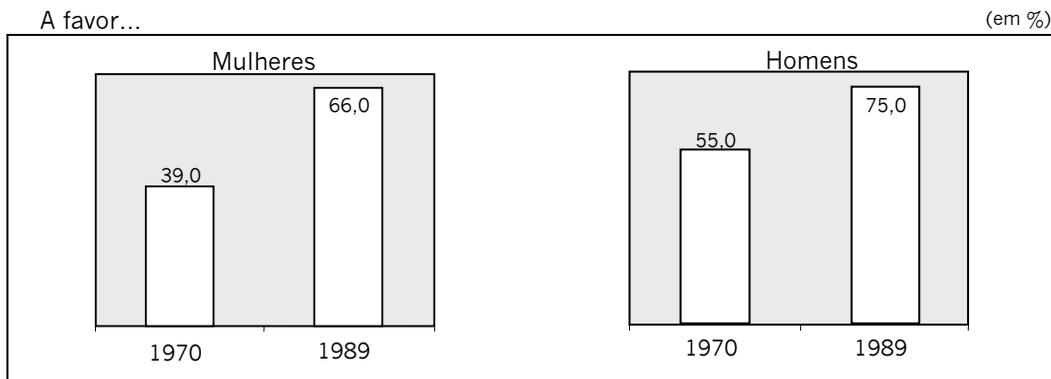
Fonte: Roper Organization/ Hart and Teeter Research Companies, Janeiro 1994, 1009 entrevistas

Pergunta: Vou ler algumas ações que tem sido propostas como meios de combate ao crime violento. Para cada uma diga-me, em sua opinião, que importância teria para a redução de crimes violentos... Mais crimes puníveis por pena de morte.

A avaliação de opiniões gerais sobre a pena de morte revela que num período de quase 20 anos ocorre um significativo aumento da tendência favorável à adoção da pena.



Distribuídos por sexo. verifica-se que esse aumento ocorre sobretudo com as mulheres:



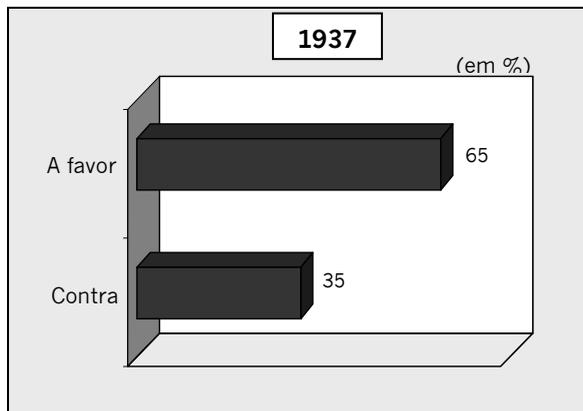
(1970) Fonte: Roper Organization/ Louis Harris and Associates, Agosto 1970, 3984 entrevistas (2972 mulheres e 1012 homens)

(1989) Fonte: Roper Organization, Julho 1989, 4000 entrevistas (3000 mulheres e 1000 homens)

Pergunta: Você é a favor da pena de morte?

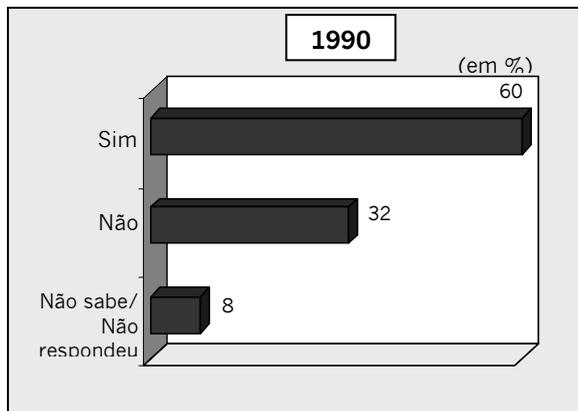
Ao longo do tempo, observa-se uma tendência de opinião bastante estável sobre a aceitação da pena de morte qualificada – aplicada apenas para casos de assassinato. No longo período entre 1937 e 1990, a tendência favorável à pena de morte varia nos Estados Unidos entre 65% e 60%.

Opinião sobre a pena de morte para assassinato



Fonte: Roper Organization/ Gallup, Dezembro 1937, 1500 entrevistas

Pergunta: Você é a favor ou contra a pena de morte para assassinato?

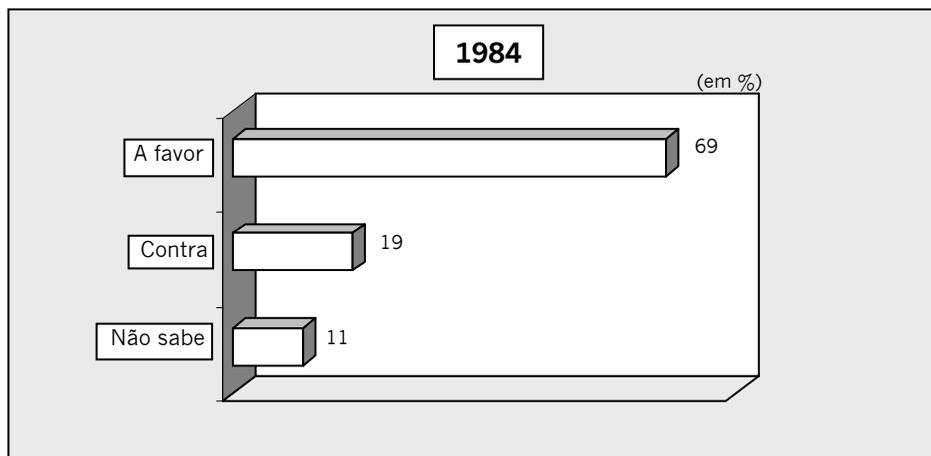


Fonte: Roper Organization/ CBS News/ New York Times, Agosto 1990, 1422 entrevistas

Pergunta: Você acha que a pena de morte é uma forma de deter assassinatos

Essa tendência também expressa a idéia de que a pena máxima pode funcionar como forma de controle de criminalidade. Os dados de 1990 expressam essa idéia, como também os dados de 1984. abaixo:

Sobre a pena de morte como controle da criminalidade

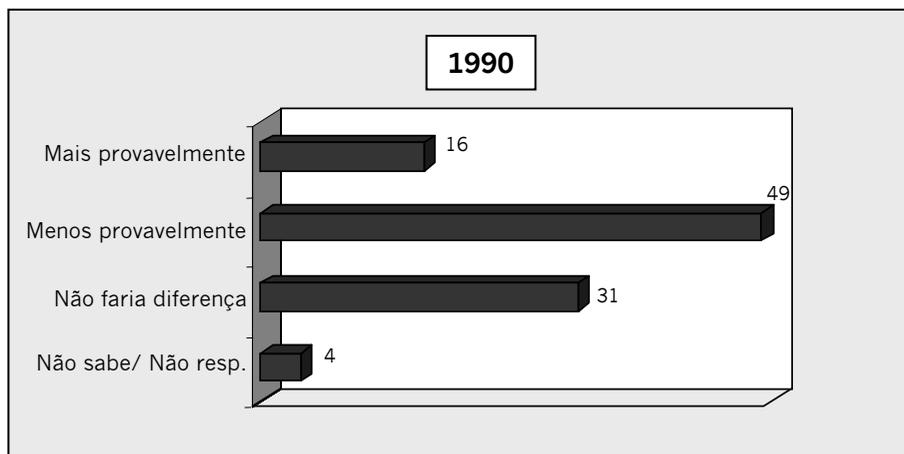


Fonte: Roper Organization/ Associated Press/ Media General, Junho 1984, 1243 entrevistas

Perguntas: Várias propostas têm sido apresentadas como possíveis soluções para a crescente criminalidade. Por favor, diga-me se você é a favor ou contra as seguintes medidas para a redução da criminalidade... pena de morte.

Esta disposição pode ainda ser verificada no gráfico abaixo. É interessante observar como, em 1990, a posição dos parlamentares com relação à pena de morte parece condicionar a lealdade do eleitor.

O voto no parlamentar contrário à pena de morte

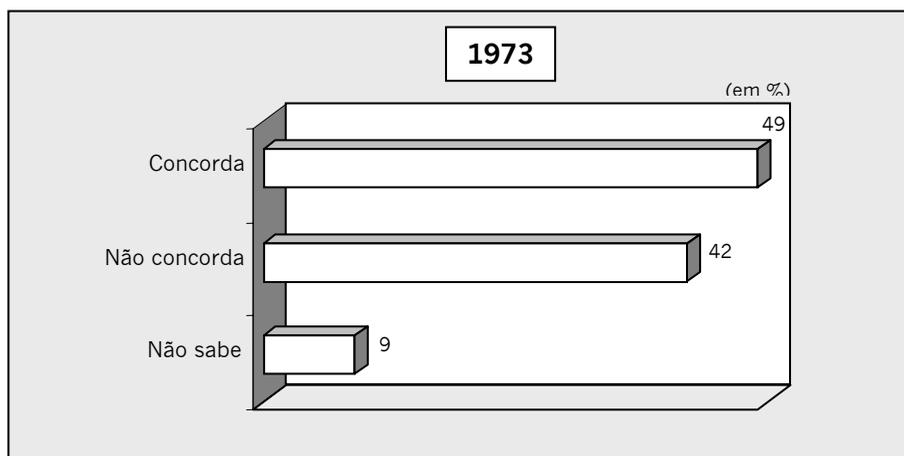


Fonte: Roper Organization/ CBS News/ New York Times, Agosto 1990, 1166 entrevistas

Perguntas: Se o seu representante no Congresso... tiver se oposto à pena de morte... você votaria nele mais ou menos provavelmente, ou não faria qualquer diferença?

Em 1973, a capacidade do Estado de punir com a pena de morte se apresenta se apresenta como um condicionante do respeito do povo.

Sobre a idéia de que um estado forte depende da capacidade de punir



Fonte: Roper Organization/ Louis and Harris Associates, Abril 1973, 1573 entrevistas

Perguntas: (Vou ler algumas afirmações feitas por pessoas sobre porque apóiam a pena de morte. Para cada uma diga-me se representa seu ponto de vista ou não). Um governo que não pode executar criminosos torna-se fraco e perde o respeito do povo.

Europa

Os dados abaixo apresentam as atitudes da população de países da Europa para com a democracia e as liberdades individuais. Apresentamos mais especificamente opiniões sobre o direito à segurança pessoal e proteção, se ele deve ser respeitado sempre ou se isto depende da situação.

País	Sempre	Depende	NS/NR
França	65,2	19,3	15,5
Alemanha	92,3	7,1	0,6
Itália	88,0	10,0	2,0
Reino Unido	90,9	8,2	0,9
Espanha	86,2	7,5	6,3
Portugal	85,7	5,1	9,2

Fonte: EURO-BAROMETER 30, 1988 – ICPSR 3

Pergunta: Estes direitos e liberdades deveriam ser respeitados sempre ou isto depende da situação: o direito à segurança pessoal e proteção.

Os dados a seguir referem-se à pergunta sobre a escolha de problemas mais importantes atualmente, com destaque para itens ligados à violência e criminalidade.

A Alemanha e a Espanha mostram o terrorismo como problemas importante, e esta última destaca ainda, como a França, o medo em relação a segurança pessoal. Já para a Itália e a Grã-Bretanha o crime se apresenta como um problema importante. Na Itália o crime está mais relacionado à delinquência, enquanto na Grã-Bretanha a população o relaciona mais com a lei e a ordem.

Importância de problemas ligados à violência e criminalidade

França	Violência, criminalidade, crimes contra crianças, medo em relação a segurança pessoal, drogas	8,3%
Alemanha	Problemas de segurança interna (terroristas, ataques a bomba)	2,0%
Itália	Delinquência, crimes (máfia, ladrões, furtadores)	14,5%
Grã-Bretanha	Lei e ordem, crime, índice de criminalidade, crime e pena, punição, sentenças	7,4%
Espanha	Terrorismo, raptos Medo com relação a segurança pessoal nas cidades, delinquência	9,3% 6,7%

Fonte: EURO-BAROMETER 30, 1988 – ICPSR 3

Pergunta: Quais são para você os tópicos e eventos mais importantes atualmente? (% que mencionaram)

Com relação à importância de certos problemas nacionais, os dados abaixo apresentam porcentagem da população dos países que indicam o medo com relação a segurança pessoal como o mais importante.

França	9,4%
Alemanha	10%
Itália	7,7%
Reino Unido	15%
Espanha	24,8%
Portugal	11,4%

Fonte: EURO-BAROMETER 30, 1988 – ICPSR 3

Pergunta: Problema mais importante atualmente: Medo com relação a segurança pessoal. (% que mencionaram)

Um tema bastante estudado nesta pesquisa, e que pelo contexto atual torna-se relevante, são as atitudes dos europeus para com os imigrantes e grupos *marginais* (pessoas de outra nacionalidade, raça, religião, cultura ou classe social). Entre questões que relacionam estes grupos a problemas nos países aparece a do quadro abaixo, sobre se estes grupos causam delinquência e violência.

Grande parte da população dos países acha que a violência não está relacionada a estes grupos marginais, pois a porcentagem de pessoas que não indicaram nenhuma das categorias apresentadas como causa da violência é alta.

Mencionaram	França	Alemanha	Itália	Reino Unido	Espanha	Portugal
Pessoas de outra nacionalidade	22,4	11,0	13,7	15,6	9,4	9,6
Pessoas de outra raça	27,0	9,0	18,2	24,0	10,3	14,0
Pessoas de outra religião	4,5	2,9	1,7	6,3	1,0	2,3
Pessoas com outra cultura	4,2	3,8	2,5	9,4	3,0	1,4
Pessoas pertencentes a outra classe social	3,3	9,7	6,5	5,7	5,2	1,6
Nenhuma das categorias	40,9	44,0	42,7	41,0	48,2	47,3

Fonte: EURO-BAROMETER 30, 1998 – ICPSR 3

Pergunta: Sua presença é uma das causas da delinquência e violência. (% que mencionaram)

Ficha Técnica

Seção Planos econômicos

Plano	Data	Tamanho da amostra (nº de entrevistas)	Universo	Tipo de amostra
Datafolha				
Cruzado	25/03/86 – 1º mês	1000	Eleitores do Município de São Paulo	Representativa da população na área em estudo, elaborada por quotas proporcionais em função de variáveis significativas do universo: zonas geográficas, nível sócio-econômico da região, sexo e idade.
	25/04/86 – 2º mês	1000		
	21-22/05/86 – 3º mês	1000		
	27/06/86 – 4º mês	1000		
	23/07/86 – 5º mês	1000		
	26/08/86 – 6º mês	1000		
	22/09/86 – 7º mês	996		
	22/10/86 – 8º mês	1000		
	26/11/86 – 9º mês	969		
	23/11/86 – 10º mês	1008		
Bresser	17/06/87	992	Eleitores do Município de São Paulo	Representativa da população na área em estudo, elaborada por quotas proporcionais em função de variáveis significativas do universo: zonas geográficas, nível sócio-econômico da região, sexo e idade.
	07/07/87 – 1º mês	1000		
	05/08/87 – 2º mês	1049		
	08-09/09/87 – 3º mês	1081		
	17-19/11/87 – 5º mês	1093		
Choque Verão	16/01/89	1050	Eleitores do Município de São Paulo	Representativa da população na área em estudo, elaborada por quotas proporcionais em função de variáveis significativas do universo: zonas geográficas, nível sócio-econômico da região, sexo e idade.
	18/01/89	1054		
	13/03/89 – 2º mês	1050		
	13/04/89 – 3º mês	1052		
Collor	17/03/90	1080	10 capitais (*)	Representativa da população na área em estudo, elaborada por quotas proporcionais em função de variáveis significativas do universo: zonas geográficas, nível sócio-econômico da região, sexo e idade.
	21/03/90	1080		
	11/04/90 – 1º mês	1080	10 capitais (*)	
		5921		
	09/05/90 – 2º mês	1079	Município de São Paulo 10 capitais (*)	
		5283		
	19-20/06/90 – 3º mês	1078	Município de São Paulo Brasil	
		5251		
	09/07/90 – 4º mês	1080	Município de São Paulo 10 capitais (*)	
		5243		
	10/08/90 – 5º mês	1069	Município de São Paulo 10 capitais (*)	
		5238		
	03-04/09/90 – 6º mês	5250	Brasil	
	08-09/11/90 – 8º mês	1080	Município de São Paulo	
	5310			
08/01/91 – 10º mês	1080			
01/02/91 – 11º mês	1080			
06/06/91	1070			
FHC	01/03/94	1080	Município de São Paulo	Representativa da população na área em estudo, elaborada por quotas proporcionais em função de variáveis significativas do universo: zonas geográficas, nível sócio-econômico da região, sexo e idade.
	21/03/94	1080		
	13/02/93	659		
Perspectivas	14/04/93	2487	Brasil	

Ficha Técnica

Plano	Data	Tamanho da amostra (nº de entrevistas)	Universo	Tipo de amostra
IBOPE				
Cruzado	02-03/08/86 – 6º mês	300	Eleitores: da Grande São Paulo	Representativa do eleitorado na área em estudo, elaborada por quotas proporcionais em função de variáveis significativas do universo: sexo, idade; atividade e posição na ocupação.
	06-08/12/86 – 10º mês	500		
Collor	20-23/90	2250	Regiões metropolitanas (**)	
	07-12/04/90	800	Estado de São Paulo	
FHC	18-23/06/93	2000	Brasil	

(*) São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Brasília.

(**) Grande Rio de Janeiro, Grande São Paulo, Grande Belo Horizonte, Grande Curitiba, Grande Porto Alegre, Grande Recife, Salvador e Distrito Federal

Seção Avaliação da justiça, violência e pena de morte - Brasil

Fonte	Data	Tamanho da amostra (nº de entrevistas)	Universo	Tipo de amostra
Datafolha				
I- Avaliação do Poder Judiciário	10 e 11/11/93	2500	Brasil/ 122 municípios brasileiros/ população adulta do país a partir 16 anos	Amostra representativa da população da área em estudo elaborada por cotas proporcionais em função das variáveis significativas do universo: zonas geográficas, nível sócio-econômico, sexo e idade.
II – Pena de morte	02,03 e 04/02/93	2500	Brasil	
III – Casa de Detenção	07 e 08/05/91	645	Casa de Detenção de São Paulo	Amostra de detentos selecionados através de sorteio aleatório a partir do cadastro de cada pavilhão, fornecido pela diretoria da Casa de Detenção.
IBOPE				
Direitos humanos	20 abril – 07 maio/90	1200	População com mais de 18 anos residente na Grande SP, Grande RJ, Grande Recife	Amostra representativa da população da área em estudo, elaborada por quotas proporcionais (segundo variáveis sociais e demográficas: sexo, grupo de idade, condição de estudo, ramo de atividade).

Seção Avaliação da justiça, violência e pena de morte - Estados Unidos

Os dados desta sessão são provenientes do Banco Informatizado de Dados de Opinião Pública do Roper Center for Public Opinion Research, da Universidade de Connecticut, EUA.

Ficha Técnica

Seção Avaliação da justiça, violência e pena de morte - Europa

Fonte (ICPSR)	Data	Tamanho da amostra (nº de entrevistas)	Universo	Tipo de amostra
1- Justifying Violence of American Men (1)	Verão, 1969	1374 entrevistas: 304 negros e 1070 não-negros. Para uma análise representativa do universo, trabalhou-se com uma amostra ponderada de 1472 casos.	Homens americanos de 16 a 64 anos	Amostra representativa em estágios múltiplos (setores censitários e unidades residenciais) e probabilística no último estágio (sorteio aleatório do entrevistado). Esta amostra foi complementada com entrevistas adicionais selecionadas pelo mesmo procedimento, sendo que nesta segunda amostragem foram realizadas entrevistas somente com negros sorteados. O objetivo desta complementação foi permitir análises separadas entre as raças, já que o segmento de negros na amostra original encontrava-se sub-representado.
2 – Public Image of the Courts (2)	Outubro a dezembro, 1977	1112 entrevistas: 440 advogados, 291 juízes e 381 líderes comunitários.	Advogados, juízes e líderes comunitários dos Estados Unidos	Cada segmento amostral foi concebido segundo critério de representatividade geográfica e segundo: Advogados: seleção aleatória a partir de afiliação no Martindale-Hubbel Law Dictionary e complementação da amostra com advogados atuantes no setor público e nos tribunais de justiça federal, que não constavam na primeira lista; Juízes: seleção aleatória dos juízes dos tribunais de justiça federal; Líderes comunitários: seleção aleatória de líderes comunitários nas categorias prefeitos municipais, governadores estaduais e seus respectivos staffs; membros da comissão de justiça do poder legislativo; representantes da mídia eletrônica e escrita que cobrem noticiário jurídico e criminal; líderes de organizações locais; empresários; membros de legislativos municipais; líderes sindicais.
3 – Euro-Barometer – 30 (3)	Outubro a novembro, 1988	1051 (Alemanha); 1013 (Espanha); 1001 (França); 1017 (Grã-Bretanha); 1323 (Reino Unido: Inglaterra e Irlanda); 1058 (Itália); 1000 (Portugal).	População dos países da Comunidade Européia	Amostra representativa da população com 15 anos e mais dos países da Comunidade Européia, com desenho amostral em dois estágios: 1º- seleção aleatória de setores em cada país, nas áreas urbanas e rurais; 2º- sorteio do indivíduo entrevistado em cada setor selecionado.

(1) Blumenthal, Mônica D., Kahn, Robert L. e Andrews, Frank M. JUSTIFYING VIOLENCE ATTITUDES OF AMERICANS MEN, Summer 1969. Conduzido por Survey Research Center, Institute for Social Research, The University of Michigan, 1969

(2) Law Enforcement Assistance Administration PUBLIC IMAGE OF COURTS, 1977 Conduzido por Yankelovich, Skelly and White, Inc., sob direção do National Center for State Courts, for the Law Enforcement Assistance Administration, U.S. Dept. of Justice, - Ann Arbor, Mich: Inter-University Consortium for Political and Social Research, 1980

(3) Reif, Karlheinz, Melich, Anna. EURO-MAROMETER – 30: IMMIGRANTS AND OUT-GROUPS IN WESTERN EUROPE, Outubro-Novembro, 1988. Conduzido por Faits et Opinion, Paris. ICPSR ed. Ann Arbor, Mich.: Inter-University Consortium for Political and Social Research, 1991

Dimensões da avaliação política do eleitorado numa análise fatorial

Plínio A. Dentzien

Departamento de Sociologia – IFCH – UNICAMP

Resumo

Este artigo analisa a estrutura de um conjunto de avaliação sobre políticos brasileiros importantes no período entre 1930 e 1978. Os dados são extraídos de survey realizado em 1978 na cidade de Campinas, SP.

Palavras-chave: informação política, avaliação, oposicionismo, liberalismo, autoritarismo

Abstract

This article analyses the structure of a set of evaluations about Brazilian important politicians between 1930 and 1978. The data come from a survey conducted in 1978 in the city of Campinas, São Paulo.

Key words: political information, evaluation, oposicionism, liberalism, authoritarianism

Uma versão diferente deste trabalho foi apresentada ao Grupo de Trabalho sobre Métodos e Técnicas em Ciências Sociais, no VI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS – realizada em Friburgo (RJ) entre 20 e 22 de outubro de 1982. Se publico esta versão tantos anos depois é porque os dados, métodos e argumentos ainda me interessam.

Em primeiro lugar, interessa-me a similaridade entre o espaço de avaliação do eleitorado como um todo e as interpretações dos analistas políticos mais informados. O argumento sugere que a incapacidade político-ideológica do eleitorado popular pode ser um mero artefato de questões mal formuladas, ou formuladas de um modo excessivamente direto e, talvez por isso mesmo, ingênuo.

Daí por que, em segundo lugar, interessa-me a pergunta indireta e metodologicamente informada que constitui o centro do trabalho. Indireta porque busca a estrutura de um espaço complexo de avaliação em termos de gostar/não gostar de determinados líderes políticos conhecidos; metodologicamente informada porque tinha em vista o estudo das várias dimensões constitutivas desse espaço através de análise fatorial.

O problema

Em 1978, ano a que os dados apresentados se referem, o quadro das clivagens na história política do Brasil contrapunha como termos principais, os vitoriosos de 1964 aos nacional-reformistas¹. Entre os primeiros, outras clivagens menores eram apontadas, como entre “castelistas” ou liberais e “duros”; a “sorbonne” e a “tropa”, ou civis e militares. Entre os nacional-reformistas, as figuras de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek eram encaradas, tanto acadêmica como politicamente (e, neste caso, por opositores e seguidores igualmente), como categoria(s) em separado.

¹ Fiquei tentado a utilizar no texto o termo “populismo” em seu sentido usual, pouco determinado, generalizado na ciência política brasileira para descrever o status quo político do Brasil entre 1945 e 1964 – para alguns inaugurado pela revolução de 1930. Criticando a excessiva simplicidade das primeiras formulações do conceito, que o tornavam um mero equivalente de “demagogia” e de “manipulação das massas”, Weffort apontou em diversos trabalhos para a dupla natureza do fenômeno: se, de um lado, o populismo serviu para garantir um certo controle sobre as massas, de outro, foi um canal para sua emergência. Ver Weffort (1965; 1966; 1978). Apesar da importância de sua contribuição, Weffort não distinguiu, a nível de líderes políticos, no âmbito do populismo. Guita Grin Debert analisou discursos de quatro líderes populistas – Ademar de Barros, Carlos Lacerda, Miguel Arraes e Leonel Brizola – e mostrou as diferenças entre eles. Debert (1979).

Algumas oposições pós-64, primeiro o MDB e, mais tarde, PMDB, PP e PDT, enfatizavam à época com variações de momento, a herança nacional-reformista, principalmente a getulista, e os bons tempos democráticos de Juscelino.

Era freqüente – e não inteiramente descabida – a interpretação segundo a qual o movimento de 1964 só não tinha acontecido dez anos antes por causa do suicídio de Getúlio e que, por isso mesmo, teria apresentado uma vitória do udenismo mais anti-getulista, depois da fracassada tentativa com Jânio Quadros. O que essa interpretação tendia a subestimar era a continuidade entre 1964 e 1930, talvez por esquecer o papel que muitos dos generais vitoriosos em 1964 desempenharam quando tenentes, em 1930 – e que só se moveram contra o governo Goulart no último momento. A origem do silêncio governamental em torno de Getúlio Vargas provavelmente residia nesse conjunto de relações, e suas pistas podem ser encontradas folheando as seções fotográficas das memórias publicadas sobre 1930.

Este trabalho não busca as origens da questão, mas seu reflexo na consciência social. Tomando como base uma amostra do eleitorado de Campinas, no estado São Paulo, imediatamente antes das eleições parlamentares de 1978², procura analisar a estrutura de um conjunto de avaliações sobre vinte e dois líderes políticos importantes do período 1930-1978. Essas avaliações foram pedidas de acordo com a seguinte formulação literal:

*“Agora eu vou ler para o(a) Sr(a) os nomes de alguns políticos brasileiros e gostaria que o(a) Sr(a) lhes desse uma nota de zero a dez, onde, quanto mais alta a nota, melhor o(a) Sr(a) acha que foi a atuação desse político. Que nota o(a) Sr(a) daria a... (enumerando, pausadamente).
...Getúlio Vargas... Juscelino Kubitschek... Jânio Quadros... João*

² A pesquisa consiste em uma enquete por amostragem da população adulta de Campinas, realizada entre os dias 21 de outubro e 16 de novembro de 1978. Foi realizada por um grupo de trinta (30) estudantes do curso de graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, sob minha coordenação. Os estudantes participaram, em graus variados conforme a tarefa, de todas as fases do levantamento, desde a decisão de realizá-lo até a codificação das respostas, passando pelo planejamento, elaboração e redação do questionário, levantamento e seleção da amostra, realização das entrevistas e elaboração do Livro de Códigos. O questionário continha 92 perguntas, 80 fechadas e 12 abertas, referidas a: a) posição na estrutura social; b) participação social e política; c) preferência partidária; d) voto; e) informação política; f) auto-identificação com classe; g) atitudes e opiniões políticas e h) avaliação de líderes políticos. A amostra foi estratificada, em três estágios. O primeiro estágio consistiu num conjunto de trinta (30) Unidades Primárias de Amostragem (UPAs) – quadrantes de um mapa geral das ligações elétricas de Campinas, levantamento de 1978 da Companhia Paulista de Força e Luz – selecionadas proporcionalmente a estratos previamente definidos. O segundo estágio consistiu numa amostragem sistemática, após início aleatório, do conjunto de domicílios que faziam parte de cada uma das UPAs. O terceiro consistiu na aplicação do modelo de Marques e Berquó (1975) para seleção do entrevistado dentro do domicílio. Foram realizadas 437 entrevistas válidas.

*Goulart... Castelo Branco... Costa e Silva... Garrastazu Médici... Ernesto Geisel... Ademar de Barros... Carvalho Pinto... Laudo Natel... Paulo Egídio... Almino Afonso... Leonel Brizola... Miguel Arraes... Carlos Lacerda... Magalhães Pinto... João Batista Figueiredo... Euler Monteiro... Orestes Quércia... Francisco Amaral... Lauro Péricles Gonçalves*³.

Partindo das considerações iniciais sobre o corte de 1964, foi possível montar um quadro geral das diferenças ou oposições entre esses vinte e dois líderes políticos. Para maior clareza na exposição, essas diferenças são apresentadas esquematicamente, por nível do mais alto cargo político ocupado, na Tabela 1.

A complexidade do quadro aumenta à medida que o olhar se afasta de seu ângulo superior esquerdo. Vargas, Kubitschek e Goulart são os representantes máximos da aliança PSD-PTB, que dominou a política do país pelo menos de 1950 a 1964, excetuando o curto período presidencial de Jânio Quadros. Já entre os presidentes militares, certas distinções, embora sutis, permitiriam talvez opor os pares Castelo Branco/Ernesto Geisel e Costa e Silva/Médici. Jânio Quadros é inclassificável.

Tabela 1
Quadro geral das diferenças políticas entre os 22 líderes incluídos na pesquisa, por nível do mais alto cargo político ocupado

Nível	Nacional-Reformistas	Pós-64	Outros
Presidência	Getúlio Vargas Juscelino Kubitschek João Goulart	<i>Costa e Silva</i> <i>Garrastazu Médici</i> Castelo Branco Ernesto Geisel	Jânio Quadros
Governador de São Paulo		<i>Carvalho Pinto</i> Laudo Natel Ademar de Barros Paulo Egídio	(Jânio Quadros)
Prefeito de Campinas			<i>Orestes Quércia</i> <i>Francisco Amaral</i> Lauro P. Gonçalves
Outros	Almino Afonso Leonel Brizola Miguel Arraes	<i>Carlos Lacerda</i> <i>Magalhães Pinto</i> João B. Figueiredo	Euler B. Monteiro

³ Os nomes dos vinte e dois líderes constituem uma boa amostragem dos políticos de expressão no Brasil – e na Campinas – da época. Que alguns deles tenham deixado o palco principal (alguns por morte, outros pela vida) em absoluto desautoriza sua inclusão. Outros, como o deputado Ulysses Guimarães, ainda não tinham a notoriedade que vieram a ter mais tarde.

O fato de que a célula correspondente ao nível do governo de São Paulo na categoria “nacional-reformista” fique vazia é em si mesmo problemático, sugerindo um descompasso entre as análises da política brasileira e a política paulista⁴. As diferenças internas ao grupo de governadores pró-64 são grandes: apesar de não ser difícil agrupar Ademar de Barros e Laudo Natel, não há como aproximar as atuações políticas de Carvalho Pinto e Paulo Egídio.

Problema de tipo semelhante ocorre para o nível relativo ao prefeito de Campinas, acrescido da não inclusão dos prefeitos anteriores, isto é, correspondentes ao antigo sistema partidário. Orestes Quércia e Francisco Amaral, eleitos pelo MDB, são, em todo caso, diferentes de Lauro P. Gonçalves que, também eleito pelo MDB passou para a Arena por ocasião das eleições municipais de 1976.

A última linha do quadro apresenta talvez o contraste mais claro, mas sua coluna central inclui uma oposição civil-militar. Lacerda/Magalhães Pinto *versus* General João B. Figueiredo.

O que esta breve descrição parece evidenciar é o caráter embrionário da formulação da questão nas ciências sociais. Os padrões de avaliação política do eleitorado campineiro podem, até certo ponto, contribuir para seu esclarecimento. É preciso não esquecer, porém, que as diferenças entre esses padrões e o modelo acadêmico representado na Tabela 1 certamente envolvem um grande diferencial de informação política.

A noção da estrutura do espaço em que ocorrem essas avaliações requer a análise das inter-relações entre as avaliações tomadas duas a duas. Qualquer análise qualitativa ou semi-qualitativa fica, desde logo, prejudicada, uma vez que suporia a consideração simultânea de duzentas e vinte tabelas⁵. Optei, portanto, por uma análise fatorial⁶ desse conjunto de avaliações. Na hipótese de extrema

⁴ Ver a discussão da questão em Schwartzman (1975).

⁵ Trata-se do número de combinações possíveis de 22 elementos tomados 2 a 2.

⁶ Tentarei expor cada passo da análise de modo que o leitor não familiarizado com a técnica possa compreender o argumento. A análise fatorial é uma técnica de análise multivariada que, partindo de uma matriz de correlações de ordem zero (coeficientes de Pearson) gera, num primeiro momento, uma matriz dos fatores subjacentes a essas correlações (que as “explicam” parcialmente) e, num segundo momento, o conjunto dos *scores* das unidades originais nos fatores. Os fatores podem ser considerados como super-variáveis, constituindo alguma coisa próxima da idéia de “médias” (ou campos de força) das variáveis num espaço multidimensional. A pertinência de uma variável a um ou outro fator é dada por suas projeções – *loadings* – em cada um dos fatores. Neste trabalho, nos limitaremos ao primeiro momento da análise, o da interpretação dos fatores encontrados. Ver Harman (1960). Essa limitação ao aspecto por assim dizer qualitativo da análise contribui também para minimizar o problema posto pelo nível de medida das variáveis. A análise fatorial supõe a cardinalidade dos valores das variáveis e isso só pode ser aproximado pelo sistema de notas utilizado nas avaliações. Em outras palavras, não está de acordo com a melhor ortodoxia realizar certas operações aritméticas quando não se pode afirmar que os intervalos entre 2 e 3 e 3 e 4, por exemplo, são iguais entre si.

polarização política entre os líderes nacional-reformistas e os militares, e da inexistência de qualquer outra clivagem política relevante, o resultado da análise fatorial mostraria: 1) um fator muito importante (no sentido de proporção da variância que “explicaria”), com os políticos vistos como pertencentes aos dois diferentes grupos em pólos opostos, indicados pelo sinal algébrico de sua 'projeção' no fator e 2) um ou mais fatores “ruído”, isto é, pouco importantes (no mesmo sentido referido acima) e não interpretáveis. Essa solução estaria a indicar que, no eleitorado como um todo, aqueles que dessem notas altas aos políticos de um dos grupos, tenderiam a dar notas baixas aos do outro e vice-versa.

Essa hipótese é possivelmente insuficiente, uma vez que supõe uma só lógica de todo o eleitorado. A estratégia de análise então consistirá em encontrar um modelo multidimensional interpretável e analisar esse modelo à luz de critérios que possam separar os grupos de eleitores que utilizam lógicas diferentes. Fatores como idade, escolaridade, renda, nível de informação e preferência partidária podem servir como delimitadores dessas lógicas.

As seções seguintes descrevem os dados, apresentam os resultados da análise fatorial para o conjunto da amostra e segundo cortes significativos, e ainda, as conclusões.

Os dados

A Tabela 2 apresenta as médias das notas obtidas pelos vinte e dois políticos incluídos no questionário na avaliação feita pelo eleitorado de Campinas. Para melhor visualização, elas são apresentadas por média decrescente, são também incluídas as proporções da amostra que atribuíram a cada político notas zero (0), cinco (5) ou dez (10). São apresentadas também as proporções dos que declararam não conhecimento, ou simplesmente deixaram de responder.

Excetuados Quadros e Goulart, todos os outros presidentes obtiveram médias superiores a seis, sendo que as quatro médias mais altas correspondem, pela ordem, a Vargas, Kubitschek, Geisel e Médici. Isso sugere que uma dimensão importante da avaliação pode ser o nível do cargo mais alto ocupado.

Ainda em relação às médias, é interessante notar que as mais baixas – abaixo de cinco – correspondem, em ordem crescente, a Brizola, Goulart e Arraes, justamente aqueles políticos que nos quatorze anos que antecederam às eleições de 1978 foram proscritos e mais duramente criticados através da imprensa.

O grupo de políticos que recebeu médias entre seis e sete é o maior de todos, incluindo ex-presidentes (Castelo Branco e Costa e Silva), ex-governadores (com exceção de Ademar de Barros) e todos os que ocuparam a prefeitura de Campinas.

O fator conhecimento, como seria previsível, praticamente excluía aqueles políticos que, na Tabela 1 foram qualificados como “outros”, isto é, que não foram presidentes, governadores e prefeitos, estando, portanto, mais distantes do eleitorado local em 1978. Os mais conhecidos eram, pela ordem, Francisco Amaral (prefeito na época da pesquisa), Geisel (presidente) e Quércia (senador e ex-prefeito). Os dados relativos aos “exilados” – Almino, Brizola e Arraes – mostravam dramaticamente a mudança na composição do eleitorado e seriam para qualificar um certo triunfalismo provocado à época em torno de sua volta ao cenário político, pelo menos relativamente a São Paulo.

Tabela 2
Avaliação dos políticos pela amostra

Políticos	Média	Zero	Cinco	Dez	NS/ NR
	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
G. Varas	8,2	2,8	9,9	51,5	18,8
J. Kubitschek	7,9	2,7	8,1	39,0	14,9
E. Geisel	7,3	4,5	11,4	33,5	7,8
G. Médici	7,2	4,7	11,4	32,2	11,9
C. Branco	6,7	8,6	14,5	26,0	14,6
L. Natel	6,6	3,4	16,6	22,0	18,8
P. Egidio	6,6	3,6	15,3	18,1	16,5
C. Pinto	6,5	4,4	16,6	20,4	22,7
C. e Silva	6,4	4,1	15,6	15,6	22,4
J. B. Figueiredo	6,3	12,3	15,9	28,2	36,6
O. Quércia	6,3	10,8	10,8	28,5	9,2
F. Amaral	6,2	7,6	21,2	20,7	6,2
L. P. Gonçalves	6,0	11,3	14,0	21,1	13,3
J. Quadros	5,9	12,1	18,2	19,9	20,6
E. B. Monteiro	5,9	4,2	23,0	12,6	56,3
A. de Barros	5,8	11,0	20,3	15,5	23,3
M. Pinto	5,8	5,0	22,1	11,7	31,8
C. Lacerda	5,3	14,1	18,4	10,2	41,4
A. Afonso	5,2	3,9	23,4	5,2	82,4
M. Arraes	4,5	24,0	15,4	10,6	76,2
J. Goulart	4,4	21,8	22,4	7,7	28,6
L. Brizola	3,5	31,3	18,7	4,2	62,0

Número Total 437 casos

Dimensões de avaliação do eleitorado

Foram analisadas soluções que resultaram em duas, três, quatro e cinco dimensões. As duas primeiras foram deixadas de lado porque, compreendidas na terceira, deixavam de incluir, no entanto, muitos dos políticos. A última não foi considerada porque seu “ganho” relativamente à anterior se resumiu na geração de um fator não interpretável⁷. A solução tetra-dimensional deixa de incluir quatro políticos e seus resultados são apresentados na Tabela 3, a seguir. Para facilitar a leitura, as projeções consideradas como indicativas de pertinência a alguma dimensão foram sublinhadas; um asterisco indica “pertinência fraca”.

A similaridade entre o quadro geral apresentado na Tabela 1 e a solução tetra-dimensional da Tabela 3 é grande. O Fator I da Tabela 3 corresponde aproximadamente à coluna Pró-64 da Tabela 1. As exceções são: 1) a “dupla pertinência” de Castelo Branco e Laudo Natel; 2) a localização de Carvalho Pinto, Lacerda e Magalhães Pinto no mesmo Fator que constitui o “duplo” de Castelo e Laudo; 3) a “pertinência” de Ademar de Barros ao Fator IV; 4) a inclusão de Lauro Péricles. Esta última se explica pela “virada-de-casaca” do ex-prefeito de Campinas. As outras, excetuada a questão relativa a Ademar, constituem o Fator III, uma espécie de dimensão “liberal-udenista-civilista”, pré-existente a 1964 e depois retomada, com a cassação de Lacerda e a sucessão de Castelo Branco. O episódio da “Frente Ampla” parece não ter influenciado as avaliações, dado que as projeções de Goulart e Kubitschek no Fator I são fracas.

O Fator II da Tabela 3 é semelhante à coluna “nacional-reformistas” da Tabela 1, exceto pela não pertinência de Vargas e Kubitschek a qualquer dos fatores, e pela “dupla pertinência” de Almino Afonso. As duas primeiras serão discutidas adiante. A última provavelmente revela a desinformação aparente na Tabela 2, relativa ao ex-ministro do Trabalho.

Finalmente, o Fator IV é um Fator de relevância local ou regional, incluindo o ex-governador Ademar de Barros, o então senador e ex-prefeito Orestes Quércia, e o então prefeito Francisco Amaral – todos políticos aos quais, de uma ou outra maneira, poderia ser aplicado o rótulo de “populista”, o que os distingue dos políticos paulistas incluídos nos Fatores I e III.

⁷ Dados relativos às soluções não apresentadas deixam de ser incluídos por excessivos e redundantes. Em nenhuma das soluções a estrutura do espaço de avaliação se altera. A solução bi-dimensional gera fatores quase idênticos aos fatores I e II da Tabela 3 e deixa de incluir oito políticos. A tridimensional gera fatores muito semelhantes aos fatores I, II e IV da Tabela 3 e deixa de incluir seis políticos. A solução com cinco dimensões gera fatores quase idênticos aos quatro da Tabela 3, mais um fator de “ruído”, que inclui Jânio Quadros, Almino Afonso e Euler Bentes. Esse quinto fator parece representar, de fato, a avaliação de Quadros mais os erros devidos ao pouco conhecimento sobre os outros dois. A proporção da variância total explicada pela solução tetra dimensional é 54,1%, assim distribuídos: Fator I, 29,0%, Fator II, 11,8%, Fator III, 7,0% e Fator IV, 6,4%.

Tabela 3
Solução tetra-dimensional. Matriz de fatores rotada⁸

Políticos	Fatores				Não Incluídos	Total
	I	II	III	IV		
G. Vargas	0,37	0,24	-0,12	0,14	*	
J. Kubitschek	0,33	0,23	0,21	-0,01	*	
J. Quadros	0,18	0,36	0,01	0,04	*	
J. Goulart	-0,01	0,57	0,09	0,32		
C. Branco	*0,49	-0,07	*0,41	-0,20		
C. e Silva	0,67	0,09	0,22	0,06		
G. Médici	0,63	0,08	0,12	0,11		
E. Geisel	0,66	0,01	0,03	0,17		
A. de Barros	0,26	0,16	0,28	*0,40		
C. Pinto	0,39	0,02	*0,44	0,10		
L. Natel	*0,46	0,11	*0,42	0,30		
P. Egidio	0,67	0,18	0,12	0,28		
L. Brizola	-0,10	0,82	0,12	0,25		
M. Arraes	-0,03	0,73	0,19	0,11		
A. Afonso	* 0,46	0,82	0,11	-0,31		
C. Lacerda	-0,03	0,20	0,69	0,05		
M. Pinto	0,27	0,23	0,52	0,23		
J. Figueiredo	0,67	-0,09	0,06	0,38		
E. Bentes	0,21	0,32	0,16	0,21	*	
O. Quércia	0,20	0,20	0,02	0,68		
F. Amaral	0,29	0,13	0,12	*0,41		
L. Péricles	*0,45	0,25	0,19	0,20		
Variância explicada	29,0%	11,8%	7,0%	6,4%		54,1%

Não participam de qualquer dos Fatores em nenhuma das análises realizadas, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Jânio Quadros e Euler Bentes Monteiro participam apenas de um fator de “ruído” na solução de cinco fatores referida na nota 7. Quanto ao último, isso provavelmente decorre do quase total desconhecimento do eleitorado a seu respeito. Quanto aos outros, o questionário não continha perguntas que permitissem o aprofundamento da questão. Não deixa de ser interessante, porém, enfatizar que se trata dos três presidentes civis eleitos pelo voto direto.

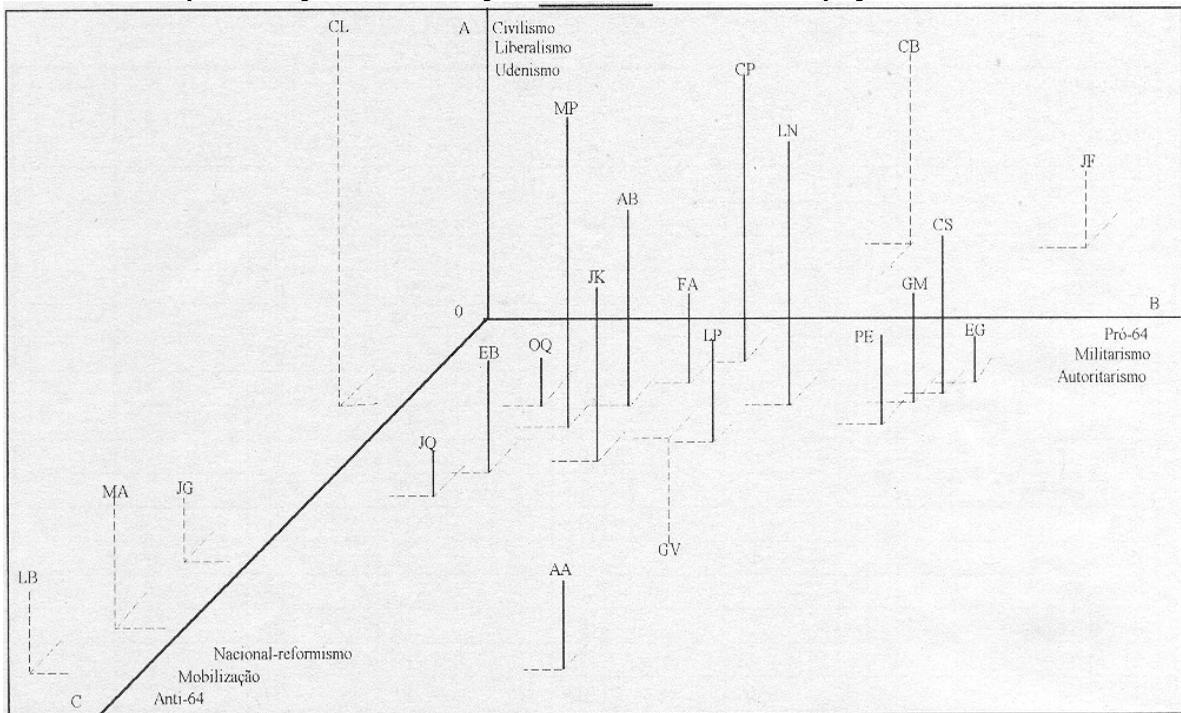
⁸ A “rotação” é um recurso técnico utilizado em análise fatorial para tornar mais distintos os padrões encontrados. Equivale a girar os eixos em torno da origem, de modo que cada variável tenha sua projeção maximizada em um dos fatores e minimizada nos demais, sem que a configuração de pontos seja alterada. Utilizei no caso, uma rotação ortogonal (que mantém a independência – ângulo de 90 graus – entre os fatores) a fim de simplificar a apresentação gráfica que aparece na Figura 1.

A solução sugere que o eleitorado como um todo avalia esses quatro conjuntos de políticos segundo critérios diferentes e, até certo ponto, independentes entre si. Ela não é um artefato das “notas” dadas (pois os políticos de médias mais altas não participam de qualquer dos Fatores, juntamente com Jânio Quadros, cuja média está abaixo da média geral), nem do relativo grau de desconhecimento dos políticos (uma vez que Goulart, que participa do fator que agrupa os políticos menos conhecidos, é bem conhecido do eleitorado de Campinas, como indica a Tabela 2).

Uma representação geométrica parcial da solução apresentada na Tabela 3 pode ajudar a visualizar melhor a análise sugerida acima, dando lugar a uma interpretação ligeiramente diferente, como veremos.

A Figura 1, representa, em duas dimensões, as posições dos políticos na avaliação do eleitorado de Campinas, num espaço tridimensional definido pelos Fatores I (OB), II (OC) e III (OA). Dada a impossibilidade de representar quatro dimensões geometricamente em apenas duas, o Fator IV foi deixado de lado. Deve-se ter em mente portanto que há uma dimensão ulterior a diferenciar alguns dos políticos cujas imagens parecem relativamente próximas na Figura 1.

Figura 1
Representação das avaliações do eleitorado num espaço tridimensional



O plano de fundo é o que passa pelos pontos AOB; a base, por BOC, e o plano lateral esquerdo, por AOC. Uma possível interpretação consideraria o espaço interno aos três planos (as linhas verticais contínuas indicam os políticos que a ele pertencem) como a imagem do “sistema”, correspondendo os eixos principais às margens do mesmo. Assim, à margem (indicados pelas linhas verticais descontínuas) ficariam: à esquerda, os “inimigos de 1964” Brizola, Arraes, Goulart e Lacerda; por trás do plano de fundo, os “anti-nacional-reformistas” Castelo Branco e Figueiredo (a inclusão deste último pode decorrer de um relativo desconhecimento a seu respeito à época da pesquisa); e, por baixo, apenas o “anti-liberal” Getúlio Vargas⁹.

Sub-espacos do espaco geral

O corte da amostra em diferentes subgrupos segundo critérios relevantes produziu algumas diferenças na avaliação média, como pode ser visto na Tabela 4.¹⁰

A penúltima linha da Tabela 4, médias gerais, indica o cuidado que se deve tomar ao comparar médias obtidas por políticos em diferentes cortes. Como regra geral, o grupo acima de 37 anos, os que declararam intenção de votar na Arena e os grupos que ocupam posição mais baixa na estrutura social tendem a dar mais notas altas que seus complementos. Para os objetivos deste trabalho é suficiente

⁹ O prosseguimento da análise em sua segunda fase – de atribuição aos indivíduos de scores nos fatores – permitiria colocar, no mesmo espaço tetradimensional de avaliação, os avaliadores. Isso permitiria a análise da distribuição das “diferentes lógicas” referidas no texto (e de sua complexidade) no eleitorado de Campinas. Retomando a representação gráfica da Figura 1, seria possível imaginar os eleitores distribuídos naquele espaço tridimensional, definindo sua posição por $P_i(a, b, c)$, posição do indivíduo i , definida por seus scores nos fatores III, I e II, respectivamente. Essa posição determinaria as distâncias relativas entre os políticos–objetos–da–avaliação e permitiria quase qualquer configuração. $P_i(o, o, o)$ identificaria o indivíduo colocado na origem das coordenadas e, considerando P como equivalente à nota 10, apresentaria aproximadamente a seguinte configuração; OQ (8,9), JQ (7,7), EB (7,5), FA (7,2), GV (7,1), JK (7,0), AB (6,8), LP (6,4), MP (5,7), AA (5,4), JG (5,3), CL (5,2), CP (5,1), LN, PE (4,7), GM (4,4), CB, EG (4), CS (3,9), MA (3,6), JF (2,9), LB (2,7).

¹⁰ Os chamados “cortes relevantes” são quase auto-explicativos. O corte na idade ficou um pouco estranho porque, tendo adotado intervalos de quatro anos na codificação da variável, se cortasse aos 32 anos, incluiria na categoria mais velha indivíduos que ainda não tinham votado nas últimas eleições do período pré-64, isto é, as de 1962 e o plebiscito de 1963. Na variável educação, o grupo “universitário” inclui todos os indivíduos que concluíram, cursaram sem concluir ou ainda cursam universidade. Os níveis de informação política se referem a um índice composto com base em erros (0) e acertos (1) na identificação dos seguintes objetos políticos: nome do presidente da República, dos partidos existentes, do governador de São Paulo e do prefeito de Campinas; identificação de Luís Inácio da Silva, o Lula, e dos generais João Batista de Figueiredo e Euler Bentes Monteiro. Foram considerados pouco informados os indivíduos que erraram três ou mais respostas; informados os que erraram duas vezes ou menos e bem informados os que não erraram mais de uma vez. A variável intenção de voto não requer comentário.

comparar os diferentes ordenamentos obtidos entre os políticos segundo os diversos cortes com o ordenamento (médio, porque da amostra como um todo) apresentado na Tabela 2. (ver Tabela 6 no final do texto).

Resumindo

Idade. O grupo acima de 37 anos (aqueles que em 1964 tinham 23 anos ou mais), mantém basicamente o mesmo ordenamento da Tabela 2. No grupo mais jovem, Jânio Quadros sobe do 14º para o 8º lugar, enquanto Figueiredo cai do 10º para o 19º.

Posição na estrutura social. A posição relativa de Orestes Quércia melhora em todos os grupos que indicam posição mais baixa na estrutura social (até 4 salários mínimos, com educação primária, com baixo nível de informação política) e piora em todos os que indicam posição mais alta (treze salários mínimos ou mais, curso universitário e alto nível de informação política). A posição de Ademar de Barros melhora nos grupos até 4 salários mínimos e com baixo nível de informação. A de Figueiredo melhora no grupo até 4 salários mínimos e, juntamente com a de Paulo Egídio, piora em todos os que indicam posição mais alta na estrutura social. Castelo Branco, Jânio Quadros, Carvalho Pinto, Magalhães Pinto e Carlos Lacerda representam a tendência oposta, caindo nos grupos de posição mais baixa e melhorando nos de posição mais alta. Interessante observar que, embora em níveis inferiores aos adotados como critério, Getúlio Vargas só deixa de obter as médias mais altas nos grupos de mais alta posição. Chega a cair para terceiro lugar nos grupos com 13 salários mínimos ou mais e com curso universitário. Finalmente, Geisel e Médici pioram de posição no grupo politicamente melhor informado.

Intenção de voto. No grupo que declarou intenção de votar na Arena, melhoraram as posições relativas de J. B. Figueiredo e Ademar de Barros e pioraram as de Getúlio Vargas e Orestes Quércia. No grupo que declarou intenção de votar no MDB, inverte-se relativamente a Figueiredo e Quércia.

Praticamente todas essas mudanças vão na direção das relações esperáveis entre as variáveis idade, posição na estrutura social e preferência partidária, de um lado, e atitudes em relação ao que os diferentes políticos representam, de outro. A próxima, e última questão a ser formulada neste trabalho diz respeito ao que acontece com o espaço imaginário de avaliação quando a amostra é partida segundo esses critérios.

Tabela 4
Avaliação dos políticos segundo cortes da amostra (Médias)

	Idade		Renda (1)				Educação (2)			Informação (3)			Int. de Voto	
	Até 37 anos	Mais de 37 anos	Até 4 S.M.	Até 7 S.M.	Mais de 7 S.M.	Mais de 13 S.M.	Até o Prim.	Mais que Prim.	Univer-sitário	Pouco Inform.	Bem Inform.	Muito Inform.	Arena	MDB
GV	7,6	8,7	9,2	9,0	7,6	7,2	9,0	7,4	6,4	8,5	7,9	6,6	8,4	8,0
JK	7,6	8,1	8,0	8,2	7,6	7,8	8,1	7,6	7,3	7,9	7,8	7,5	8,0	8,0
EG	6,9	7,7	8,0	7,8	7,0	6,9	8,1	6,5	6,0	7,8	6,9	5,2	8,7	6,8
GM	6,9	7,5	8,0	7,6	6,9	6,9	8,0	6,5	5,7	7,8	6,8	4,7	8,6	7,0
CB	6,4	7,0	6,5	6,8	6,6	7,5	6,6	6,8	6,8	6,4	6,9	6,5	7,8	6,5
LN	6,3	6,9	7,4	7,4	6,1	5,7	7,4	5,9	5,4	7,1	6,3	5,0	7,3	6,5
PE	6,3	6,9	7,6	7,5	6,0	5,6	7,5	5,9	4,7	7,6	6,0	4,9	7,6	6,3
CP	6,0	7,0	6,5	6,9	6,3	6,4	7,0	6,1	5,7	6,5	6,5	6,2	7,4	6,3
CS	5,9	6,8	7,0	6,9	6,0	6,0	7,0	5,8	5,4	6,6	6,2	4,9	7,3	6,1
JF	5,4	7,3	7,7	7,1	5,7	4,6	7,3	5,3	3,5	7,2	5,6	3,8	7,8	5,6
OQ	6,1	6,5	7,8	7,5	5,5	4,6	7,6	5,1	3,7	7,5	5,4	4,0	5,9	6,5
FA	5,8	6,8	7,0	6,9	5,8	5,5	6,8	5,7	5,3	6,9	5,7	5,5	6,0	6,2
LP	5,6	6,5	7,1	6,9	5,5	5,2	6,9	5,3	4,9	6,8	5,5	4,6	6,9	5,8
JQ	6,2	5,7	6,3	6,1	5,8	6,0	6,3	5,6	5,6	6,0	5,9	5,9	6,1	6,0
EB	5,7	6,1	6,5	6,6	5,5	5,2	6,3	5,6	5,3	6,1	5,7	5,5	5,6	5,9
AB	5,7	6,0	6,6	6,4	5,4	5,1	6,2	5,5	4,4	6,7	5,2	4,0	6,5	5,8
MP	5,5	6,1	6,2	6,3	5,5	5,9	6,3	5,4	5,1	6,5	5,4	5,1	5,9	5,9
CL	5,5	5,2	5,9	5,6	5,2	6,3	4,8	5,7	6,2	5,6	5,2	6,1	5,5	5,4
AA	5,5	5,0	5,9	5,7	4,9	5,0	5,6	4,9	4,4	5,6	4,8	4,5	4,6	5,6
MA	5,0	4,1	6,1	5,1	4,2	4,2	5,5	4,0	4,3	5,8	3,7	3,5	3,6	5,0
JG	4,5	4,2	5,8	5,4	3,7	3,8	4,8	4,0	3,1	4,9	4,0	3,6	3,5	4,9
LB	4,4	2,8	4,6	4,1	3,2	2,4	4,0	3,2	3,1	4,5	3,0	2,6	2,3	4,3
Média	5,9	6,3	6,9	6,7	5,7	5,6	6,7	5,6	5,1	6,6	5,7	5,0	6,4	6,1

(1) A primeira e a última categorias são subgrupos, respectivamente, da segunda e da terceira.

(2) A última categoria e subgrupo da segunda.

(3) Idem à anterior.

Configurações espaciais

Contrariamente às expectativas iniciais, só em quatro dos doze casos houve mudança – entendida no sentido de alteração no significado de uma ou mais dessas dimensões e não de alteração no número de dimensões relevantes mas – na estrutura do espaço geral da avaliação. As duas primeiras dimensões, em sentido lato “pró” e “anti-64”, permanecem constantes, embora com composição ligeiramente diferente, em todos os casos. O fator “liberalismo” deixa de aparecer em quatro casos e o fator “local” em seis.

A estrutura do espaço se mantém basicamente inalterada para alguns dos grupos construídos: os grupos de idade, os grupos com renda familiar até sete e de mais de sete salários mínimos, os grupos até educação primária e com educação mais que primária e os que apresentam baixo nível de informação política. Tampouco se altera para o grupo com instrução universitária. A estrutura se altera para o grupo bem informado. Altera-se também para os grupos mais homogêneos: o grupo com renda familiar mensal igual ou superior a treze salários mínimos, o grupo com alto nível de informação política e os que declararam intenção de votar no MDB.

A fim de evitar uma tediosa reiteração de resultados extremamente semelhantes, escolhi apresentar os dados básicos da análise na forma sintética da Tabela 5. Apresentarei em seguida a análise do subgrupo com alto nível de informação política, um daqueles a que corresponde uma estrutura diferente do espaço imaginário de avaliação.

Dado o número muito grande de observações relevantes que se podem fazer a partir dessa tabela, convém apresentá-las de modo destacado.

1. Em poucos casos a adição de políticos às dimensões iniciais tem maiores implicações, principalmente porque essas adições geralmente ocorrem na coluna de “projeções mais fracas”. As adições que merecem comentário são as seguintes: a) a adição de Ademar de Barros ao fator “pró-64” no grupo mais jovem, possivelmente deriva de falta de informação sobre o passado de AB; b) as adições de Carvalho Pinto e Magalhães Pinto ao mesmo fator pelos grupos de maior renda mensal e de mais baixo nível de instrução correspondem à ausência do fator “liberalismo” para aqueles grupos; c) a adição de Ademar de Barros ao fator “anti-64” pelo grupo de maior renda mensal sugere mais a identificação do “anti-64” com termos como “populismo” ou “corrupção”, do que com categorias ideológicas; d) a adição de Carlos Lacerda ao fator “anti-64” pelos grupos de mais baixos níveis de instrução e de informação indicam memória limitada ao final da carreira política de CL; e) a adição de Euler Bentes Monteiro ao fator “liberalismo” pelos grupos mais jovens, menos informado e com preferência pelo MDB sugere uma avaliação de EBM em função de sua posição nominal como “candidato oposicionista”; f) isso é

compatível com a adição de EBM ao fator “local” pelo grupo acima de 37 anos, dado o apoio, perceptível a nível local, de Orestes Quércia àquela candidatura.

2. O fator “liberalismo” não aparece em quatro casos: o grupo com renda de treze salários mínimos ou mais, o grupo com instrução até primário completo e os dois grupos bem informados. Em todos os casos, os componentes dessa dimensão se distribuem pelos fatores “pró” e “anti-64”, indicando uma ênfase diferenciada no momento político ao qual a avaliação se refere, o momento de apoio dos liberais ao movimento de 64 ou seu posterior rompimento.

3. O fator “local” deixa de existir como dimensão independente de avaliação entre os mais jovens, nos grupos com mais alta posição social e entre os mais bem informados. Seus componentes se distribuem entre os fatores “pró” e “anti-64”.

4. Em três dos quatro casos em que aparece uma estrutura de avaliação diferente, essa diferença se dá na oposição entre Getúlio Vargas e Carlos Lacerda.

5. Em um desses casos, o do grupo com renda mensal acima de treze salários mínimos, aparece ainda uma dimensão que separa Vargas e Kubitschek (juntamente com Almino Afonso) do restante dos políticos avaliados.

6. Em um único caso, o dos que declararam intenção de votar no MDB, a mudança na estrutura da avaliação não produz a oposição Vargas-Lacerda, mas uma dimensão que, dependendo de estudos posteriores, poderia ser denominada de “diferentes influências sobre o MDB local”.

7. A estrutura de avaliação envolve uma contradição, representada por “projeções” com sinal algébrico contrário, em quatro casos, todos eles nos grupos que apresentam altos níveis de informação. Dois desses casos dizem respeito à oposição Getúlio Vargas/Carlos Lacerda. Os dois outros dizem respeito à oposição anti-64/Castelo Branco.

Tabela 5
Configurações espaciais de diferentes subgrupos da amostra

	Nº de Fatores	Fator I "pro"		Fator II "anti"		Fator III "liberal"		Fator IV "local"		Outros Fatores
		a*	b*	a*	b*	a*	b*	a*	b*	
Total da Amostra	4	CS GM EG PE JF	CB LN AA LP	JG AA LB MA		CL MP	CB CP LN	OQ	AB FA	
Até 37 anos	3	CS GM EG (AB) PE JF	LN (OQ)** LP	JG LB MA		CL (EB)	CP MP			
Mais de 37 anos	4	CS GM EG PE JF	CB LN	JG AA LB MA		CB CL MP	CP (EB) OQ FA			
Até 7 S.M.	4	CS GM EG PE AA JF LP	(JK) CB LN	JG AA LB MA (EB)	(JQ)	(MA) CL MP	LN	OQ FA		
Mais de 7 S.M.	3	CS GM EG PE JF	(AB) LN (OQ)	JG LB MA	AA	CP CL MP	LN			
Mais de 13 S.M.	4	CS GM EG (CP) LN PE (MP) JF LP	(AB) (OQ) (FA)	JG (AB) LB MA	(JQ) (OQ)				(JK)(GV) (AA) (GV)(GL) (EB)	
Até Primário Completo	3	CB CS GM EG (CP) LN PE JF	(JK) AA LP	LB MA (CL) (MP)	JG (LN) AA			OQ FA		

Mais de Primário	4	CB CS GM EG PE JF	AA LP	JG LB MA	CP CL MP	(PE) (JF) OQ	AB FA (JG) FA
Universitário	3	CS GM EG LN PE JF LP	CB (AB) (FA)	JG LB MA	(JQ) CP CL MP		
Pouco Informados	3	CB CS GM EG PE AA	(JK) JF LP	JG AA LB MA (CL)	(MP) CP MP (EB)	(AB) LN CL	OQ FA
Muito Informados	3	CB CS GM EG LN PE JF	(AB) (CP) (FA) LP	JG LB MA	(CB)*** (OQ)		(GV) (CL)***
Arenistas	3	CS GM EG LN PE AA JF	CB (AB) (CP)	JG CB*** LB MA			(GV) (CL)*** (PE) (AA)
Emedebistas	4	CS GM EG PE JF LP	CB AA	AA LB MA	JG (EB)	CP LN	(GV) (JG) (AB) (OQ)

* A coluna encabeçada por "a" se refere às "Projeções" superiores a .50; a encabeçada por "b" às "Projeções" entre .40 e .50

** Os valores entre parênteses representam adições à configuração da amostra como um todo.

*** "Projeções" com sinal algébrico contrário aos demais.

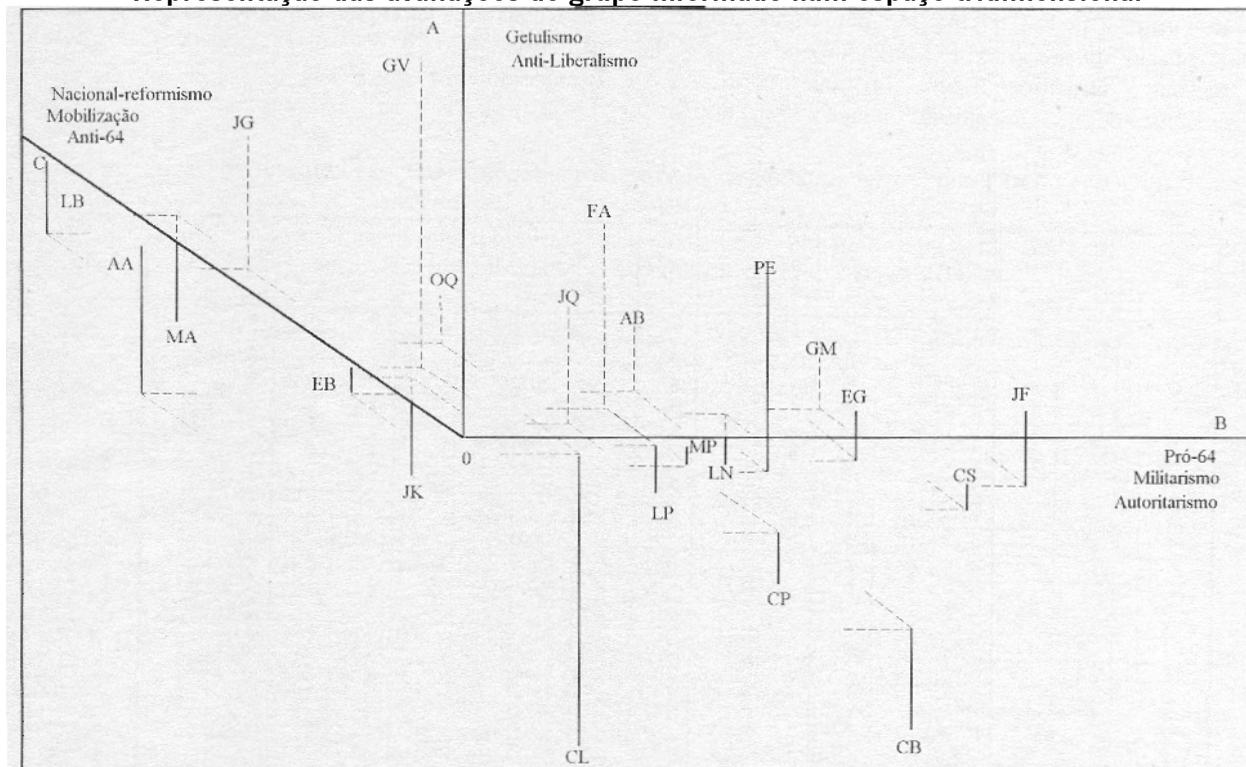
A avaliação do grupo mais informado

A representação gráfica será utilizada novamente como recurso analítico. A Figura 2, a seguir, a exemplo da Figura 1, representa em duas dimensões a solução tridimensional relativa ao grupo com maior nível de informação política. O espaço é definido pelos eixos OA (Fator III), OB (Fator I) e OC (Fator II).

Houve uma inversão na perspectiva, relativamente à Figura 1. De tal modo que o plano de frente é definido pelo ângulo AOB; a base pelo ângulo BOC e plano lateral esquerdo, pelo ângulo AOC. Metade dos políticos-objetos de avaliação estão situados no espaço externo às três dimensões da análise, o que decorre do número relativamente alto de “projeções” com sinais contrários. Neste caso, os políticos com todas as “projeções” positivas são representados por linhas descontínuas. Esse espaço interno seria interpretável como a combinação de “getulismo” com posições moderadas (i. e. não contraditórias) na oposição pró *versus* anti-64. O espaço superior ao plano-base corresponde ao campo do “getulismo”, que poderia ser compreendido até certo ponto com um “anti-liberalismo”, e o inferior ao “lacerdismo”. O espaço à frente do plano de frente corresponderia ao campo “anti-nacional-reformista” e o espaço à esquerda do plano lateral esquerdo, ao campo de oposição ao movimento de 1964.

É interessante notar: a) a posição relativa de Miguel Arraes, que parece definida tanto por sua posição “nacional-reformista” como por sua posição “anti-getulista”, ou, qualificando melhor, “anti-Jango e Brizola”; b) a posição relativa dos presidentes militares, onde apenas Castelo Branco pertence ao espaço “anti-getulista”, sendo também aquele que se encontra mais distante do “nacional-reformismo”; c) a posição relativa dos políticos arenistas, entre os quais apenas Paulo Egídio – governador à época das eleições – pertence ao espaço “getulista”.

Figura 2
Representação das avaliações do grupo informado num espaço tridimensional



Conclusões

A possibilidade de interpretação em que estas conclusões se apóiam decorre de um conjunto de informações difundidas amplamente pelos meios de comunicação de massa ao longo dos 20 anos que antecederam à pesquisa, informações essas compartilhadas entre o analista e os entrevistados.

Minhas interpretações certamente não implicam em que os entrevistados tivessem consciência dessas dimensões de avaliação. Elas supõem tão somente que aquelas informações, em estado latente, determinaram as distâncias relativas entre os políticos-objetos-da-avaliação, as quais, por sua vez, permitem a análise dimensional.

A partir dessa informação compartilhada é possível concluir pelo nível relativamente alto de informação política do eleitorado campineiro, em pelo menos três sentidos: nos termos das freqüências na avaliação dos 22 políticos, nos termos das questões que compõem o índice de informação e nos termos da estrutura do espaço de avaliação.

Em termos gerais:

1. Quanto ao nível do mais alto cargo político ocupado, se este afeta o conhecimento sobre os políticos, não afeta o espaço de avaliação, pois não há fator privativo de qualquer dos níveis.

2. Há uma clara diferenciação, para todos os grupos analisados, entre as dimensões pró e anti-64, o que confirma, ao nível das percepções do eleitorado, a importância do corte de 64 e, até certo ponto, o alto grau de informação política do eleitorado. Dados os baixos índices de exposição aos meios de comunicação de massa do eleitorado campineiro, seria interessante conhecer melhor como essa informação passa a ser compartilhada.

3. Essa capacidade de distinguir é ainda mais refinada, na medida em que o fator “liberalismo” acompanha algumas das distinções correntes na análise política. Isso é particularmente visível nos “movimentos” na posição de Castelo Branco nos diferentes cortes da amostra.

Os grupos politicamente mais informados, assim como seu correlato, o grupo com mais alta renda mensal, são diferentes do restante da amostra em dois aspectos.

4. A dimensão “liberalismo” é substituída por uma dimensão histórica da oposição entre Getúlio Vargas e Carlos Lacerda. A não inclusão dos demais políticos “liberais” no campo “lacerdista” dessa dimensão possivelmente decorre da atuação mobilizadora de Lacerda que, ao mesmo tempo que o tornou principal adversário de Vargas, claramente o distinguiu do restante da UDN.

5. A ausência de um fator “local” entre esses mesmos grupos pode ser interpretada como maior “ideologização” dos mesmos, no sentido de que utilizam as mesmas dimensões para avaliar políticos, independente de seu campo de atuação. Em outra vertente, essa ausência de dimensão local poderia ser interpretada como maior atenção à política nacional, dado que em todos os casos as “projeções” dos políticos locais são muito mais fracas.

Tabela 6
Posições de ordem na amostra e segundo cortes significativos

	Total	Até 37 anos	Mais de 37 anos	Até 4 S. M.	4 a 7 S. M.	7 a 13 S. M.	Mais de 13 S. M.	Até prim.	Mais de prim.	Universitário	Pouco inf.	Inf.	Muito inf.	Arre-nistas	Eme-de-bistas	Mu-danças
GV	1	1	1	1	1	1	3	1	2	3	1	1	2	3	1	
JK	2	1	2	2	2	1	1	2	1	1	2	2	1	4	1	
EG	3	3	3	2	3	3	4	2	4	5	3	3	<u>9</u>	1	4	(1)
GM	4	3	4	2	4	4	4	4	4	6	3	5	<u>14</u>	2	3	(1)
CB	5	5	6	<u>13</u>	<u>13</u>	5	2	<u>13</u>	3	2	<u>15</u>	3	3	5	5	(4)
LN	6	6	8	8	7	7	<u>11</u>	7	7	9	8	7	<u>11</u>	9	5	(2)
PE	6	6	8	7	5	8	<u>12</u>	6	7	<u>15</u>	5	9	<u>12</u>	7	8	(3)
CP	8	10	6	<u>13</u>	9	6	6	9	6	6	<u>13</u>	6	<u>4</u>	8	8	(3)
CS	9	11	10	10	9	8	8	9	9	9	12	8	12	9	11	-
JF	10	<u>19</u>	<u>5</u>	<u>6</u>	8	12	<u>18</u>	8	<u>16</u>	<u>20</u>	7	13	<u>19</u>	5	<u>17</u>	(9)
OQ	10	9	12	<u>5</u>	<u>5</u>	13	<u>18</u>	5	<u>18</u>	<u>19</u>	6	15	<u>17</u>	<u>15</u>	<u>5</u>	(11)
FA	12	12	10	10	9	10	13	12	10	11	9	11	7	14	10	(1)
LG	13	15	12	<u>9</u>	<u>9</u>	13	14	11	16	14	10	14	15	11	15	(2)
JQ	14	8	17	16	17	<u>10</u>	<u>8</u>	14	12	<u>8</u>	17	<u>10</u>	<u>6</u>	13	12	(6)
EBM	14	13	14	13	14	13	14	14	12	11	16	11	<u>7</u>	17	13	(1)
AB	16	13	16	<u>12</u>	15	17	16	17	14	16	<u>11</u>	17	17	<u>12</u>	15	(3)
MP	16	16	14	17	16	13	<u>10</u>	14	15	13	13	15	<u>10</u>	15	13	(2)
CL	18	16	18	19	19	18	<u>7</u>	20	<u>10</u>	<u>4</u>	19	17	<u>5</u>	18	19	(4)
AA	19	16	19	19	18	19	17	18	19	16	19	19	16	19	17	-
MA	20	20	21	18	21	20	20	19	20	18	18	21	21	20	20	-
JG	21	21	20	21	20	21	21	20	20	21	21	20	20	21	21	-
LB	22	22	22	22	22	22	22	22	22	21	22	22	22	22	22	-
Mud.	-	2	1	6	3	1	7	2	3	5	4	2	12	3	2	-

Dado o caráter aproximativo desta análise, decidi apenas considerar a mudança de mais de três posições entre o ordenamento da Tabela 4 e o da Tabela 2.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEBERT, G. G. *Ideologia e Populismo*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

HARMAN, H. *Modern factor analysis*. Chicago: Chicago University Press, 1960.

MARQUES, R. M.; BERQUÓ, E. *Seleção da unidade de informação em estudos de tipo "survey": Um método para a construção das tabelas de sorteio*. Campinas: Departamento de Estatística IMECC- UNICAMP, 1975. Mimeo.

SCHWARTZMAN, S. *São Paulo e o Estado Nacional*. São Paulo: Difel, 1975.

WEFFORT, F. C.. Raízes sociais do populismo em São Paulo. *Revista Civilização Brasileira*, v. 2, 1965;

_____. Estado e massas no Brasil. *Revista Civilização Brasileira*, v. 7, 1966.

_____. *O populismo na política brasileira*. Rio: Paz e Terra, 1978.

Como entender “mais ética na política”?

Álvaro de Vita

Editor Assistente da Revista LUA NOVA – CEDEC

Resumo

O autor analisa a expectativa pela ética na política e honestidade dos candidatos demonstrada pelos eleitores nas pesquisas eleitorais.

Palavras-chave: ética, moral, democracia

Abstract

The author analyses the expectation of ethics in politics and of honest candidates demonstrated by the electorate in public opinion polls.

Key words: ethics, moral, democracy

Pesquisas de opinião realizadas no ano passado revelam que a qualidade mais importante que os eleitores brasileiros esperam do próximo presidente é uma virtude moral – a honestidade¹. Penso que este resultado é, ou deveria ser, motivo de inquietação em particular para dois tipos de público: os cientistas e analistas políticos e as pessoas envolvidas na política prática. Este artigo se dirige principalmente a estas últimas, mas permita-me fazer uma breve observação voltada para os primeiros.

Os cientistas políticos – um grande número deles pelo menos – se acostumaram a pensar a política exclusivamente como um âmbito de expressão e embate de interesses (quer se trate de interesses individuais ou de interesses de grupos). Essa representação da política tem origens diversas, mas creio que a influência decisiva coube à economia. A corrente principal da teoria econômica, de Adam Smith em diante, inventou e difundiu para as demais ciências sociais a ficção de que só há um motivo realmente relevante na ação humana (tanto para que ela ocorra como para explicá-la): o interesse próprio. É este o motivo mais básico da conduta de agentes no mercado e também na política.

E o que fazer com estes eleitores que insistem em ver na política um âmbito adequado também à realização de valores morais tais como a honestidade? Uma saída é dizer que os valores e categorias normativas utilizadas pelos cidadãos não passam de preferências de um outro tipo, isto é, de uma forma mais ou menos disfarçada de interesse próprio. Saída esperta, não resta dúvida, mas que ajuda muito pouco a entender os fenômenos, auspiciosos alguns, e ambíguos e mesmo aterrorizantes outros, de revivescência da ética na vida política de muitos países do mundo (inclusive este em que vivemos). Mais simples – mas quanto pode estar implicado no reconhecimento de uma verdade simples! – é admitir que as pessoas agem politicamente movidas não só por seu interesse próprio e sim também por idéias acerca do que acham certo fazer e bom realizar ou ocorrer (independentemente das vantagens diretas que disso resulte para si mesmas). Ao invés de se limitar a afirmar que não passam de outras tantas preferências que as instituições políticas devem processar, nós, profissionais da reflexão sobre a vida política, faríamos bem em discutir a aceitabilidade dessas idéias do ponto de vista em que elas são apresentadas – do ponto de vista moral.

É o que faço, dirigindo-me agora ao segundo grupo que mencionei antes. A prioridade que os cidadãos estão atribuindo à virtude da honestidade na avaliação dos líderes políticos é, sem dúvida, uma exigência de mais ética na política. Mas será a melhor forma de conceber essa exigência? Em um seminário realizado em maio de 1993 no CEDEC pelo intelectual e político italiano Giovanni Berlinguer,

¹ Ver, por exemplo, a pesquisa *Datafolha* publicada na *Folha de S.Paulo* de 4 de julho de 1993, sob o título “Brasileiros procuram o anti-Collor”.

Marco Aurélio Garcia, assessor do candidato presidencial Lula, levantou o seguinte problema: ainda que possa ser algo benéfico em países de democracia consolidada (Berlinguer falava da renovação na classe política em curso na Itália, devido à “Operação Mãos Limpas”), não será a exigência de mais ética na política um fator de desestabilização das novas democracias latino-americanas? Não pode essa exigência ser interpretada, se gerar ou acentuar uma atitude generalizada de repúdio à classe política, como um convite a soluções autoritárias?

Diga-se de passagem que os resultados das eleições parlamentares de 27 de março na Itália estão longe de confirmar os prognósticos de uma renovação política benéfica em decorrência da “Operação Mãos Limpas”. Tudo o que sabemos, por enquanto, é que uma direita nitidamente mais autoritária e xenófoba do que a Democracia Cristã – pela primeira vez no pós-guerra um partido neofascista poderá fazer parte de uma coalizão de governo – governará a Itália. (Não estou dizendo que a “Operação Mãos Limpas” não tenha resultado em nada de bom: o que estou dizendo é que seus resultados políticos, da forma como as coisas hoje se apresentam, de modo algum podem ser considerados inequivocamente positivos).

Ética na política: duas concepções

Minha resposta à pergunta formulada acima é a de que tudo depende da forma como entendemos o slogan “mais ética na política”. Sobre isso, vou contrastar dois pontos de vista: um que chamarei de “kantismo do dever moral” e outro que chamarei de “kantismo da dignidade humana”. No primeiro caso, nosso olhar se fixa no agente político e lhe perguntamos se a máxima que orienta sua conduta pode ser universalizada. Tudo o que importa é que o agente político não viole arbitrariamente a vida ou a integridade física de outros, não minta, não quebre promessas, não seja desonesto, e assim por diante, porque as máximas que orientam essas condutas não são, é claro, universalizáveis. O agente político não deve fazer nada disso, ainda que fazê-lo pudesse, em certas circunstâncias, resultar em conseqüências benéficas. Considere um exemplo simples. Digamos que a única forma de A impedir que um direito fundamental de B seja violado (B pode ser assassinado ou sofrer estupro) seja violando um direito menor de C (por exemplo, “emprestando” o carro de C sem seu consentimento). Uma ética baseada no dever moral rejeitaria essa conduta de A ainda que, nas circunstâncias, isso fosse a única coisa correta a fazer. Nas obras de pensadores considerados realistas, como Maquiavel e Weber, encontramos farta reflexão sobre porque uma perspectiva ética desse tipo não é apropriada para avaliar a ação política.

No segundo caso, não é que a correção moral da conduta do agente político não importe, mas nosso olhar se fixa primariamente em outra coisa: perguntamos ao agente político até que ponto as decisões tomadas e o curso de ação adotado levam em conta o valor infinito de cada vida humana. O que avaliamos, agora, é a medida em que a vida, o bem-estar e os interesses de cada membro da sociedade, sobretudo dos mais desafortunados, estão sendo adequadamente considerados nessas decisões e ação. Permita-me formular essa idéia de uma forma mais eloqüente. Cada pessoa que tenha suas necessidades nutricionais satisfeitas, cada criança que receba uma educação adequada, cada paciente que tenha sua saúde tratada com respeito significa, nesse segundo caso, um grão a mais de ética na vida política.

Observe que a primeira perspectiva apresenta-se com freqüência na forma de exigências negativas do tipo “não faça X”, “abstenha-se da conduta Y”. Exigências desse tipo cobrem boa parte do que consideramos moralmente significativo em nossas vidas pessoais. Mas há os que procuram fazer disso o fundamento também da moralidade pública. Se filosoficamente bem articuladas, exigências negativas como essas se prestam muito bem a dotar de um fundamento ético o ponto de vista daqueles que querem restringir a ação pública ao mínimo indispensável à manutenção da ordem pública, ao cumprimento dos contratos e à vigência de normas que coíbam termos fraudulentos de concorrência econômica. Já a segunda perspectiva, além de discriminar os deveres negativos da autoridade política, apresenta exigências normativas positivas à ação pública. O foco da avaliação moral nesse caso, reformulando o que já foi dito acima, não é primariamente o grau de correção moral da conduta do agente político e sim a qualidade moral de estados de coisas. Se queremos uma vida política mais ética, desse segundo ponto de vista, então decisões políticas terão que ser tomadas e implementadas com o objetivo de criar as condições – o que certamente exigirá mudanças significativas no *status quo* político e econômico-social – para que todos os cidadãos possam exercer efetivamente seus direitos fundamentais. Isso exige um esclarecimento importante.

A “ética da dignidade humana” como a estou caracterizando, não apela simplesmente à boa vontade para que o bem-estar de todos seja levado em conta. Apelos à boa vontade são mais próprios do primeiro ponto de vista. Defensores da ética do dever moral dirão que os mais privilegiados não podem ser obrigados (pelo emprego da coerção coletiva) a contribuir para o bem-estar de seus concidadãos menos afortunados. Essa contribuição, moralmente desejável e enobrecedora, deve ser inteiramente voluntária, isto é, ela é relegada à boa vontade e à caridade. A ética da dignidade humana, diferentemente, só pode ser realizada (ainda que de forma muito aproximada) por meio do emprego do poder político. Ou, o que dá no mesmo: por meio da coerção coletiva. Todo exercício do poder político envolve coercitividade.

Por que, então, falar em “ética” (talvez perguntasse Max Weber)? Acredito que a resposta é a seguinte. Argumentos de justiça não são o último refúgio de boas almas que não suportam a fria realidade da política de poder. Dizemos que uma decisão política satisfaz um padrão ético não porque não envolva nenhuma coerção (o que seria um absurdo) e sim porque há sólidas razões morais que a justificam. O que podemos afirmar, isso sim, é que uma decisão política moralmente justificável é tão voluntária quanto possível em uma associação, a comunidade política, que não é de natureza voluntária. Dela não escolhemos – eu, você e nossos concidadãos famintos – fazer parte: é uma comunidade da qual nos tornamos membros pelo nascimento e da qual só sairemos pela morte². Em uma comunidade dessa natureza, uma dada forma de empregar a coerção coletiva é “moral” se resultar de procedimentos políticos equitativos e se os custos que impuser a alguns – digamos, uma taxa mais pesada da renda despendida na compra de carros importados - puderem ser justificados pela exigência de levar em consideração o bem-estar de todos os cidadãos. Se formos capazes de mostrar àqueles a quem os custos de uma decisão política são impostos que essa decisão apóia-se, não somente na pura e simples coerção, mas também em considerações morais independentes, então estaremos em condições de afirmar que esse exercício do poder político é tão voluntário quanto poderia ser em uma associação de natureza não-voluntária.

Se o argumento dos dois parágrafos anteriores é válido, então há algo importante a ser dito sobre a campanha contra a fome que ora se realiza no País. Esta campanha poderia ser vista como uma ação paradigmática do que estou chamando de kantismo da dignidade humana. E o seria, não fosse por uma dolorosa ambigüidade. Pois qual é, exatamente, o objetivo da campanha? É despertar a sociedade de seu torpor perante uma clamorosa imoralidade (a fome de 35 milhões de pessoas), e assim levá-la a procurar soluções recorrendo aos mecanismos decisórios de que dispõe para determinar de que forma a coerção coletiva será empregada? Ou a idéia é a de que a sociedade, enquanto tal, “com boa vontade” pode resolver o problema – sem que decisões políticas sejam tomadas, sem que políticas públicas sejam concebidas para implementar essas decisões e sem que se levante o problema da distribuição equitativa dos custos e sacrifícios que terão que ser impostos para torná-las viáveis? Somente se a primeira alternativa for a correta, poderemos dizer que a campanha contra a fome de fato é consentânea ao “kantismo da dignidade humana”. Se julgarmos, pesando tudo, que a segunda interpretação oferece uma descrição mais acurada do que ocorre, então teríamos que admitir que a campanha, relegando a solução do problema da fome a iniciativas coletivas voluntárias (no âmbito da “sociedade civil”), tem uma importante afinidade com o kantismo do dever moral e é perfeitamente assimilável a um “neoliberalismo moral”.

² Ignorando-se a possibilidade de emigração.

Note como a avaliação moral da ação política é vista de prismas inteiramente distintos pelas duas perspectivas que estou confrontando. É perfeitamente possível que tenhamos governantes e políticos cuja conduta seja exemplarmente ética de acordo com um ponto de vista e profundamente imoral quando avaliada da ótica do outro ponto de vista. Os políticos podem ser honestos segundo o kantismo do dever moral e inteiramente indiferentes (no que diz respeito às exigências que isso apresenta à ação pública) ao fato de que as ruas por onde passam estão apinhadas de crianças miseráveis. Dentro de certos limites, a recíproca, por mais chocante que isso possa parecer a alguns, também é verdadeira. Eu a formularia da seguinte maneira: não nos preocuparíamos tanto em exigir da conduta dos políticos uma correção moral absoluta se suas decisões e ações fossem mais éticas de acordo com o segundo ponto de vista. Se condenamos a corrupção, não é porque consideremos a honestidade um critério suficiente para avaliar a ação política do ponto de vista moral. Condenamo-la sobretudo porque percebemos que o estilo clientelista e corrupto de praticar a política solapa a legitimidade das decisões políticas e das políticas públicas sem as quais não daremos um passo sequer na direção de uma sociedade mais justa de acordo com o padrão ético da dignidade humana.

Volto à pergunta de Marco Aurélio Garcia. Quando a exigência de mais ética na política se formula na linguagem do dever moral desvinculada da linguagem da dignidade humana, e essa exigência se generaliza na sociedade, há motivos para temer pela sorte das instituições democráticas. Isso é o que na política brasileira denominamos "udenismo": moralismo sem generosidade e senso de justiça. A pesquisa do Datafolha mencionada traz evidências de que o kantismo do dever moral ainda é, infelizmente, a concepção predominante entre os eleitores. A honestidade dos políticos é colocada acima, por exemplo, do imperativo de combater a miséria e de dar assistência a nossas crianças que estão na rua.

É claro que existem razões conjunturais para isso: o "Collorgate", seguido pelos escândalos da Comissão de Orçamento do Congresso, da Previdência e da distribuição de propinas a autoridades públicas por banqueiros do jogo do bicho. E é provável que o fato de a ética do dever moral ser mais próxima da moralidade convencional (isto é, das exigências morais às quais estamos acostumados em nossas vidas pessoais) também influencie essa percepção dos eleitores. Mas a falta de clareza, por parte inclusive de nossos políticos honestos (e imbuídos de um genuíno senso de justiça) sobre como entender o slogan "mais ética na política", tem dificultado a elaboração de uma visão alternativa da questão. É claro que considerar que o foco da avaliação moral na política são estados de coisas, mais do que a conduta virtuosa dos agentes, implica aceitar exigências muito mais complexas à ação política do que meramente deblaterar contra a corrupção e clamar por honestidade. Decisões políticas do tipo apropriado terão que ser

tomadas; aqueles sobre os quais recaírem os custos impostos por essas decisões terão que se convencer de que é moralmente repugnante rejeitarem um modesto sacrifício em seu próprio bem-estar para que as necessidades básicas de seus concidadãos desafortunados possam ser satisfeitas; e políticas públicas adequadas e eficazes terão que ser implementadas para realizar essas decisões. Da forma como as coisas hoje se apresentam no Brasil, tudo isso pode parecer meio fantástico. Mas nada menos do que isso está em questão, se é que estamos dispostos a levar o slogan “mais ética na política” realmente a sério.

Termino este artigo procurando ser brutalmente claro. O que vou dizer a seguir deve ser entendido, é claro, somente como um recurso retórico para fixar idéias. Suponha que só possamos escolher entre dois mundos, ambos com certas características que agridem fortemente nossa consciência moral. Em um deles, os governantes e políticos são incorruptíveis, mas julgam que a ação pública não deve ter por objetivo garantir um padrão de vida digno para os cidadãos que não podem alcançá-lo por seus próprios meios. Chamemos este mundo de “A Inglaterra vitoriana de Mrs. Thatcher”. No outro, a conduta dos políticos, vista por uma ética do dever moral, está longe de ser irrepreensível (o clientelismo e mesmo a corrupção não são fenômenos incomuns), mas é um mundo em que as instituições políticas e sociais levam mais igualmente em conta as exigências de bem-estar de todos os seus habitantes. Chamemos este segundo mundo de “Itália das Mãos Sujas”. O que estou dizendo é que temos menos razões para rejeitar esse segundo mundo, do que temos para rejeitar o primeiro, do ponto de vista moral.

O autor prepara tese de doutoramento em Ciência Política na USP, e é autor do livro *Justiça liberal. Argumentos liberais contra o neoliberalismo* (Paz e Terra).

